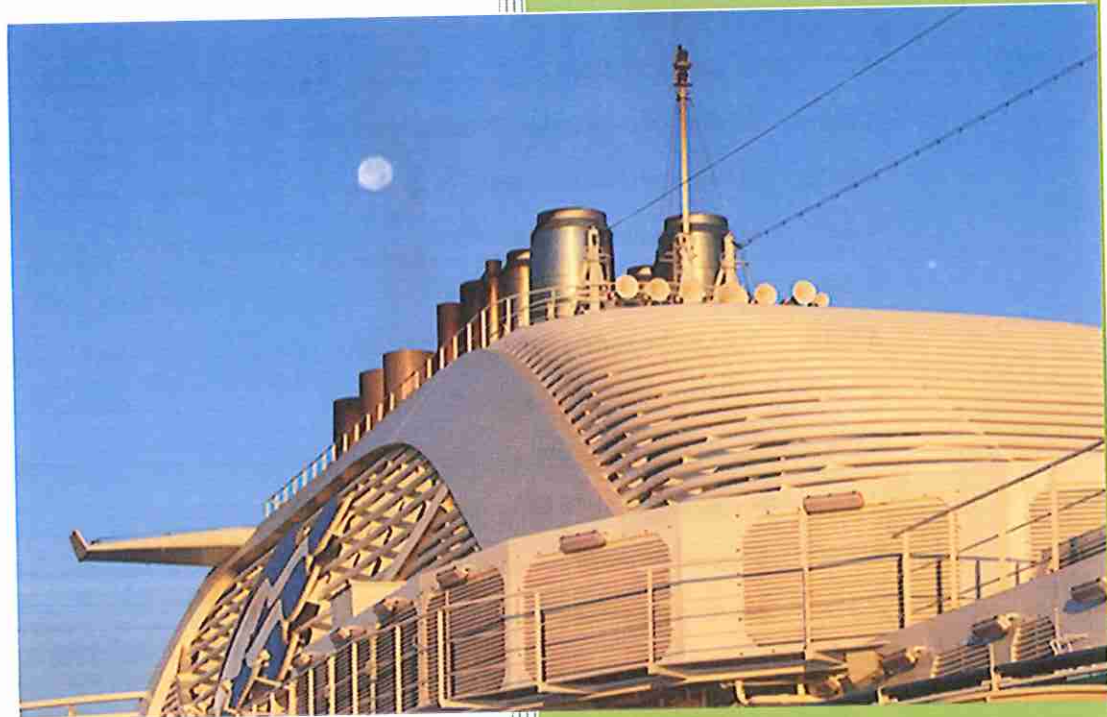


2013

Relatório de Gestão e Contas do Exercício

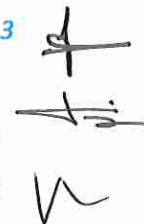




Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO	10
0. Indicadores	11
1. Introdução	12
2. Enquadramento estratégico	14
3. Ano 2013: principais acontecimentos	18
4. Áreas de negócio	20
4.1. Enquadramento	20
4.2. Atividade portuária	23
4.2.1. Movimento de navios e embarcações	23
4.2.2. Movimento de mercadorias	30
4.2.3. Movimento de contentores	35
4.2.4. Movimento de passageiros	41
4.2.4.1. Passageiros de navios de cruzeiro	42
4.2.4.2. Passageiros em ligações interilhas	46
4.2.5. Extração de inertes	49
4.3. Atividade não portuária	51
4.3.1. Enquadramento	51
4.3.2. Náutica de recreio	51
4.3.3. Dominial e piscinas	55
5. Recursos humanos	56
5.1. Enquadramento	56
5.2. Estrutura do efetivo	57
5.3. Gastos com o pessoal	59
5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação	62
5.5. Sinistralidade	64
5.6. Formação	66
5.7. Cooperação externa e interna	67
5.8. Diversos	68
6. Qualidade	69
7. Estrutura transversal	74

8.	Investimento.....	76	
8.1.	Ilha de Santa Maria.....	78	
8.2.	Ilha de São Miguel.....	79	
8.3.	Ilha Terceira.....	79	
8.4.	Ilha Graciosa.....	79	
8.5.	Ilha de São Jorge.....	79	
8.6.	Ilha do Pico.....	79	
8.7.	Ilha do Faial.....	80	
8.8.	Ilha das Flores.....	80	
8.9.	Ilha do Corvo.....	80	
9.	Análise Económica e Financeira.....	81	
9.1.	Resultados.....	81	
9.1.1.	Resultado operacional.....	82	
9.1.2.	Resultado financeiro.....	86	
9.2.	Fundos libertos.....	86	
9.3.	Situação financeira e patrimonial.....	87	
9.4.	Fundo de maneio.....	88	
9.5.	Indicadores económicos e financeiros.....	89	
10.	Participações financeiras.....	91	
10.1.	Atlânticoline, S.A.....	91	
10.2.	Operadores portuários.....	97	
11.	Perspetivas futuras.....	100	
12.	Proposta de aplicação de resultados.....	103	
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS.....		104	
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS.....		109	
1.	Introdução.....	110	
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	110	
3.	Principais políticas contabilísticas.....	111	
4.	Fluxos de caixa.....	118	
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	119	
6.	Partes relacionadas.....	119	
7.	Ativos fixos tangíveis.....	120	
8.	Ativos intangíveis.....	122	
9.	Participações financeiras.....	122	





10.	Ativos por impostos diferidos.....	123
11.	Inventários.....	124
12.	Clientes e Outras contas a receber.....	124
13.	Estado e outros entes públicos.....	126
14.	Diferimentos.....	128
15.	Capital realizado.....	129
16.	Reservas e resultados acumulados.....	129
17.	Provisões.....	131
18.	Financiamentos obtidos.....	132
19.	Fornecedores e outras contas a pagar.....	133
20.	Serviços prestados.....	134
21.	Fornecimentos e serviços externos.....	134
22.	Gastos com o pessoal.....	135
23.	Outros rendimentos e ganhos.....	135
24.	Outros gastos e perdas.....	136
25.	Juros e outros rendimentos e gastos similares.....	136
26.	Compromissos contratuais.....	137
27.	Garantias prestadas.....	137
28.	Responsabilidades contingentes.....	137
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		138
CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		143
1.	Introdução.....	144
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	145
3.	Políticas contabilísticas.....	146
4.	Fluxos de caixa.....	154
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	155
6.	Partes relacionadas.....	155
7.	Ativos fixos tangíveis.....	156
8.	Ativos intangíveis.....	158
9.	Participações financeiras.....	158
10.	Ativos e passivos por impostos diferidos.....	159
11.	Inventários.....	160
12.	Clientes e Outras contas a receber.....	161
13.	Estado e outros entes públicos.....	163

14.	Diferimentos	165
15.	Ativos não correntes detidos para venda	166
16.	Capital realizado	167
17.	Reservas e resultados acumulados	167
18.	Interesses minoritários	169
19.	Provisões	169
20.	Financiamentos obtidos	170
21.	Fornecedores e outras contas a pagar	171
22.	Serviços prestados	172
23.	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	173
24.	Fornecimentos e serviços externos	173
25.	Gastos com o pessoal	174
26.	Outros rendimentos e ganhos	174
27.	Outros gastos e perdas	175
28.	Juros e outros rendimentos e gastos similares	176
29.	Compromissos contratuais	176
30.	Garantias prestadas	176
31.	Ativos e passivos contingentes	177
CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE		178
1.	Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa	179
2.	Regulamentos	181
3.	Ações próprias	183
4.	Modelo de governo	183
CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS INDIVIDUAIS		193
CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS		196
CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS		200
CAPÍTULO X – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS CONSOLIDADAS		203

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



Índice das Tabelas

Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de indicadores	21
Tabela 2: Taxas de variação homólogas de alguns indicadores	21
Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores	22
Tabela 4: Navios e embarcações entrados	24
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados	25
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados	25
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados	26
Tabela 8: Dimensão dos navios e embarcações entrados	28
Tabela 9: Movimento total de mercadorias	30
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento	31
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento	32
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	32
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada	34
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados	34
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados	35
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada	35
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (TEU)	36
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados	38
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'	39
Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU)	40
Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados	40
Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'	41
Tabela 23: Movimento total de passageiros	41
Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade	42
Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro	43
Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de operação de navios de cruzeiro	45
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro	45
Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro	46
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas	47
Tabela 30: Descarga de inertes (areia)	50
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais	52
Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais	53
Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais	54
Tabela 34: Indicadores de atividade – Piscinas	55
Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro	58
Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro	58
Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2013	58
Tabela 38: Divisão dos Recursos humanos por género	59
Tabela 39: Regimes de trabalho	59
Tabela 40: Gastos com o pessoal	60
Tabela 41: Remunerações do pessoal	61



Tabela 42: Remunerações do pessoal	61
Tabela 43: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro	62
Tabela 44: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro	63
Tabela 45: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro	63
Tabela 46: Indicadores de sinistralidade	64
Tabela 47: Acidentes por Direção-geral	65
Tabela 48: Indicadores de formação	66
Tabela 49: Formação do Resultado líquido	82
Tabela 50: Rendimentos Operacionais	82
Tabela 51: Gastos operacionais	83
Tabela 52: Fornecimentos e serviços externos	84
Tabela 53: Gastos de depreciação e amortização	84
Tabela 54: Resultado operacional	85
Tabela 55: Resultado financeiro	86
Tabela 56: Fundos libertos.....	86
Tabela 57: Balanços	87
Tabela 58: Fundo de maneo	89
Tabela 59: Indicadores económicos	89
Tabela 60: Indicadores financeiros.....	90
Tabela 61: Empresas subsidiárias	91
Tabela 62: Empresas e entidades associadas	91
Tabela 63: Balanços - Atlânticoline.....	96
Tabela 64: Demonstrações de resultados - Atlânticoline.....	97
Tabela 65: Balanços dos Operadores Portuários.....	98
Tabela 66: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários.....	99



Índice das Figuras

Figura 1: Mapa Estratégico	16
Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2013	24
Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2013	26
Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2013	27
Figura 5: GT de navios e embarcações entrados em 2013, por tipo	28
Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2013, por porto	29
Figura 7: Evolução mensal da tonelagem de arqueação dos navios, em 2013	29
Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2013	30
Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2013	31
Figura 10: Total de mercadorias carregadas e descarregadas em 2013	33
Figura 11: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada em 2013	33
Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2013	36
Figura 13: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013	37
Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013	37
Figura 15: Movimento de TEUs cheios carregados em 2013	38
Figura 16: Movimento de TEUs cheios descarregados em 2013	39
Figura 17: Movimento total de passageiros em 2013	42
Figura 18: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2013	43
Figura 19: Passageiros em navios de cruzeiro por meses	44
Figura 20: Escalas de cruzeiros por tipo de operação	44
Figura 21: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro	45
Figura 22: Movimento de passageiros interilhas em 2013	47
Figura 23: Movimento de passageiros interilhas - Transmaçor	48
Figura 24: Movimento mensal de passageiros entre Horta e Madalena	48
Figura 25: Movimento de passageiros interilhas - Atlânticoline	49
Figura 26: Descarga de inertes (areia) nos últimos três anos	50
Figura 27: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2013	52
Figura 28: Movimento de embarcações de recreio não locais	53
Figura 29: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2013	54
Figura 30: Recursos humanos por tipo de horário	59
Figura 31: Escalões etários do efetivo entre 2010 e 2013	62
Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2010 e 2013	63
Figura 33: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2013	64
Figura 34: Causas dos acidentes registados em 2013	65
Figura 35: Principais áreas de formação no último triénio	66
Figura 36: Abordagem por processos	70
Figura 37: Mapa de processos para o Sistema de Gestão da PA	70
Figura 38: Investimento por ilhas	76
Figura 39: Investimento por Direções-gerais	77
Figura 40: Repartição do investimento por Direção-geral em 2013	77
Figura 41: Repartição do investimento por ilha em 2013	78

Figura 42: Movimento de passageiros em 2013.....	94
Figura 43: Distribuição de vendas por tipo de canal em 2013	94
Figura 44: Distribuição de passageiros por tipo de tarifa.....	95
Figura 45: Detalhe da operação da Atlânticoline em 2012 e 2013	95



CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO



0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2013	2012	2011	2010
Movimento portuário					
Escalas de navios	N.º	2.743	3.052	3.508	3.829
GT de navios	GT/1000	15.154	15.820	17.782	17.129
Estadia dos navios	N.º	5.730	6.707	7.330	6.991
Movimento de contentores cheios	N.º	69.181	67.833	80.420	81.908
Movimento de contentores cheios	TEU	102.172	100.293	116.936	118.276
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.184	2.333	2.723	2.814
Total de passageiros	Milhares	1.014	1.020	1.059	1.024
Passageiros em cruzeiros	N.º	87.437	102.881	86.530	61.390
Náutica de recreio					
Escalas de embarcações	N.º	3.327	3.233	3.010	2.839
Tripulantes	N.º	11.503	12.375	11.870	10.226
Pessoal					
Efetivo médio	N.º	272	280	278	270
Volume de formação	N.º horas	4.920	2.282	2.609	3.073
Sinistralidade					
Índice de frequência	-	39,89	25,9	14,44	26,15
Índice de gravidade	-	1,75	0,83	0,41	0,69
Finanças					
Volume de negócios	'000 €	18.267	17.746	20.224	22.260
EBITDA	'000 €	7.017	5.244	7.128	2.923
Resultados operacionais	'000 €	(274)	(1.777)	508	(5.985)
Resultado líquido	'000 €	(2.912)	(4.247)	(1.043)	(5.890)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	4.197	2.713	5.568	2.981
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,68	0,68	0,69	0,80
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-1,50%	-10,01%	2,51%	-26,89%
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-1,31%	-1,92%	-0,50%	-1,54%

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

O ano de 2013 caracterizou-se por uma ligeira melhoria na atividade da Portos dos Açores, S.A. (PA), entidade responsável pela gestão dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores. De facto, o volume de negócios da empresa evoluiu de forma satisfatória, atingindo praticamente os 18,3 milhões de euros, mais 2,94 por cento do que em 2012, resultado, sobretudo, da evolução registada ao nível da movimentação de contentores, em que se observou um crescimento de 1,78 por cento. O Resultado líquido do exercício, no valor de -2.912.098 euros, apresenta uma variação homóloga absoluta de 30,81 por cento face ao ano anterior.

Passados cerca de dois anos desde o início do processo de fusão por incorporação das várias administrações portuárias na PA, constata-se ainda a prevalência das condicionantes do contexto da crise financeira e do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cujo reflexo na atividade da empresa é notório.

Neste contexto, constata-se, numa análise com uma perspetiva mais longa, ou seja desde o início do processo de fusão, uma deterioração das circunstâncias com que a empresa se confronta, nomeadamente em termos de volume de cargas movimentadas (-19,8 por cento entre 2011 e 2013), número de contentores cheios (-12,6 por cento entre 2011 e 2013) e movimento de navios (-21,8 por cento entre 2011 e 2013), com reflexos inevitáveis no que respeita aos indicadores económicos e financeiros da empresa.

Contudo, e independentemente deste cenário, a PA tem vindo a realizar um esforço de investimento muito considerável, que atinge, no conjunto de exercícios entre 2011 e 2013, quase 63 milhões de euros. Este volume de investimento coloca em evidência a dimensão patrimonial da empresa, com um número substancial de infraestruturas sob a sua jurisdição (14 portos, incluindo dois terminais de cruzeiro, e sete infraestruturas de recreio náutico espalhados pelas nove ilhas).

Em termos de investimento, no ano de 2013, destaca-se o investimento realizado no porto da Madalena, que complementa o investimento no Terminal de Passageiros da Horta, que iniciou a sua atividade no verão de 2012. O objetivo subjacente à realização destes dois investimentos está diretamente associado à melhoria das condições para a principal rota em termos de fluxo de passageiros interilhas, complementada ainda com a substituição dos meios marítimos durante o ano de 2014, através da entrada em funcionamento de duas novas embarcações de maior capacidade e possibilidade de transporte de viaturas. Para além disto, o Terminal de Passageiros da Horta veio permitir o reforço da posição deste porto em termos de escalas de cruzeiros, em complemento ao porto de Ponta Delgada.

O valor patrimonial do imobilizado da empresa atingia, no final de 2013, um total de aproximadamente 300 milhões de euros. Para além do investimento realizado em 2013 no porto da Madalena do Pico, também merecem referência os investimentos concretizados no porto de São Roque do Pico, da ordem dos 2,5 milhões de euros. No seu conjunto, tais investimentos em infraestruturas localizadas na ilha do Pico constituem 75 por cento do investimento da PA em 2013.

O valor patrimonial da empresa no final de 2013 é, no contexto das empresas de capitais públicos da Região, extremamente significativo. Adicionalmente, também no contexto dos portos portugueses, apresenta uma dimensão patrimonial não significativamente inferior à apresentada pelos maiores portos nacionais, o que releva de forma inequívoca a importância da empresa tanto no contexto regional como nacional.

Em termos de ativos, será de referir ainda os investimentos financeiros da PA, com particular destaque para a empresa Atlânticoline, S.A., em que a PA possui uma participação de 83,97 por cento. Trata-se da única entidade objeto de consolidação integral, e cujo desempenho será alvo, em capítulo próprio do presente relatório, de apresentação mais detalhado.

Em termos de acontecimentos relevantes durante o exercício de 2013, será de mencionar a integração da PA, na qualidade de vice-presidente da direção da Associação Portos de Portugal, cuja presidência foi assegurada pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). Este facto releva de forma muito particular o reconhecimento da importância que a PA possui no contexto portuário nacional.

Para além disto, deverá ser destacado o desfecho do acordo relativo ao salário de salvamento marítimo do navio “Zealand Beatrix”, cuja operação de salvamento ocorreu em 22 de maio de 2012, pelo rebocador “Pero de Teive”.

Por último, referência ao facto de ter ocorrido uma alteração na constituição do Conselho de Administração no início de 2013, com a entrada do Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia para Vogal do Conselho de Administração, em substituição da Eng.ª Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues.



2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a PA tem por objeto a administração de um vasto conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio, espalhadas pelas várias ilhas do arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Neste contexto, a existência de um Plano Estratégico, documento orientador de diversas políticas e responsabilidades da empresa, de modo a que, em ambos os casos, possuam um caráter consistente e possam ser assumidas e desenvolvidas através de ações que concretizem da melhor forma possível o próprio objeto social da empresa, apresenta-se como documento fundamental. Constitui uma referência orientadora determinante para a evolução futura da empresa, proporcionando também o acompanhamento da trajetória definida.

Durante o exercício de 2013 prosseguiram os trabalhos indispensáveis à concretização do referido Plano Estratégico, nomeadamente com o estudo de indicadores, cuja conclusão não foi conseguida pela falta de condições internas indispensáveis. O documento encontra-se portanto ainda em fase de elaboração.

As linhas de orientação estabelecidas, conducentes ao tratamento simultâneo das oportunidades que urge aproveitar e das ameaças que convirá mitigar, poderão ser resumidas nos seguintes tópicos:

- ☒ Capital humano:
 - ☒ Reenfoque no Colaborador como principal agente;
 - ☒ Horizontalização dos processos de decisão;
 - ☒ Responsabilização dos colaboradores.

- ☒ Processos:
 - ☒ Definição e certificação de processos;
 - ☒ Desmaterialização dos processos – empresa eletrónica.

- ☒ Recursos materiais:
 - ☒ Consolidação de infraestruturas e equipamentos portuários;
 - ☒ Investimento nas novas tecnologias.

- ☒ Turismo e lazer
 - ☒ Novas rotas, novas oportunidades;
 - ☒ Cruzeiros temáticos.

Não obstante a inexistência, ainda, de um Plano Estratégico formalmente em vigor, poder-se-ão considerar como aspetos relevantes, na sequência dos trabalhos desenvolvidos até ao final de 2012 nesta área, os seguintes aspetos metodológicos já suficientemente consolidados:

Visão

Fazer da PA uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.







Missão

Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Valores





Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA., de modo a cumprir com a Missão acima estabelecida.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

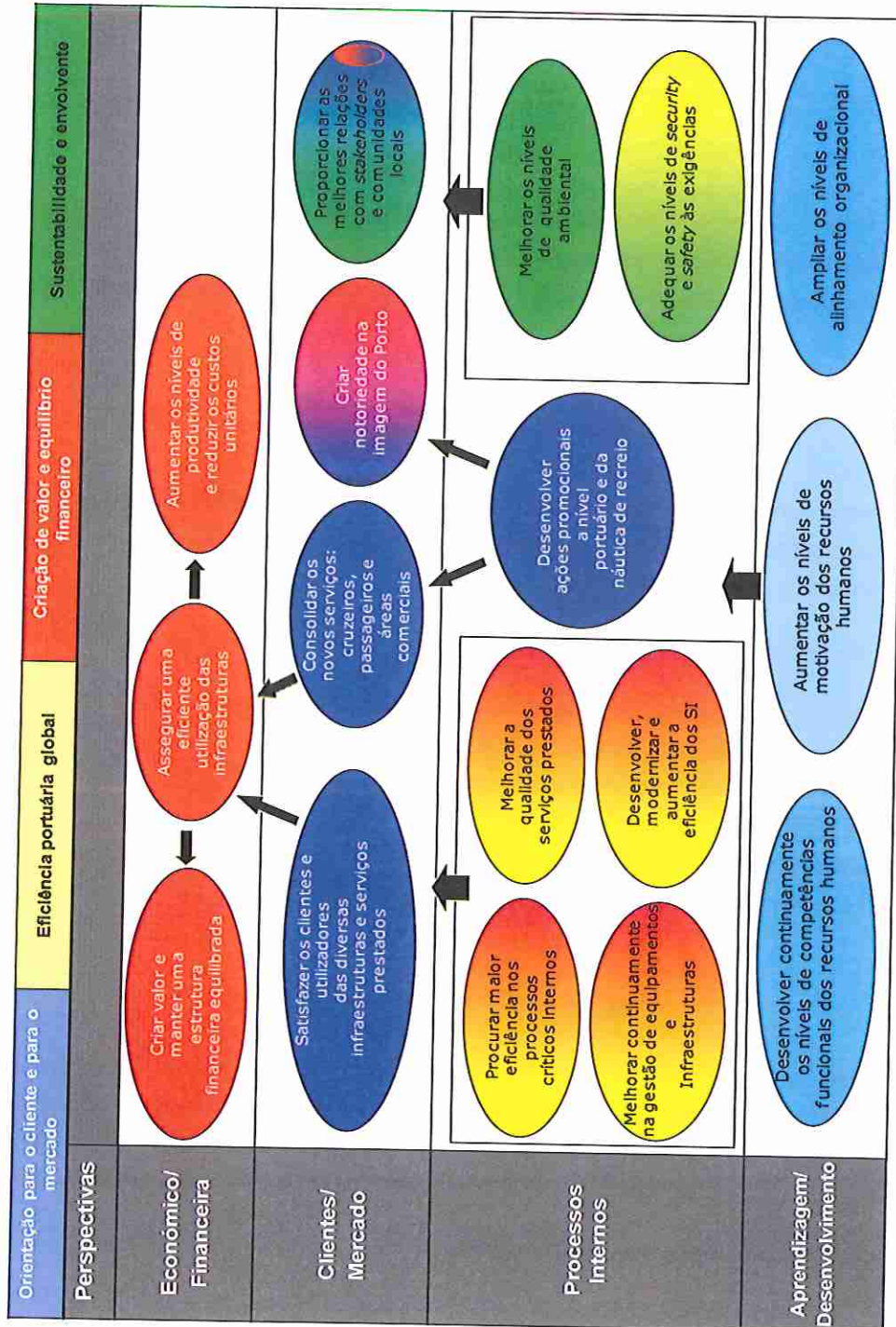
Eixos e objetivos estratégicos

O perfil estratégico da PA assenta num conjunto de eixos fundamentais, decorrente da própria estrutura da empresa, que abarca uma multiplicidade de realidades insulares relativamente distintas. Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia para o período 2013-2015, em fase final de elaboração, e que constam do Mapa Estratégico, serão os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;
-  Sustentabilidade e meio envolvente.

Para além disto, tendo em conta os aspetos já debatidos na atual versão do Plano Estratégico, que se mantém em discussão interna, é possível a apresentação dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico que se apresenta a seguir.

Figura 1: Mapa Estratégico



Objetivos estratégicos

O Mapa Estratégico apresentado na página anterior contempla um conjunto de objetivos estratégicos, correspondentes ao conteúdo de cada um dos balões.

Os objetivos, num total de 17, integram-se nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, para além de se enquadrarem nos quatro eixos estratégicos definidos acima.

Apresentam-se a seguir os diversos objetivos estratégicos, sendo os mesmos detalhados por perspetiva:

☒ Perspetiva económica e financeira:

- ☒ Criar valor e manter uma estrutura financeira equilibrada;
- ☒ Assegurar uma eficiente utilização das infraestruturas;
- ☒ Aumentar os níveis de produtividade e reduzir os custos unitários.

☒ Perspetiva clientes/mercados:

- ☒ Satisfazer os clientes e utilizadores das diversas infraestruturas e serviços prestados;
- ☒ Consolidar os novos serviços: cruzeiros, passageiros e áreas comerciais;
- ☒ Criar notoriedade na imagem da PA;
- ☒ Proporcionar as melhores relações com *stakeholders* e comunidades locais.

☒ Perspetiva processos internos:

- ☒ Procurar maior eficiência nos processos críticos internos;
- ☒ Melhorar continuamente na gestão de equipamentos e infraestruturas;
- ☒ Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- ☒ Desenvolver, modernizar e aumentar a eficiência dos sistemas de informação;
- ☒ Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
- ☒ Melhorar os níveis de qualidade ambiental;
- ☒ Adequar os níveis de *security* e *safety* às exigências.

☒ Perspetiva aprendizagem/desenvolvimento:

- ☒ Desenvolver continuamente os níveis de competências funcionais dos Recursos humanos;
- ☒ Aumentar os níveis de motivação dos Recursos humanos;
- ☒ Ampliar os níveis de alinhamento organizacional.

Por fim, referência ao facto dos objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico se consubstanciarem em ações a desenvolver dentro do horizonte temporal do Plano Estratégico.



3. Ano 2013: principais acontecimentos

Em termos de acontecimentos relevantes durante o exercício de 2013, será de mencionar a alteração da composição do Conselho de Administração, com a entrada, no início do ano de 2003, para Vogal do Conselho de Administração, do Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia, que acumula as funções de Diretor-geral dos Portos da Terceira e Graciosa.

Outro facto a destacar é a integração da PA na direção da Associação Portos de Portugal, na qualidade de Vice Presidente, sendo a presidência assegurada pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). Este facto releva de forma muito particular o reconhecimento da importância que a PA possui no contexto portuário nacional.

Outro acontecimento a merecer destaque durante o ano de 2013 foi a celebração do acordo referente ao processo do navio “Zealand Beatrix”, em 23 julho de 2013.

Outros acontecimentos relevantes ocorridos durante o ano de 2013 merecem também menção, no âmbito da atividade da PA, nomeadamente em termos de eventos com maior visibilidade pública:

- ✎ Participação no Salão Náutico de Londres/‘**London Boat Show**’, que decorreu de 12 a 20 de janeiro de 2013 (evento para promoção, no mercado britânico, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA), no âmbito do stand “Açores” existente naquela feira, sob coordenação da ATA (Associação Turismo Açores);
- ✎ Participação na ‘**BOOT**’, Trade Fair de Dusseldorf, que decorreu de 19 a 27 de janeiro de 2013 (evento para promoção, nos mercados alemão, holandês e belga, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA), no âmbito do stand “Açores” existente naquela feira, coordenado pela ATA. Note-se que a BOOT é a maior feira náutica a nível mundial, com mais de 1.500 expositores e 250.000 visitantes;
- ✎ Produção de material de promoção das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA, pela primeira vez, em idioma alemão («**Marinas der Azoren – Begeisterung fur den Atlantik**»);
- ✎ Acompanhamento da elaboração de conteúdos e revisão geral do novo «**Guia / Guide Azores Marinas**», editado pela Publiçor, publicação difundida nas marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago dos Açores, de Portugal continental, França, Reino Unido, Caraíbas e Estados Unidos da América;
- ✎ Cerimónia de **BENÇÃO E APRESENTAÇÃO DA NOVA LANCHA DE PILOTOS “DIOGO DE TEIVE”**, na ilha das Flores, a 9 de fevereiro de 2013, embarcação adstrita ao serviço no porto das Lajes das Flores;
- ✎ Participação no ‘**Cruise Shipping Miami**’, que decorreu de 11 a 14 de março de 2013 (evento para promoção, no mercado americano, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago), no âmbito do stand “Portugal” existente naquela feira, sob coordenação da APP / Associação de Portos de Portugal;



- ❧ Participação na ‘Bolsa de Turismo de Lisboa’ (BTL) – a mais destacada feira de turismo genérico que se realiza em solo português –, que decorreu de 27 de fevereiro a 3 de março, com uma apresentação no auditório do *stand* “Açores”, sob coordenação da ATA (Associação Turismo Açores), direcionada para a imprensa e *trade* nacionais, sobre o novo Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Horta;
- ❧ Receção na ilha do Faial e produção de informação e conteúdos de imprensa e de rádio sobre a 4.ª edição da *Regata Les Sables / Horta / Les Sables*, para embarcações de 40 pés e tripulações duplas, prova organizada pela municipalidade francesa de Sables d’Olonne, com a colaboração estreita do Institut Sports Ocean e da Associação Class ‘40;
- ❧ Participação/prospeção no ‘Southampton Boat Show’, que decorreu de 13 a 22 de setembro de 2013 (evento para promoção, especialmente na costa sul da Inglaterra e Ilha de Wight / Cowes, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA), ação também desenvolvida, na mesma altura, pela da ATA / Associação Turismo dos Açores, que não tem tido *stand* próprio no certame;
- ❧ Participação no ‘SeaTrade Europe’, de Hamburgo, que decorreu de 24 a 26 de setembro de 2013 (evento para promoção, no mercado europeu, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago), no âmbito do *stand* “Portugal” existente naquela feira, sob coordenação da APP / Associação de Portos de Portugal;
- ❧ Lançamento da obra “O Porto de Ponta Delgada – Da vontade à concretização”, em 12 de outubro de 2013, que celebra os 150 anos do início da construção do porto de Ponta Delgada;
- ❧ Organização e acompanhamento (conjuntamente com a Atlânticoline e a Secretaria Regional do Turismo e Transportes) da cerimónia de **BENÇÃO E APRESENTAÇÃO**, no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Horta, ilha do Faial, **DO NOVO NAVIO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E VIATURAS LIGEIRAS “MESTRE SIMÃO”**, a 24 de novembro de 2013;
- ❧ Participação no ‘Salon Nautique International de Paris’, que decorreu de 6 a 15 de dezembro de 2013 (evento para promoção, no mercado francês, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA), no âmbito do *stand* “Açores” existente naquela feira, sob coordenação da ATA.



4. Áreas de negócio

4.1. Enquadramento

O ano de 2013, a par dos dois anos antecedentes, foi marcado, a nível nacional, pela intervenção da *Troika*, no âmbito da Programa de Assistência Económica e Financeira celebrado em abril de 2011 entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia e Banco Central Europeu. Em termos internacionais, foi sobretudo a persistência de fenómenos de instabilidade, com particular incidência na zona euro, para além dos riscos decorrentes de níveis de inflação muito baixos nas economias desenvolvidas que sobressaíram durante o ano.

De acordo com dados do FMI, a economia mundial cresceu três por cento em 2013, sendo a taxa de crescimento dos países em vias emergentes de 4,7 por cento, contra 1,3 por cento para as economias avançadas. Neste quadro particular, a evolução das economias da zona euro foi de quebra da atividade económica em 0,4 por cento, particularmente influenciada pela evolução em países como Itália e Espanha (-1,8 por cento e -1,2 por cento, respetivamente). Em sentido contrário, Alemanha e França registaram um crescimento de 0,5 por cento e 0,2 por cento, respetivamente.

Os sinais de evolução positiva da economia mundial começaram a tornar-se mais visíveis durante a segunda metade do ano, conforme antecipado no *World Economic Outlook* (WEO) de outubro de 2013. As perspetivas para 2014 e 2015 são de fortalecimento desta evolução, em grande medida decorrente da recuperação das economias mais avançadas. De acordo com o WEO *update*, de janeiro de 2014, a perspetiva era de um crescimento em 2014 de cerca de 3,4 por cento, aumentando em 2015 para 3,9 por cento. O WEO de abril deste ano confirmou esta evolução, reforçando o nível de crescimento para 2014, neste caso para 3,6 por cento.

Em termos de volume de trocas de bens e serviços a nível mundial, o ano de 2013 proporcionou um aumento de 3 por cento, superior em 0,2 pontos percentuais do que em 2012. É também desta ordem de grandeza o volume de contentores movimentados a nível mundial que, segundo dados da consultora *Drewry Maritime Research*, cresceu 3,3 por cento em 2013. De mencionar ainda a estabilização dos preços, sobretudo ao nível do petróleo (-0,9 por cento de variação em dólares), e dos bens de consumo nas economias mais avançadas (1,4 por cento), bem como das taxas de juro.

Relativamente à economia nacional, de acordo com dados de março do Instituto Nacional de Estatística (INE), coincidentes com os dados do Banco de Portugal (BdP), o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 1,4 por cento em volume (-3,2 por cento no ano anterior), fruto, em grande medida, da melhoria da procura interna e principalmente do consumo privado (Despesas de Consumo Final das Famílias e das Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias Residentes) e do Investimento. De facto, a procura interna variou -2,6 por cento em 2013, bastante menos do que no ano anterior, em que a variação fora de -6,6 por cento. Quanto ao consumo privado, passou de uma variação, em termos reais, de -5,3 por cento em 2012 para -1,7 por cento em 2013.



No que respeita a Exportações e Importações, o ano de 2013 foi de alterações relativamente significativas, passando-se de uma taxa de variação de 3,2 por cento em 2012 para 6,1 por cento, no que respeita às Exportações de Bens e Serviços em termos reais, enquanto que as Importações de Bens e Serviços aumentaram, em volume, 2,8 por cento em 2013, o que compara com uma redução de 6,6 por cento no ano anterior.

O efeito destas variáveis sobre os portos nacionais foi particularmente notório, expresso em ritmos de crescimento muito expressivos e amplamente divulgados na imprensa da especialidade. No final do ano, os portos continentais registavam aumentos de 25,8 por cento no número de contentores e de 16,7 por cento nas toneladas de cargas movimentadas, para além de 8,1 por cento no número de navios, sendo de realçar o papel determinante desempenhado neste contexto pelo porto de Sines, cujos indicadores de atividade são particularmente favoráveis, atingindo variações de dois dígitos (68,3 por cento a nível de contentores, 27,8 por cento em toneladas de cargas movimentadas e 21,6 por cento no número de navios). Como corolário deste ritmo de crescimento, o porto de Sines posiciona-se atualmente como um dos 25 maiores portos europeus.

Em termos nominais, assistiu-se a uma melhoria significativa do Saldo Externo de Bens e Serviços em 2013, que passou de -0,6 por cento do PIB em 2012 para 1,1 por cento. Este resultado contribui de forma determinante para que a economia portuguesa registasse uma Capacidade Líquida de Financiamento em 2013 que se ficou em 2,0 por cento do PIB (0,1 por cento no ano anterior).

Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de indicadores

	2011	2012	2013
Procura interna	-5,1	-6,6	-2,6
Exportações	6,9	3,2	6,1
Importações	-5,3	-6,6	2,8
PIB	-1,3	-3,2	-1,4

Fonte: INE

Referência particular para a evolução do último trimestre do ano, em que o PIB aumentou 1,7 por cento em termos homólogos. Comparativamente com o trimestre imediatamente anterior, o aumento do PIB foi de 0,6% em termos reais (0,3 por cento no terceiro trimestre). Esta evolução favorável do PIB, bem como de outros indicadores, é perceptível na tabela a seguir em que os dados relativos a 2013 são apresentados por trimestre.

Tabela 2: Taxas de variação homólogas de alguns indicadores

		2012	2013	2013(1.ºT)	2013(2.ºT)	2013(3.ºT)	2013(4.ºT)
PIB	Portugal	-3,2	-1,4	-4,0	-2,0	-0,9	1,7
	Zona euro	-0,7	-0,4	-1,2	-0,6	-0,3	0,5
Taxa de desemprego	Portugal	15,7	16,3	17,7	16,4	15,6	15,3
	Zona euro	11,4	12,1	12,0	12,1	12,1	12,0
Balanças corrente e de capital	Portugal	0,3	2,6	1,4	2,9	4,4	1,6
	Zona euro	1,4	2,4	1,1	2,6	2,2	3,7
Índice de preços no consumidor	Portugal	2,8	0,4	0,1	0,2	0,1	-0,1
	Zona euro	2,5	1,4	0,9	0,8	0,8	0,7

Fonte: INE e BdP



Nota ainda para a taxa de desemprego que, não obstante ter sofrido um decréscimo, mantém-se ainda a níveis muito elevados, bastante acima da média dos países da zona euro.

Na Região Autónoma dos Açores, o ano de 2013 apresenta características não muito díspares em relação às observadas no conjunto do país, sendo também perceptível uma evolução menos desfavorável no último trimestre de 2013 ao nível de alguns indicadores de atividade.

Será de referir de modo muito particular a diminuição observada no quarto trimestre de 2013 face ao imediatamente anterior no que respeita à taxa de desemprego. Não obstante este facto, o desemprego situa-se a um nível elevado, atingindo uma taxa anual de 17,0 por cento, mais 1,7 pontos percentuais (p.p.) do que a taxa anual de 2012. Face aos valores nacionais, constata-se que a taxa de desemprego encontra-se, no final do ano, 0,7 p.p. acima.

Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores

Indicadores	2009	2010	2011	2012	2013
<i>Indicadores globais</i>					
Desemprego					
Taxa de desemprego	6,8	6,9	11,5	15,3	17,0
Inflação					
Taxa média	0,8	1,3	3,4	2,9	1,9
Taxa homóloga	0,4	2,2	3,6	2,5	1,3
Energia elétrica					
Consumo total	0,4	2,9	-1,0	-5,1	-1,6
<i>Indicadores parcelares</i>					
Leite entregue nas fábricas					
Total	4,7	-0,9	2,3	3,4	-5,3
Gado abatido (peso)					
Bovino	10,7	0,7	7,6	0,7	4,2
Gado exportado (peso)					
Total	-34,7	-5,6	-2,4	-15,9	6,0
Pesca (quantidade)					
Total	-18,1	100,7	-15,1	-16,9	4,5
Turismo					
Dormidas em estabel. hoteleiros	-10,9	3,0	-0,1	-7,5	10,4
Licenças de construção					
Total de edifícios licenciados	-35,2	7,1	-13,5	-35,3	-7,2
Cimento					
Venda	-14,6	7,5	-14,2	-35,2	-20,7
Automóveis					
Venda de ligeiros de passageiros	-26,1	32,4	-26,8	-36,9	7,4

Fonte: SREA

A taxa de inflação registou também uma evolução positiva no quarto trimestre de 2013 (0,3 por cento), sendo a taxa média anual registada em 2013 de 1,9 por cento, menos um p.p. do que a registada no ano anterior.

Em termos de atividade económica, será de destacar o impacto positivo ao nível da atividade turística, com um ritmo crescente ao longo do ano, após um início de ano pouco prometedor (-2,1

por cento no primeiro trimestre). No final de 2013, o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros registou um acréscimo de 10,4 por cento face ao ano anterior, sendo o impacto do quarto trimestre, com um acréscimo de 20,6 por cento, um indicador extremamente animador para o corrente ano.

Do mesmo modo, será de destacar o número de licenças de construção que, não obstante ainda registar uma variação global negativa em termos anuais no ano de 2013, apresenta uma evolução no quarto trimestre de 2013 muito favorável, com um acréscimo de 13,4 por cento, após 10 trimestres sucessivos de quebra do indicador. Quando comparados os valores dos últimos três anos, 2013 corresponde a um valor significativamente melhor do que os de 2012 e 2011.

Estas variações, contudo, não se refletem ao nível do volume de venda de cimento, que apresenta ainda um ritmo de decréscimo em 11 trimestres consecutivos. Contudo, a variação observada em 2013 (-20,7 por cento) é mais favorável do que a do final de 2012 (-35,2 por cento).

Já ao nível do número de viaturas ligeiras de passageiros, o ano de 2013 assistiu a uma melhoria, tendo o número de viaturas vendidas aumentado 7,4 por cento, uma variação assinalável quando comparada com o decréscimo de 36,9 por cento em 2012.

Foi neste contexto que o conjunto dos portos dos Açores apresentou, em 2013, uma evolução ligeiramente favorável face à registada no ano imediatamente anterior, particularmente visível no número de contentores movimentados, com mais 1,87 por cento de unidades TEU (acrónimo de *Twenty-foot Equivalent Unit*, ou seja, unidade equivalente de vinte pés) movimentadas e de 3,11 por cento em termos de peso da mercadoria contentorizada descarregada.

Já em termos de escalas de navios e embarcações, o impacto da redução da atividade económica continua a sentir-se, em consequência do ajustamento, por parte dos operadores de transporte marítimo regular, da oferta de transporte. Tal ajustamento consistiu na redução de um navio do tráfego de cabotagem desde o início de 2012, a que se juntou uma outra unidade, a partir de agosto de 2013. No ano de 2013 registou-se uma quebra de 10,12 por cento no número de entradas de navios e embarcações nos portos do arquipélago.

O reflexo da ligeira atenuação do contexto recessivo e do aumento, embora não muito significativo, do volume de contentores movimentados nos portos, refletiu-se no Volume de Negócios da empresa, cuja variação face ao ano anterior foi de 2,94%, variação essa de assinalar atendendo à significativa quebra ocorrida em 2012, da ordem dos 13 por cento.

4.2. Atividade portuária

4.2.1. Movimento de navios e embarcações

O ano de 2013 registou um total de 2.743 escalas de navios e embarcações, uma diminuição de 10 por cento face ao número de escalas de 2012.



A diminuição registada foi relativamente generalizada, com exceção apenas do porto das Lajes das Flores. Será de referir que a variação em apreço, da ordem das 300 escalas, é, ainda assim, significativamente menor do que a registada em 2012, que ultrapassara as 450 escalas, uma variação de 13 por cento.

Tabela 4: Navios e embarcações entrados

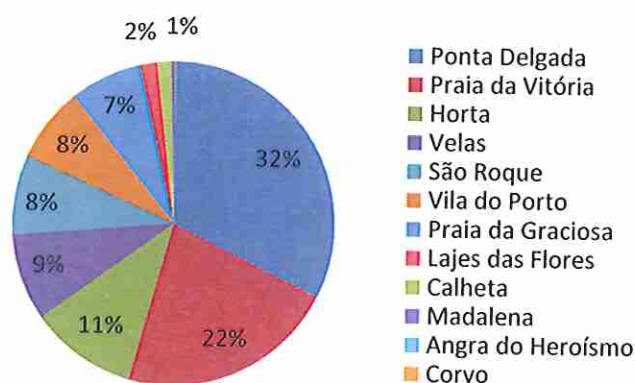
Portos	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	886	950	-6,74%
Praia da Vitória	602	708	-14,97%
Horta	295	322	-8,39%
Velas	239	257	-7,00%
São Roque	220	226	-2,65%
Vila do Porto	205	235	-12,77%
Praia da Graciosa	198	221	-10,41%
Lajes das Flores	47	45	4,44%
Calheta	39	53	-26,42%
Madalena	9	23	-60,87%
Angra do Heroísmo	1	10	-90,00%
Corvo	2	2	0,00%
Total	2.743	3.052	-10,12%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto de Ponta Delgada, com 886 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 32 por cento do total de navios e embarcações entrados nos portos do arquipélago dos Açores.

Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 602 entradas (22 por cento) e o porto da Horta, com 295 (11 por cento). Os restantes portos apresentam um número de escalas relativamente menor, que não atinge, em nenhum dos casos, os 10 por cento do total de entradas.

Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2013



Em termos de arqueação, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), também se observa uma quebra, neste caso de quatro por cento, relativamente menor do que a observada no número de escalas. Valerá a pena, entretanto, referir que a redução em apreço é também inferior à registada em 2012, que fora de cerca de 11 por cento.



Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Portos	Unidade: '000Gross tonnage (GT)		
	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	8.193	8.469	-3,25%
Praia da Vitória	2.263	2.340	-3,28%
Horta	1.457	1.387	5,06%
Velas	1.052	1.151	-8,58%
São Roque	916	1.006	-8,99%
Praia da Graciosa	604	712	-15,12%
Vila do Porto	416	453	-8,23%
Lajes das Flores	195	182	7,09%
Calheta	31	31	-1,51%
Madalena	12	15	-18,29%
Angra do Heroísmo	4	66	-93,64%
Corvo	11	8	30,38%
Total	15.154	15.820	-4,21%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já no que respeita à estadia dos navios e embarcações com escala nos portos dos Açores, a variação registada é de -14,6 por cento, devido, entre outros fatores, ao abate de uma embarcação auxiliar de tráfego local, estacionada no porto de Ponta Delgada e à redução de mais um navio afeto à cabotagem insular, a partir do mês de agosto de 2013.

Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

Portos	Unidade: dias		
	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	2.620	2.975	-11,93%
Praia da Vitória	1.441	1.632	-11,70%
Horta	622	925	-32,76%
Velas	259	288	-10,07%
Vila do Porto	238	276	-13,77%
São Roque	237	242	-2,07%
Praia da Graciosa	198	227	-12,78%
Lajes das Flores	61	54	12,96%
Calheta	42	53	-20,75%
Madalena	9	23	-60,87%
Angra do Heroísmo	1	10	-90,00%
Corvo	2	2	0,00%
Total	5.730	6.707	-14,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

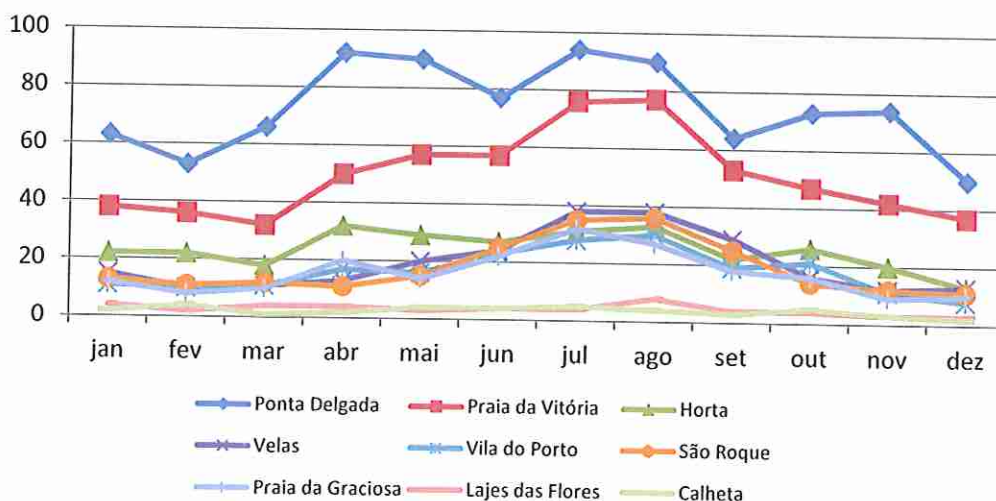
Este último tipo de situação ocorrera já no ano de 2012, com impacto sobretudo nos portos da Horta e Cais do Pico e em que a redução de escalas atingira cerca de 50 por cento. Em 2013, a redução das escalas incidu muito particularmente nos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, a partir de agosto de 2013, conforme referido acima. O efeito integral desta medida será apenas perceptível em 2014.

De destacar o facto de, pela primeira vez, se proceder à contabilização dos dados relativos aos portos de Calheta, Madalena e Corvo, não obstante registarem quase em exclusivo operações associadas a

embarcações de tráfego local. Os navios de cruzeiro com escalas pontuais nesses portos, normalmente navios associados a cruzeiros temáticos, fundeiam ao largo ou nos respetivos ancoradouros.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória. Sobressai ainda o número de escalas do porto da Horta, particularmente ao longo do primeiro semestre do ano.

Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2013



Em termos de tipologia, destaque para os navios e embarcações de carga geral, seguidos muito de perto pelos navios porta-contentores. Estes dois tipos de embarcações representam mais de metade das escalas registadas nos portos do arquipélago em 2013.

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2013	2012	Var. %
Tanque	288	284	1,41%
Carga Geral	796	897	-11,26%
Porta Contentores	729	737	-1,09%
Graneleiros	64	70	-8,57%
Passageiros	491	558	-12,01%
Cruzeiros	92	120	-23,33%
Outros	283	386	-26,68%
Total	2.743	3.052	-10,12%

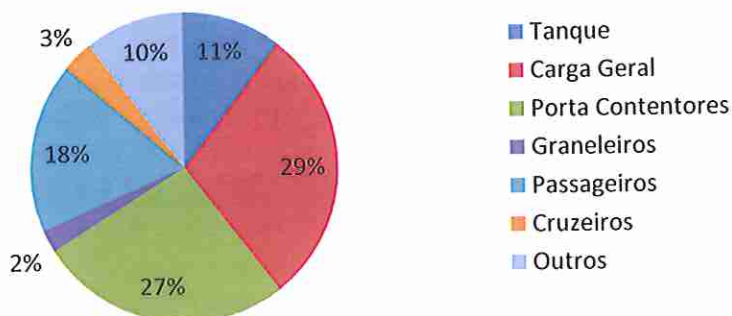
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No caso concreto dos navios e embarcações de carga geral, associados sobretudo a operações de tráfego local, constata-se a sua prevalência em alguns portos, como é o caso de Vila do Porto e Praia da Graciosa. Em ambos os portos citados, o peso relativo deste tipo de tráfego é superior a 40 por cento, o que demonstra a relevância desse tipo de operação no abastecimento das respetivas ilhas. Em termos de escalas de navios porta-contentores, estes portos possuem escalas com frequências quinzenais.



Seguem-se os portos de São Roque do Pico e Velas, em que as operações de embarcações de tráfego local registam um peso ligeiramente superior a 25 por cento do total das escalas. Nestes dois casos, as escalas de navios porta-contentores são relativamente mais frequentes, correspondendo a uma periodicidade semanal.

Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2013



Os navios de passageiros, com exclusão dos navios de cruzeiro, representam cerca de 18 por cento do total de escalas (19 por cento em 2012), registando uma diminuição absoluta de 67 escalas em 2013. Neste tipo de navios, predominam os afetos às ligações interilhas, a cargo da empresa Atlânticoline, S.A., com cerca de 470 escalas. A atividade exercida por esta empresa encontra-se abrangida por um contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o Governo Regional dos Açores e com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico em novembro de 2005, por um prazo de 10 anos.

Relativamente aos navios de cruzeiro, atingem pouco mais de três por cento do total de entradas nos portos dos Açores, registando-se, a este nível, um decréscimo de 28 escalas face ao número de escalas de 2012, resultado de um número muito significativo de cancelamentos, devido a um inverno extremamente rigoroso na região do Atlântico Norte. Neste caso, o porto de Ponta Delgada, com 55 escalas, é o principal porto neste segmento, não obstante a diminuição de 10 escalas face ao ano anterior.

Os restantes navios e embarcações envolvem os mais diversos tipos, sendo de destacar os navios pesqueiros, sobretudo no porto da Horta (63 escalas em 2013 nesse porto), e as embarcações de extração de inertes, que operam em locais previamente definidos e mediante licenciamento emitido pela Direção Regional dos Assuntos do Mar.

Referência ainda aos graneleiros, onde se incluem navios tanque e de granéis sólidos, com um número de escalas estável e um peso conjunto relativamente constante, à volta do 12 por cento entre 2011 e 2013.



Tabela 8: Dimensão dos navios e embarcações entrados

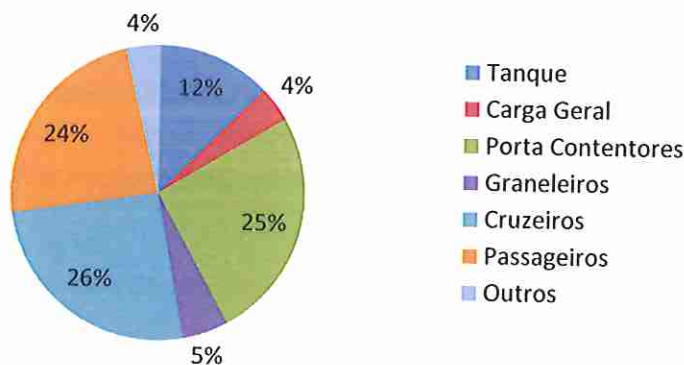
Tipo de navios	Unidade: '000Gross tonnage (GT)		
	2013	2012	Var.%
Tanque	1.897	1.695	11,93%
Carga Geral	598	653	-8,39%
Porta Contentores	3.866	3.890	-0,60%
Graneleiros	767	741	3,50%
Passageiros	3.580	3.735	-4,16%
Cruzeiros	3.882	4.615	-15,89%
Outros	565	492	14,70%
Total	15.154	15.820	-4,21%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito à dimensão, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), conforme já referido, constata-se uma evolução relativamente menos desfavorável do que a observada no número de entradas, sendo a diminuição em 2013, face a 2012, de 4,21 por cento, bastante menor do que a quebra registada em 2012.

Tendo em conta a variação registada no número de entradas, observa-se um aumento da dimensão média das embarcações de 6,6 por cento. Contribui para esse facto, o número e dimensão dos navios tanque (10 por cento de aumento da dimensão média), de granéis sólidos (13,2 por cento), de cruzeiro (9,7 por cento) e ainda os outros tipos de navios (56 por cento).

Figura 5: GT de navios e embarcações entrados em 2013, por tipo



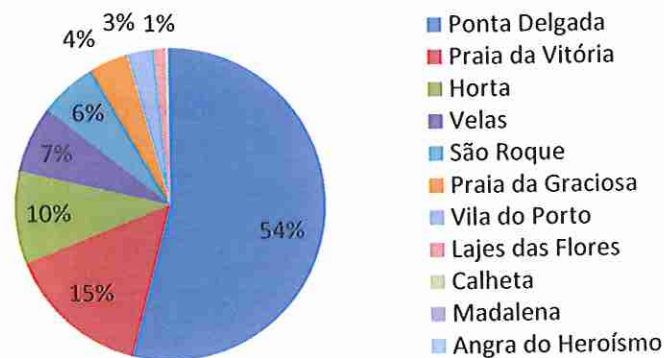
A dimensão assinalável dos navios de cruzeiro poderá ser depreendida pela leitura das duas últimas figuras. Na última, verifica-se que este tipo de navio é o principal tipo em termos de dimensão, com 26 por cento da arqueação, enquanto na anterior observa-se para esse tipo de navio apenas três por cento do total de escalas.

Outro aspeto a destacar prende-se com o facto do conjunto dos navios de passageiros, incluindo-se portanto os de cruzeiro, representar praticamente 50 por cento da tonelagem dos navios com paragem nos portos do arquipélago, quando, em termos de escalas, o seu peso relativo é de 21 por cento das escalas.

[Handwritten signatures]

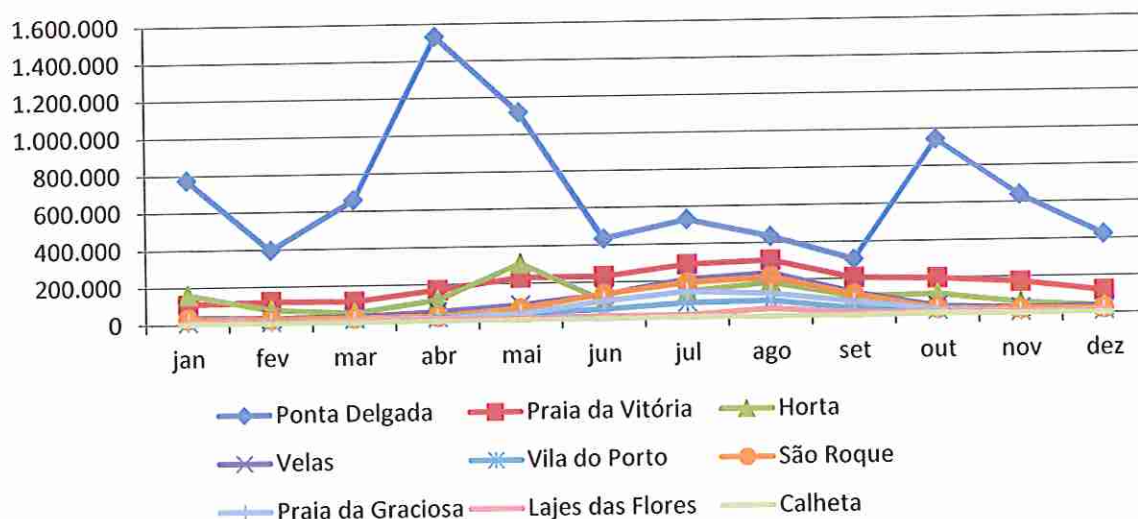
O porto de Ponta Delgada, em 2013, representou 54 por cento da tonelagem de todos os navios entrados nos portos dos Açores, percentagem muito similar à registada em 2012. Segue-se o porto da Praia da Vitória, com um peso relativo à volta dos 15 por cento, a mesma que a observada no ano anterior. Todos os restantes portos registam uma percentagem igual ou inferior a 10 por cento do total de GT dos navios com escala no conjunto dos portos dos Açores.

Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2013, por porto



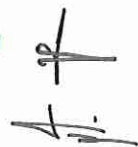
A figura abaixo, que apresenta a tonelagem de arqueação dos navios com escala nos portos do arquipélago nos vários meses de 2013, ilustra o já referido fenómeno da preponderância, no que respeita à dimensão, dos navios de cruzeiro. De facto, é perfeitamente notório o impacto no porto de Ponta Delgada da presença, sobretudo nos meses de abril, maio e outubro, de tais navios.

Figura 7: Evolução mensal da tonelagem de arqueação dos navios, em 2013



Já em termos de estadia, constata-se uma diminuição face ao ano anterior de 14,57 por cento, superior às diminuições observadas em termos de número de escalas e tonelagem dos navios.

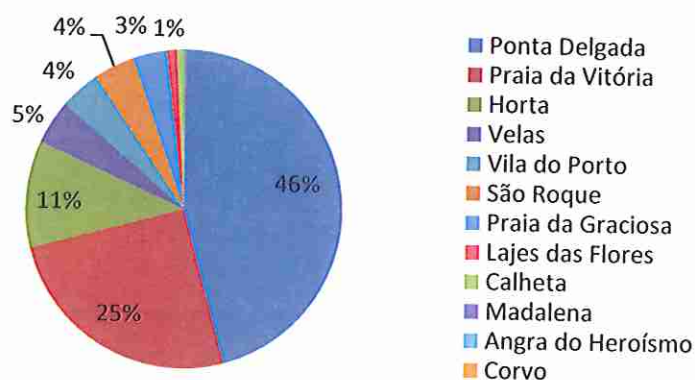
O cálculo da estadia encontra-se em grande medida dependente de algumas situações de estadia prolongada, como é o caso do estacionamento de algumas embarcações dedicadas à extração de inertes, bem como de navios arribados ou avariados, como é a situação relativa ao navio "Hacinin Ahmet", arrestado no porto de Ponta Delgada desde dezembro de 2012.



Neste âmbito, será ainda de referir o desmantelamento da embarcação “Atlantiareias”, que se encontrava estacionada há vários anos no porto de Ponta Delgada, operação finalizada no início do ano de 2013.

No que diz respeito ao peso relativo dos diferentes portos, o porto de Ponta Delgada representa cerca de 46 por cento do total de estadia dos navios no conjunto dos portos, seguindo-se o porto da Praia da Vitória, com cerca de 25 por cento, e o porto da Horta, com quase 11 por cento. Todos os restantes portos registam um peso relativo, no que respeita à estadia, que não ultrapassa os cinco por cento.

Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2013



4.2.2. Movimento de mercadorias

O volume de mercadorias movimentadas no conjunto dos portos do arquipélago atingiu em 2013 um total de praticamente 2.184 milhares de toneladas, o que significa uma quebra de 6,43 por cento relativamente a 2012.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

Portos	Unidade: tons.		
	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	1.305.282	1.380.100	-5,42%
Praia da Vitória	514.121	580.154	-11,38%
São Roque	105.890	95.612	10,75%
Horta	95.471	101.028	-5,50%
Velas	63.425	62.987	0,70%
Vila do Porto	41.282	44.096	-6,38%
Praia da Graciosa	27.546	29.889	-7,84%
Lajes das Flores	25.241	26.879	-6,09%
Calheta	3.923	6.159	-36,30%
Madalena	1.337	6.569	-79,65%
Total	2.183.517	2.333.473	-6,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

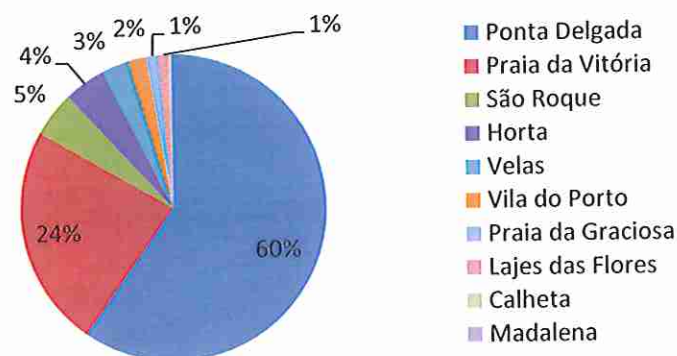
O principal aspeto a destacar é o acréscimo registado no porto de São Roque do Pico, superior a 10 por cento, totalizando mais de 105 milhares de toneladas movimentadas em 2013. Em consequência



deste facto, este porto passou a ser o terceiro porto do arquipélago em termos de movimentação de mercadorias, ultrapassando o porto da Horta. Também o porto das Velas registou um aumento nas mercadorias movimentadas, embora residual. Em todos os restantes portos observam-se quebras nos volumes de mercadorias movimentadas, mais assinalável no porto da Praia da Vitória, pela sua importância no contexto regional.

De referir que, pela primeira vez, incluíram-se os volumes de mercadorias movimentadas nos portos da Calheta e Madalena, portos abastecidos exclusivamente no âmbito de operações de tráfego local.

Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2013



O porto de Ponta Delgada, com 1.305 milhares de toneladas, é o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 514 milhares de toneladas. No seu conjunto, ambos os portos representam cerca de 85 por cento do total de mercadorias movimentadas no conjunto dos portos sob gestão da PA.

Em termos dos vários modos de acondicionamento das mercadorias, o contentor é o principal modo, representando 53 por cento do total das mercadorias, o correspondente a 1.167 milhares de toneladas. Face ao volume movimentado do ano de 2012, tal representa um acréscimo de 1,29 por cento, aspeto que apraz registar, atendendo ao abrupto decréscimo registado entre 2011 e 2012, da ordem dos 20 por cento.

Seguem-se os granéis líquidos, com 21 por cento do total das mercadorias, ou seja, 458 milhares de toneladas, seguidos de perto pelos granéis sólidos, com 415 milhares de toneladas, o equivalente a 19 por cento do total das mercadorias movimentadas em 2013. Em ambos os casos são notórias as quebras nas quantidades movimentadas em 2013, que ultrapassaram, face ao ano anterior, os 10 por cento, conforme se pode constatar na tabela abaixo.

Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2013	2012	Var. %
Carga contentorizada	1.166.952	1.152.096	1,29%
Granéis líquidos	457.819	510.829	-10,38%
Granéis sólidos	414.661	476.189	-12,92%
Carga geral	144.085	194.359	-25,87%
Total	2.183.517	2.333.473	-6,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



As mercadorias movimentadas em carga geral registam uma percentagem relativamente diminuída do total (6,6 por cento), estando sobretudo associadas às operações das embarcações afetas ao tráfego local ou, ainda, a parcelas avulsas transportadas em navios porta-contentores. A variação ocorrida é muito significativa, atingindo os 25 por cento, de 194 mil toneladas em 2012 para 144 mil em 2013.

Este tipo de análise poderá ainda ser mais detalhado, com a apresentação de informação relativa a cargas e descargas por modo de acondicionamento. No caso das mercadorias carregadas, que constituem praticamente 28 por cento do total, o principal facto a destacar é o aumento extraordinário a nível dos granéis sólidos, com as operações de carga a granel de madeira (5.747 toneladas), no porto da Praia da Vitória, e ainda as operações de carga a granel de pedra, no porto de Ponta Delgada, destinado ao porto de Vila do Porto. Este tipo de movimentos regista, contudo, um carácter esporádico, para além de residual no contexto das mercadorias carregadas.

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2013	2012	Var.%
Carga contentorizada	456.323	462.914	-1,42%
Granéis sólidos	8.175	455	1696,80%
Granéis líquidos	75.801	75.321	0,64%
Carga geral	68.200	92.752	-26,47%
Total	608.499	631.442	-3,63%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De referir ainda um decréscimo, embora pouco significativo, nas mercadorias contentorizadas e um acréscimo, também ligeiro, dos granéis líquidos. É ao nível da carga geral carregada que é perceptível uma maior variação, relativamente similar à do total da carga geral.

Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

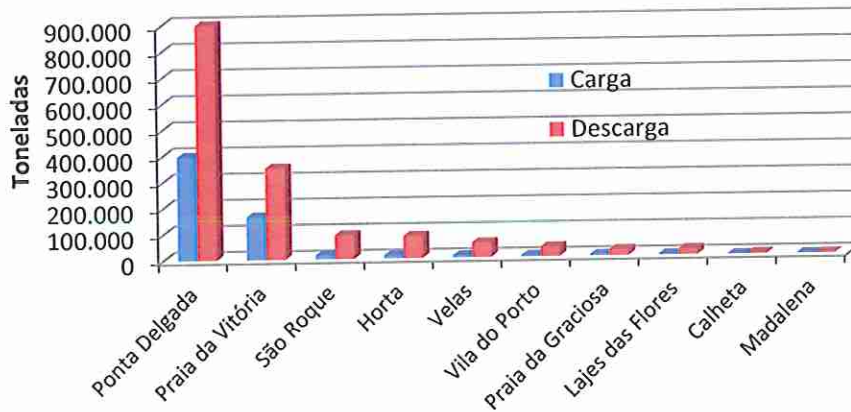
Portos	Unidade: tons.		
	2013	2012	Var.%
Carga contentorizada	710.629	689.182	3,11%
Granéis sólidos	406.485	475.734	-14,56%
Granéis líquidos	382.018	435.508	-12,28%
Carga geral	75.886	101.607	-25,31%
Total	1.575.018	1.702.031	-7,46%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já no que se refere às mercadorias descarregadas, correspondente a 72 por cento do total das mercadorias, será de referir o crescimento das mercadorias contentorizadas, em três por cento. Todas as restantes modalidades de acondicionamento registam quebras, sendo particularmente acentuada ao nível da carga geral.

[Handwritten signatures]

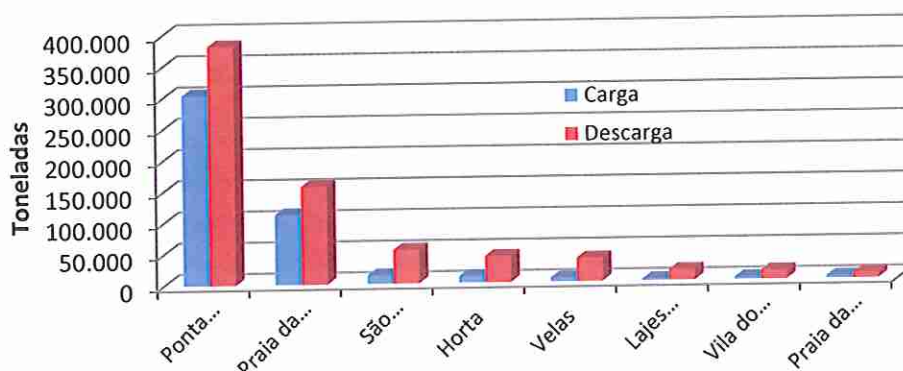
Figura 10: Total de mercadorias carregadas e descarregadas em 2013



O desequilíbrio entre cargas e descargas é um fenómeno transversal a todos os portos do arquipélago. O tráfego onde esta análise se revela mais importante efetuar é ao nível da carga contentorizada, por envolver serviços de transporte regular, com pontos de escala e regularidade predeterminados. Neste caso, observa-se uma proporção média de 40 por cento para as cargas e de 60 por cento para as descargas. A generalidade destas operações enquadra-se num regime de obrigações de serviço público, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, com exclusão da linha com carácter mensal entre os Estados Unidos e o porto da Praia da Vitória, associada às necessidades decorrentes do funcionamento da Base Aérea das Lajes, na ilha Terceira.

Contudo, esta distribuição não se apresenta uniforme entre todos os portos. No que respeita à mercadoria contentorizada, constata-se que os portos onde a relação entre carga e descarga é mais desproporcional são os portos das Velas e Lajes das Flores, em que as descargas de mercadoria contentorizada representam cerca de 85 por cento do total da mercadoria contentorizada movimentada.

Figura 11: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada em 2013



Seguem-se os portos de Horta, São Roque do Pico e Vila do Porto, em que as descargas de mercadoria contentorizada rondam os 80 por cento do total da mercadoria contentorizada. Apenas os portos da Praia da Vitória (58 por cento) e Ponta Delgada (56 por cento) registam uma percentagem de descarga de mercadoria contentorizada abaixo da média do conjunto dos portos do arquipélago.

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Portos	2013			2012			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	304.141	382.432	686.573	324.182	377.843	702.025	-6,18%	1,21%	-2,20%
Praia da Vitória	111.974	156.346	268.320	101.841	157.445	259.286	9,95%	-0,70%	3,48%
São Roque	13.542	53.747	67.289	11.811	42.377	54.188	14,66%	26,83%	24,18%
Horta	10.327	41.926	52.253	10.876	40.157	51.033	-5,05%	4,41%	2,39%
Velas	5.958	37.286	43.244	5.880	31.459	37.339	1,33%	18,52%	15,81%
Lajes das Flores	2.606	16.622	19.228	2.116	18.895	21.011	23,16%	-12,03%	-8,49%
Vila do Porto	3.748	14.026	17.774	3.095	13.047	16.142	21,10%	7,50%	10,11%
Praia da Graciosa	4.027	8.244	12.271	3.113	7.959	11.072	29,36%	3,58%	10,83%
Total	456.323	710.629	1.166.952	462.914	689.182	1.152.096	-1,42%	3,11%	1,29%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No caso do porto de Ponta Delgada, esta relação é diretamente influenciada pelas operações de *transshipment*, funcionando esse porto como plataforma das cargas nas operações dos navios que não escalam a totalidade das ilhas.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Portos	2013			2012			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	75.801	224.557	300.359	75.321	249.440	324.761	0,64%	-9,98%	-7,51%
Praia da Vitória	0	77.424	77.424	0	99.169	99.169	-%	-21,93%	-21,93%
Horta	0	29.482	29.482	0	29.581	29.581	-%	-0,33%	-0,33%
São Roque	0	19.233	19.233	0	18.688	18.688	-%	2,92%	2,92%
Velas	0	11.459	11.459	0	12.296	12.296	-%	-6,81%	-6,81%
Vila do Porto	0	10.060	10.060	0	16.647	16.647	-%	-39,57%	-39,57%
Lajes das Flores	0	4.996	4.996	0	4.764	4.764	-%	4,87%	4,87%
Praia da Graciosa	0	4.806	4.806	0	4.923	4.923	-%	-2,38%	-2,38%
Total	75.801	382.018	457.819	75.321	435.508	510.829	0,64%	-12,28%	-10,38%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Do mesmo modo, no que diz respeito aos granéis líquidos, o porto de Ponta Delgada constitui a base para o abastecimento das diferentes ilhas, com exceção da ilha Terceira, que é abastecida diretamente do exterior. Decorre deste facto que apenas o porto de Ponta Delgada regista movimentação de carga em termos de granéis líquidos, conforme se constata na tabela acima.

Já em relação aos granéis sólidos, dominam, em grande medida, as importações de produtos para alimentação animal ou para fabrico de rações. Apenas alguns portos possuem capacidade para o seu manuseamento, particularmente no caso dos portos da Praia da Vitória e Ponta Delgada, que possuem equipamento de movimentação vertical, nomeadamente gruas portuárias.

Neste último caso, ou seja, no porto de Ponta Delgada há ainda um volume significativo de descarga de clínquer e pó de pedra, importantes materiais associados à construção civil, que totalizaram 75 milhares de toneladas descarregadas. Com caráter residual, há ainda a registar a movimentação de ramos de açúcar, numa única operação de descarga de 3,5 mil toneladas.

Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	2013			2012			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	2.110	288.943	291.053	0	319.915	319.915	-%	-9,68%	-9,02%
Praia da Vitória	5.747	112.709	118.456	0	149.599	149.599	-%	-24,66%	-20,82%
Horta	318	2.723	3.041	455	3.352	3.807	-30,11%	-18,76%	-20,12%
Vila do Porto	0	2.110	2.110	0	0	0	-%	-%	-%
Velas	0	0	0	0	2.868	2.868	-%	-100,00%	-100,00%
Total	8.175	406.485	414.661	455	475.734	476.189	1696,80%	-14,56%	-12,92%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência à carga geral, em que se nota a importância das operações de tráfego local a partir dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, no primeiro caso apenas para o porto de Vila do Porto e, no segundo, para o conjunto das ilhas do Grupo Central. Devido a este tipo de operações, os volumes de carga geral destes dois portos são superiores em termos de carga e não descarga, muito particularmente no caso do porto da Praia da Vitória, onde se localiza um terminal de tráfego local concessionado ao operador Transportes Marítimos Graciosenses, Lda., que concentra aí toda a sua operação logística.

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	2013			2012			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	14.663	12.634	27.297	17.764	15.635	33.399	-17,46%	-19,19%	-18,27%
Praia da Vitória	46.496	3.425	49.921	67.381	4.719	72.100	-31,00%	-27,42%	-30,76%
São Roque	1.889	17.479	19.368	2.267	20.469	22.736	-16,67%	-14,61%	-14,81%
Vila do Porto	1.148	10.188	11.337	1.411	9.896	11.307	-18,61%	2,96%	0,26%
Horta	698	9.997	10.695	649	15.958	16.607	7,55%	-37,35%	-35,60%
Praia da Graciosa	874	9.595	10.469	905	12.989	13.894	-3,43%	-26,13%	-24,65%
Velas	1.480	7.242	8.722	1.291	9.193	10.484	14,64%	-21,22%	-16,81%
Calheta	382	3.540	3.923	602	5.557	6.159	-36,50%	-36,28%	-36,30%
Madalena	25	1.312	1.337	16	6.553	6.569	50,57%	-79,98%	-79,65%
Lajes das Flores	544	473	1.017	465	639	1.104	16,99%	-25,98%	-7,88%
Total	68.200	75.886	144.085	92.752	101.607	194.359	-26,47%	-25,31%	-25,87%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De mencionar, finalmente, o facto de se considerar, pela primeira vez, os dados relativos aos portos da Calheta de São Jorge e Madalena do Pico, portos vocacionados para o tráfego local, seja de mercadorias, como de passageiros, sobretudo no caso deste último porto.

4.2.3. Movimento de contentores

Em termos de movimentação de contentores, principal segmento em termos de acondicionamento das mercadorias, o aspeto mais importante será a variação positiva (1,87 por cento) registada no número de unidades cheias movimentadas, medido em unidades TEU, em 2013, em oposição ao decréscimo muito substancial ocorrido no ano anterior, que ultrapassou os 14 por cento.



Este fenómeno de crescimento no número de contentores cheios movimentados foi relativamente geral, com exceção dos casos dos portos das Lajes das Flores e Horta. Por via do crescimento muito significativo no número de TEU do porto de São Roque do Pico (mais de 19 por cento) e a diminuição ocorrida no porto da Horta (-4 por cento), aquele porto é agora, o terceiro porto do arquipélago, tanto em termos de toneladas movimentadas, conforme vimos acima, como ainda no que respeita ao número de contentores movimentados. Referência para o aumento superior a 10 por cento no número de TEU do porto da Praia da Graciosa, a que não será alheio o facto da ilha da Graciosa liderar a lista regional em termos de retoma de resíduos de embalagem.

Tabela 17: Movimento de contentores cheios (TEU)

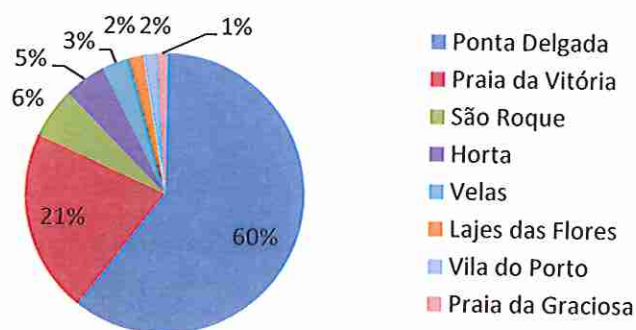
Portos	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	61.763	60.913	1,40%
Praia da Vitória	21.726	21.694	0,15%
São Roque	5.994	5.022	19,35%
Horta	4.938	5.132	-3,78%
Velas	3.276	3.127	4,76%
Lajes das Flores	1.687	1.849	-8,76%
Vila do Porto	1.614	1.493	8,10%
Praia da Graciosa	1.174	1.063	10,44%
Total	102.172	100.293	1,87%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Na figura abaixo é apresentado o peso relativo de cada porto neste segmento de operações no ano de 2013. De destacar o facto dos três portos de menor dimensão serem escalados por três operadores distintos, ou seja, Lajes das Flores pela empresa Transinsular, S.A, Vila do Porto pela empresa Mutualista Açoreana de Transportes Marítimos, S.A., e Praia da Graciosa pela Box Lines, S.A., com escalas quinzenais.

Todos os restantes portos são escalados por mais do que um operador de transporte marítimo regular, neste caso, de cabotagem insular e com um nível de frequência no mínimo semanal.

Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2013



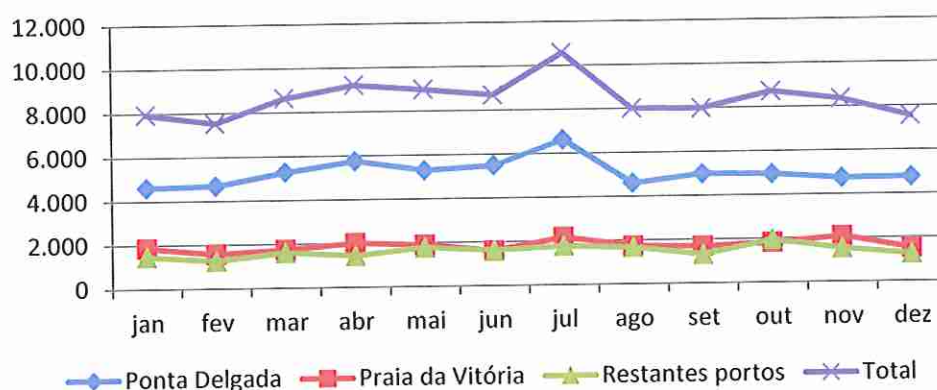
[Handwritten signatures]

Em termos de análise mensal, as próximas duas figuras apresentam dados sobre o movimento mensal de contentores cheios em 2013, medidos em TEU, para os diferentes portos.

Na primeira figura, são apresentados os totais mensais e os dados dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória desagregados, bem como o somatório dos restantes portos, dados estes agrupados devido às quantidades relativamente diminutas observadas implicarem uma maior amplitude em termos da escala utilizada, o que tornava pouco legível a apresentação dos dados.

Será de destacar o facto das quantidades de todos esses portos coincidir, grosso modo, com os volumes movimentados no porto da Praia da Vitória.

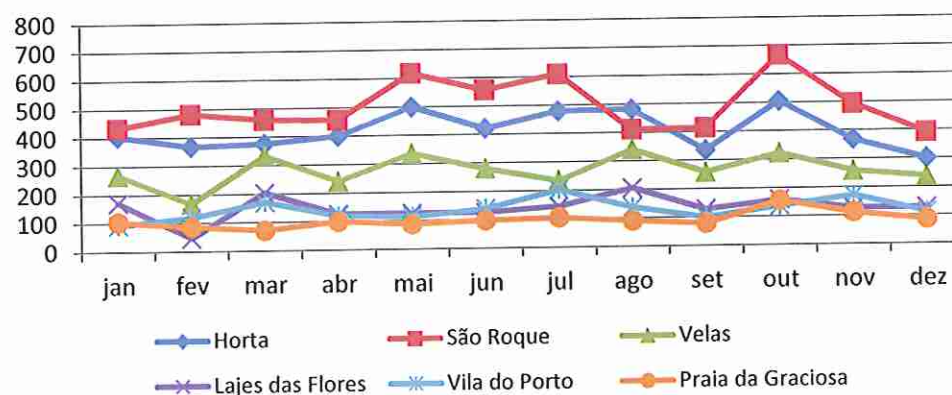
Figura 13: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013



Conforme referido acima, optou-se por agrupar os dados dos portos com menores volumes de contentores movimentados, que são apresentados na figura seguinte.

Neste caso, são evidentes também algumas diferenças na dimensão dos tráfegos, sendo os portos escalados quinzenalmente, ou seja, Lajes das Flores, Vila do Porto e Praia da Graciosa, aqueles que registam os menores volumes de contentores movimentados e em que apenas no caso das Lajes das Flores atinge-se um fluxo mensal mais próximo das 200 unidades.

Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013



O comportamento entre cargas e descargas neste segmento é apresentado na tabela a seguir, sendo notório o facto dos contentores carregados registarem um crescimento ligeiramente superior ao dos contentores descarregados (2,01 por cento contra 1,78 por cento). Este fenómeno é particularmente

notório nos portos de São Roque do Pico e Praia da Graciosa e, em menor grau, no porto de Vila do Porto.

O porto da Horta é o único caso em que se observa uma diminuição tanto no número de unidades cheias carregadas como descarregadas e quase na mesma proporção, à volta dos quatro por cento. Já o porto das Velas regista um comportamento díspar, com um aumento do número de unidades descarregadas e diminuição das unidades carregadas.

No caso dos portos da Praia da Vitória, Lajes das Flores e Praia da Graciosa, ocorre o fenómeno inverso ao registado no porto das Velas, com quebra ao nível das unidades descarregadas e acréscimo no número de unidades carregadas. Este facto é particularmente relevante no caso do porto da Praia da Graciosa, em que se regista um aumento assinalável de praticamente 40 por cento no embarque de contentores, decorrente, em grande medida, do já mencionado fenómeno de reciclagem e valorização de resíduos.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

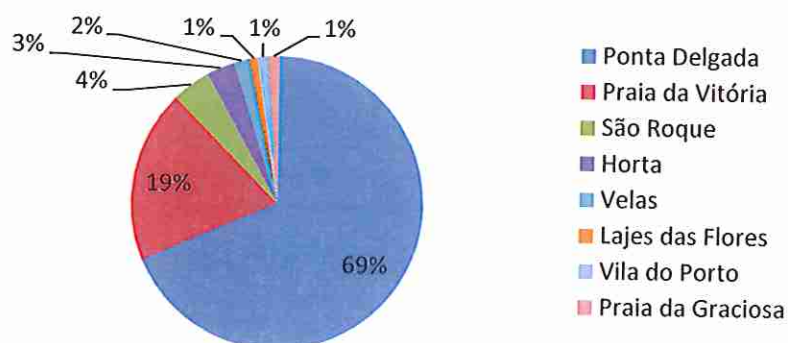
Portos	2013			2012			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	27.952	33.811	61.763	27.928	32.985	60.913	0,09%	2,50%	1,40%
Praia da Vitória	7.807	13.919	21.726	7.590	14.104	21.694	2,86%	-1,31%	0,15%
São Roque	1.733	4.261	5.994	1.328	3.694	5.022	30,50%	15,35%	19,35%
Horta	1.264	3.674	4.938	1.311	3.821	5.132	-3,59%	-3,85%	-3,78%
Velas	700	2.576	3.276	719	2.408	3.127	-2,64%	6,98%	4,76%
Lajes das Flores	381	1.306	1.687	353	1.496	1.849	7,93%	-12,70%	-8,76%
Vila do Porto	456	1.158	1.614	406	1.087	1.493	12,32%	6,53%	8,10%
Praia da Graciosa	512	662	1.174	366	697	1.063	39,89%	-5,02%	10,44%
Total	40.805	61.367	102.172	40.001	60.292	100.293	2,01%	1,78%	1,87%

Unidade: TEU

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de peso relativos dos diferentes portos, o porto de Ponta Delgada, com 69 por cento do total de contentores cheios carregados, e o porto da Praia da Vitória, com 19 por cento, são os principais portos do arquipélago, seguidos do porto de São Roque, com quatro por cento, mais um ponto percentual (p.p.) do que no ano de 2012.

Figura 15: Movimento de TEUs cheios carregados em 2013

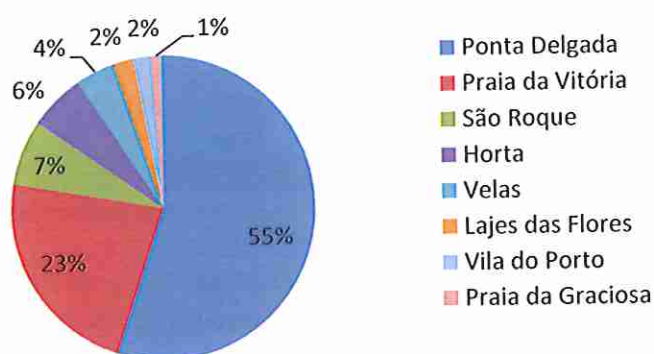




Já no que respeita à descarga, a distribuição em termos de unidades TEU apresenta-se ligeiramente mais homogénea, representando o porto de Ponta Delgada 55 por cento do número de unidades TEU descarregadas, o porto da Praia da Vitória 23 por cento e o porto de São Roque do Pico sete por cento, mais um p.p. do que o porto da Horta.

As operações de *transshipment* realizadas no porto de Ponta Delgada registam um impacto relevante nesta distribuição, sendo perceptível o efeito de tal fenómeno através da comparação das duas figuras em causa. De facto, constata-se que o peso relativo da carga é significativamente superior ao da descarga, decorrendo tal situação de nem todos os navios escalarem diretamente a totalidade das ilhas, sendo, portanto, necessário proceder à transferência de contentores para outros navios. Estas operações ocorrem habitualmente no porto de Ponta Delgada que, devido à dimensão dos fluxos dirigidos exclusivamente à ilha, revela-se mais eficiente nessas operações, observando-se ainda um custo unitário inferior.

Figura 16: Movimento de TEUs cheios descarregados em 2013



Outro tipo de análise é a que se prende com a tipologia dos contentores, tendo por base os dados apresentados na tabela a seguir, em que consta as quantidades de contentores de 20' e de 40'.

Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	2013			2012			Var.%		
	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	19.073	21.345	61.763	19.069	20.922	60.913	0,02%	2,02%	1,40%
Praia da Vitória	8.170	6.778	21.726	7.876	6.909	21.694	3,73%	-1,90%	0,15%
São Roque	2.374	1.810	5.994	1.996	1.513	5.022	18,94%	19,63%	19,35%
Horta	2.162	1.388	4.938	2.140	1.496	5.132	1,03%	-7,22%	-3,78%
Velas	1.724	776	3.276	1.483	822	3.127	16,25%	-5,60%	4,76%
Lajes das Flores	1.279	204	1.687	1.381	234	1.849	-7,39%	-12,82%	-8,76%
Vila do Porto	940	337	1.614	849	322	1.493	10,72%	4,66%	8,10%
Praia da Graciosa	630	272	1.174	579	242	1.063	8,81%	12,40%	10,44%
Total	36.352	32.910	102.172	35.373	32.460	100.293	2,77%	1,39%	1,87%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Neste âmbito, o porto de Ponta Delgada é o único porto onde se regista uma maior proporção de contentores de 40' face aos de 20'. Já nos restantes portos, o contentor de 20' é o mais utilizado, sendo o caso extremo o do porto das Lajes das Flores, em que, por cada contentor de 40' foram movimentados mais de seis contentores de 20' (mais propriamente 6,27 contentores de 20' por cada contentor de 40').

Estas relações entre contentores de 20' e de 40' nos vários portos resultam, em grande medida, da dimensão dos fluxos de tráfego de ou para cada ilha, não sendo possível, em muitos casos, o recurso a unidades de maior dimensão, por dificuldade de preenchimento das mesmas por parte dos transitários e outros recebedores ou carregadores.

Ainda a este nível, outro aspeto notório é o que decorre das maiores proporções de contentores de 20' registarem-se nos portos com apenas escalas quinzenais, nomeadamente, os portos de Lajes das Flores (6,27 contentores de 20' por cada contentor de 40'), Vila do Porto (2,79) e Praia da Graciosa (2,32).

Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU)

Portos	2013	2012	Var. %
Ponta Delgada	18.032	17.155	5,11%
Praia da Vitória	10.675	10.388	2,76%
São Roque	3.700	3.109	19,01%
Horta	3.445	3.501	-1,60%
Velas	2.820	2.642	6,74%
Vila do Porto	1.416	1.250	13,28%
Lajes das Flores	1.309	1.270	3,07%
Praia da Graciosa	784	676	15,98%
Total	42.181	39.991	5,48%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência ainda à movimentação de contentores vazios, operação indispensável no âmbito do desequilíbrio nas trocas comerciais, conforme vimos acima.

Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Portos	2013			2012			Var. %		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	11.964	6.068	18.032	11.445	5.710	17.155	4,53%	6,27%	5,11%
Praia da Vitória	8.244	2.431	10.675	8.415	1.973	10.388	-2,03%	23,21%	2,76%
São Roque	3.031	669	3.700	2.563	546	3.109	18,26%	22,53%	19,01%
Horta	2.964	481	3.445	2.954	547	3.501	0,34%	-12,07%	-1,60%
Velas	2.371	449	2.820	2.172	470	2.642	9,16%	-4,47%	6,74%
Vila do Porto	958	458	1.416	868	382	1.250	10,37%	19,90%	13,28%
Lajes das Flores	1.107	202	1.309	1.139	131	1.270	-2,81%	54,20%	3,07%
Praia da Graciosa	526	258	784	457	219	676	15,10%	17,81%	15,98%
Total	31.165	11.016	42.181	30.013	9.978	39.991	3,84%	10,40%	5,48%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Nesse sentido, a principal operação no que respeita a contentores vazios é a de carregamento, que é de praticamente três vezes a de descarga de contentores, conforme se poderá constatar na tabela acima.

Em termos de distinção entre unidades vazias de 20' e de 40', observa-se um crescimento acentuado ao nível das unidades de 20' (12,6 por cento), bastante acima da relativa às unidades de 40' (0,98 por cento).

Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	2013			2012			Var.%		
	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	6.888	5.572	18.032	6.259	5.448	17.155	10,05%	2,28%	5,11%
Praia da Vitória	3.861	3.407	10.675	3.452	3.468	10.388	11,85%	-1,76%	2,76%
São Roque	1.608	1.046	3.700	1.293	908	3.109	24,36%	15,20%	19,01%
Horta	1.593	926	3.445	1.495	1.003	3.501	6,56%	-7,68%	-1,60%
Velas	1.428	696	2.820	1.200	721	2.642	19,00%	-3,47%	6,74%
Lajes das Flores	909	200	1.309	858	206	1.270	5,94%	-2,91%	3,07%
Vila do Porto	740	338	1.416	636	307	1.250	16,35%	10,10%	13,28%
Praia da Graciosa	398	193	784	282	197	676	41,13%	-2,03%	15,98%
Total	17.425	12.378	42.181	15.475	12.258	39.991	12,60%	0,98%	5,48%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.4. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros no conjunto dos portos açorianos ultrapassou, mais uma vez, um milhão de passageiros, facto que ocorre consecutivamente desde o ano de 2010. Face ao ano anterior, o ano de 2013 registou uma quebra muito ligeira de 0,54 por cento, para 1.014 milhares de passageiros.

Tabela 23: Movimento total de passageiros

Portos	2013	2012	Var.%
Horta	373.316	368.930	1,19%
Madalena	344.000	331.079	3,90%
Ponta Delgada	109.372	124.636	-12,25%
Velas	66.267	64.941	2,04%
São Roque	42.803	46.877	-8,69%
Praia da Vitória	41.383	43.038	-3,85%
Vila do Porto	18.115	18.930	-4,31%
Praia da Graciosa	9.389	10.940	-14,18%
Lajes das Flores	5.183	5.108	1,47%
Corvo	3.573	3.836	-6,86%
Calheta	791	782	1,15%
Angra do Heroísmo	113	738	-84,69%
Total	1.014.305	1.019.835	-0,54%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

Os portos da Horta e da Madalena registam um aumento do seu peso relativo conjunto, de 69 por cento para 71 por cento, um aumento de dois p.p., em virtude das quebras registadas sobretudo no porto de Ponta Delgada no tráfego de passageiros.

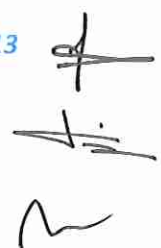
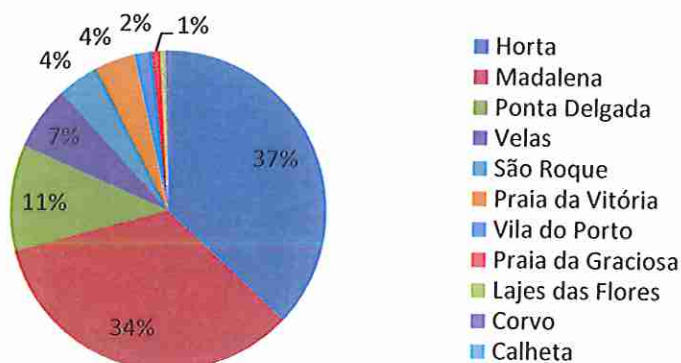


Figura 17: Movimento total de passageiros em 2013



Será de considerar dois tipos de operações neste segmento da atividade portuária: (1) as operações referentes às escalas de navios de cruzeiro, com uma particular preponderância para as registadas durante o mês de abril; (2) as operações associadas às empresas Transmaçor e Atlânticoline, que abrangem, no primeiro caso, a totalidade do ano e com particular destaque, pela sua dimensão, para o tráfego entre os portos da Horta e Madalena e, no segundo, sobretudo o transporte de passageiros e viaturas, ao abrigo de um contrato de prestação de serviços de transporte entre o Governo Regional dos Açores e a Atlânticoline, empresa participada pela PA.

Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade

	2013	2012	Var.%
Operações interilhas	926.868	916.954	1,08%
Operações em cruzeiros	87.437	102.881	-15,01%
Total	1.014.305	1.019.835	-0,54%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

Detalham-se nos pontos seguintes os dois segmentos acima referidos.

4.2.4.1. Passageiros de navios de cruzeiro

As operações de navios de cruzeiros registaram em 2013 um decréscimo relativamente significativo, equivalente a 15 por cento. Para este decréscimo contribuiu sobretudo o número considerável de cancelamentos devido ao mau estado do tempo no Atlântico Norte em abril de 2013, o que condicionou o desenrolar normal daquela época de cruzeiros

De qualquer modo, esta variação deverá ser analisada num contexto da evolução dos últimos anos e em que o ritmo de crescimento registado foi sempre superior ao decréscimo agora observado (18 por cento entre 2011 e 2012 e 41 por cento entre 2010 e 2011). Poder-se-á, portanto, considerar este um fenómeno pontual e, sobretudo devido a circunstâncias imponderáveis, numa tendência notoriamente de crescimento da atividade, crescimento esse alicerçado numa gradual melhoria das infraestruturas portuárias dirigidas a este segmento e na promoção do arquipélago em feiras da especialidade, nomeadamente as Convenções *Sea Trade*, em Miami e Hamburgo.



Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	73.102	86.942	-15,92%
Horta	7.149	10.245	-30,22%
Praia da Vitória	5.048	2.907	73,65%
Velas	631	443	42,44%
Vila do Porto	342	380	-10,00%
Praia da Graciosa	233	407	-42,75%
Lajes das Flores	233	206	13,11%
Corvo	233	206	13,11%
Angra do Heroísmo	113	738	-84,69%
São Roque	113	349	-67,62%
Madalena	120	58	106,90%
Calheta	120	0	-%
Total	87.437	102.881	-15,01%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

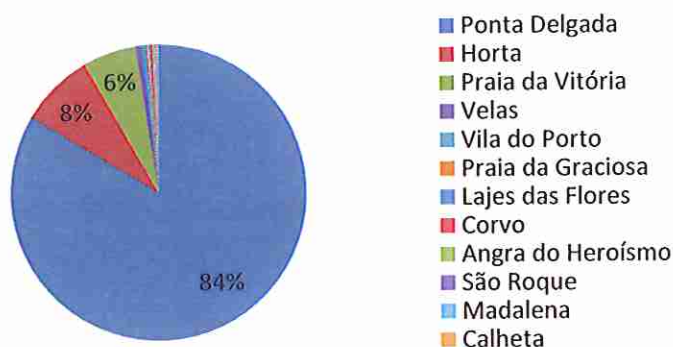
O porto de Ponta Delgada, não obstante a diminuição registada, continua a ser o principal porto neste segmento de atividade, com 84 por cento do total de passageiros transportados em navios de cruzeiro (85 por cento em 2012 e 90 por cento em 2011).

Segue-se o porto da Horta, com oito por cento do total de movimentos de passageiros em navios de cruzeiro em 2013 (10 por cento em 2012 e três por cento em 2011). Observou-se, em relação a este porto, um ajustamento do volume de passageiros deste segmento (-30 por cento), após o crescimento de 260 por cento em 2012, em resultado da entrada em funcionamento do novo terminal daquele porto, no verão de 2012.

Ao nível dos portos da ilha Terceira, regista-se um crescimento de 42 por cento no número de passageiros em navios de cruzeiro e uma transferência dos passageiros do porto de Angra do Heroísmo para o porto da Praia da Vitória.

Os restantes portos apresentam um número de escalas praticamente residual, com um volume de passageiros relativamente diminuto, que não atingem, em qualquer dos portos em causa, o milhar de passageiros.

Figura 18: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2013

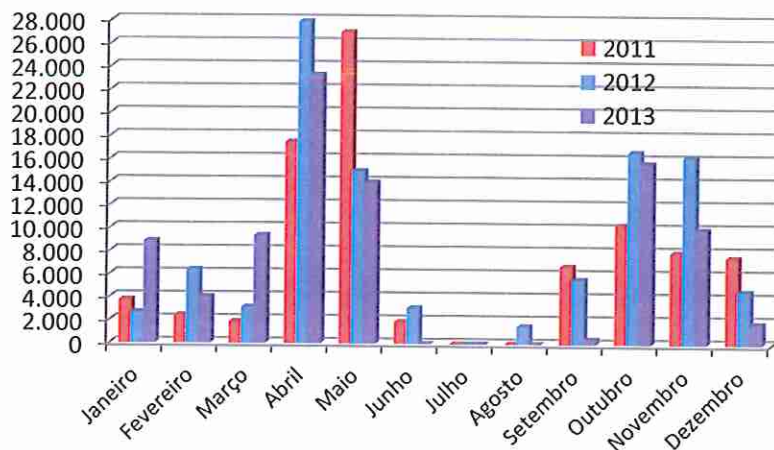


Em termos de sazonalidade das operações de navios de cruzeiros, constata-se a prevalência do mês de abril, que representa 27 por cento do total anual de passageiros em navios de cruzeiro, tanto em

[Handwritten signatures]

2012 como 2013. Seguem-se os meses de outubro e maio, sendo que o número de passageiros em operações registadas na primavera (abril e maio) corresponde a mais de 40 por cento do total (42,6 por cento em 2013 e 41,65 por cento em 2012).

Figura 19: Passageiros em navios de cruzeiro por meses

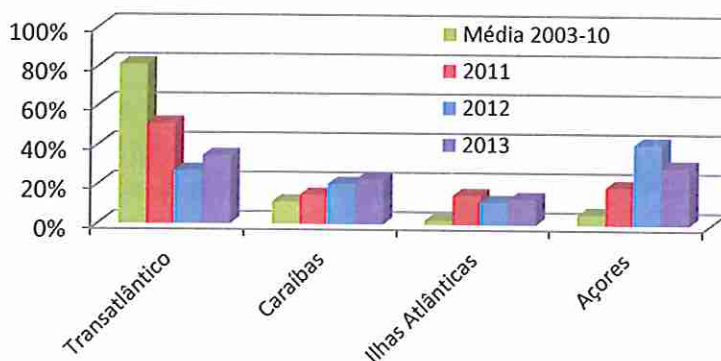


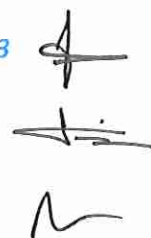
Neste segmento será ainda de destacar a ocorrência de diversos tipos de operações:

- ⌘ Escalas de reposicionamento ou transatlânticas;
- ⌘ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ⌘ Circuito das ilhas atlânticas; e
- ⌘ Circuito Açores.

No primeiro caso, trata-se de escalas integradas em ligações entre os continentes europeu e americano ou em viagens que envolvem vários continentes. No segundo caso, temos escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, com destino às Caraíbas. No que diz respeito aos circuitos das ilhas atlânticas, as escalas nos portos açorianos fazem parte de circuitos com destino às Canárias. Finalmente, no caso dos circuitos Açores, temos um conjunto de escalas em diversos portos do arquipélago, associadas a cruzeiros em âmbito temático e em que os Açores são o próprio destino.

Figura 20: Escalas de cruzeiros por tipo de operação





No ano de 2013 sobressai o fenómeno de consolidação das escalas associadas a circuitos que contemplam as ilhas atlânticas, que representa 13 por cento do total de escalas de navios de cruzeiro. Este tipo de operações decorre da importância crescente que o destino Canárias regista em termos de cruzeiros, integrando-se os Açores em tais circuitos através de cruzeiros com início em portos do norte da Europa, nomeadamente ingleses. Todos os restantes tipos de operação registam uma diminuição em termos absolutos do número de escalas e de passageiros.

Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de operação de navios de cruzeiro

Tipo de escalas	2013		2012		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Transatlântico	32	37.620	40	54.194	-20,00%	-30,58%
Açores	27	3.348	46	4.196	-41,30%	-20,21%
Caraíbas	21	34.729	28	35.685	-25,00%	-2,68%
Ilhas atlânticas	12	11.740	8	8.806	50,00%	33,32%
Total	92	87.437	122	102.881	-24,59%	-15,01%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além do tipo de operações, também é possível a apresentação de dados tendo por base as diferentes categorias consideradas neste tipo de navios. Neste campo, destaque para os navios da categoria "Standard", que correspondem a 65 por cento das escalas de navios de cruzeiros, em 2013 (53 por cento em 2012).

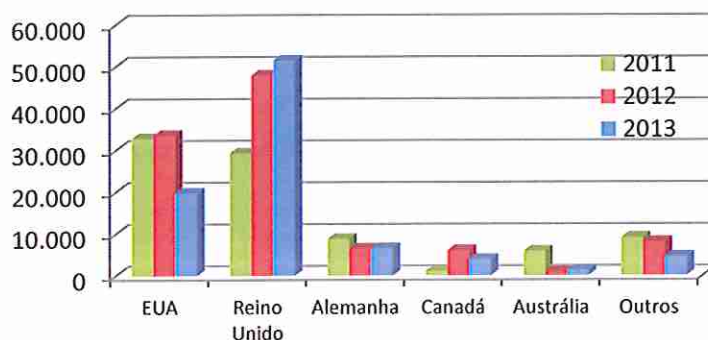
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2013		2012		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	60	78.736	65	80.106	-7,69%	-1,71%
Expedição	23	3.129	36	3.631	-36,11%	-13,83%
Premium	6	5.076	17	17.698	-64,71%	-71,32%
Luxo	3	496	4	1.446	-25,00%	-65,70%
Total	92	87.437	122	102.881	-24,59%	-15,01%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os navios da categoria "Expedição" correspondem a um segmento com um grande potencial de crescimento na indústria de cruzeiros, associado sobretudo a cruzeiros temáticos, sendo os mais utilizados no circuito Açores, por exemplo. Este tipo de navios compreende 25 por cento das escalas de cruzeiro nos portos do arquipélago.

Figura 21: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro





Quanto às principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro, são, por ordem decrescente de importância, a britânica e a norte-americana, que representaram em 2013, no conjunto, 81 por cento do total de passageiros (79 por cento em 2012). Esta percentagem é a mais elevada do último quinquénio.

Será de destacar muito particularmente a evolução ao nível dos passageiros de nacionalidade britânica, que registam um crescimento contínuo ao longo do último quinquénio, com uma taxa de crescimento médio anual ao longo desse período de 30 por cento. Esta evolução estará parcialmente associada ao notório crescimento que as escalas de navios de cruzeiro com origem em Inglaterra e destino nas Caraíbas registam, fenómeno este patente na figura e na tabela do início da página anterior.

Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	2013	2012	Var.%
Ponta Delgada	33.807	43.452	-22,20%
Horta	3.728	6.089	-38,77%
Praia da Vitória	2.703	1.852	45,95%
Angra do Heroísmo	81	940	-91,38%
Velas	372	329	13,07%
Praia da Graciosa	182	361	-49,58%
Vila do Porto	368	389	-5,40%
São Roque	81	361	-77,56%
Lajes das Flores	182	172	5,81%
Corvo	182	172	5,81%
Madalena	101	0	-%
Calheta	101	0	-%
Total	41.888	54.117	-22,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De referir, por último, os dados relativos a tripulantes de navios de cruzeiros, por porto de escala, constantes da tabela acima. Embora muitas vezes não considerados, os tripulantes dos navios de cruzeiro constituem uma parcela muito importante do número de desembarques nos portos de escala de tais navios, sendo responsáveis por volume de gastos não despreciable. Acresce ainda que a relação entre número de tripulantes e número de passageiros é bastante relevante, rondando os 50 por cento.

4.2.4.2. Passageiros em ligações interilhas

Relativamente às ligações interilhas, regista-se um volume de praticamente 927 mil passageiros, com uma evolução positiva, face a 2012, ligeiramente acima de um por cento. Esta variação é particularmente importante por suceder a um ano com uma quebra relativamente próxima dos seis por cento.



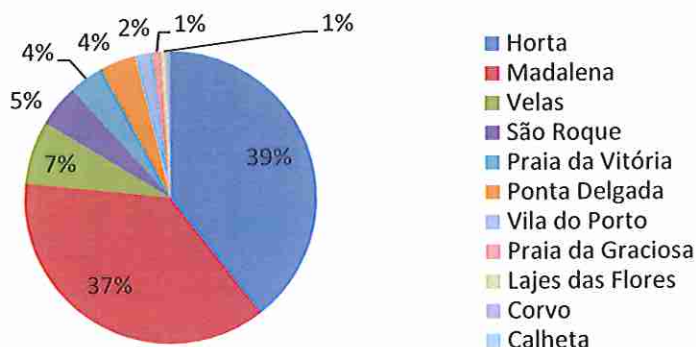
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas

Portos	2013	2012	Var.%
Horta	366.167	358.685	2,09%
Madalena	343.880	331.021	3,88%
Velas	65.636	64.498	1,76%
São Roque	42.690	46.528	-8,25%
Praia da Vitória	36.335	40.131	-9,46%
Ponta Delgada	36.270	37.694	-3,78%
Vila do Porto	17.773	18.550	-4,19%
Praia da Graciosa	9.156	10.533	-13,07%
Lajes das Flores	4.950	4.902	0,98%
Corvo	3.340	3.630	-7,99%
Calheta	671	782	-14,19%
Total	926.868	916.954	1,08%

Fonte: Direção Regional de Transportes

Os portos da Horta e Madalena representam, neste segmento de tráfego, quase 77 por cento desse total.

Figura 22: Movimento de passageiros interilhas em 2013



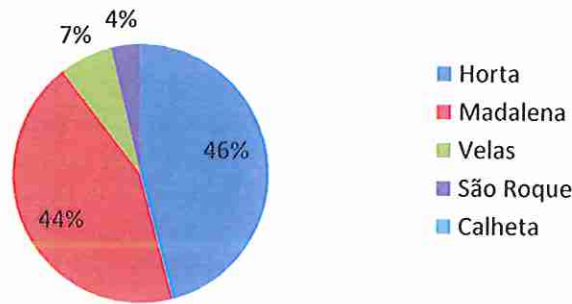
De referir que, de acordo com o conteúdo da tabela acima, os cinco principais portos do arquipélago dos Açores neste segmento fazem parte do grupo central do arquipélago, onde, de facto, existe uma mobilidade em termos de transporte marítimo de passageiros muito assinalável. O volume de passageiros interilhas registados em tais portos correspondeu, em 2013, a mais de 92 por cento do total de passageiros interilhas.

São duas as empresas com operações enquadradas neste ponto: Transmaçor e Atlânticoline.

No primeiro caso, com operação ao longo da totalidade do ano, são particularmente relevantes as ligações entre os portos da Horta e da Madalena, não obstante a empresa operar num conjunto de cinco portos (Horta, Madalena, São Roque, Velas e Calheta - neste caso apenas durante os meses de verão). As ligações entre os portos da Horta e da Madalena correspondem a praticamente 90 por cento do movimento de passageiros da empresa.

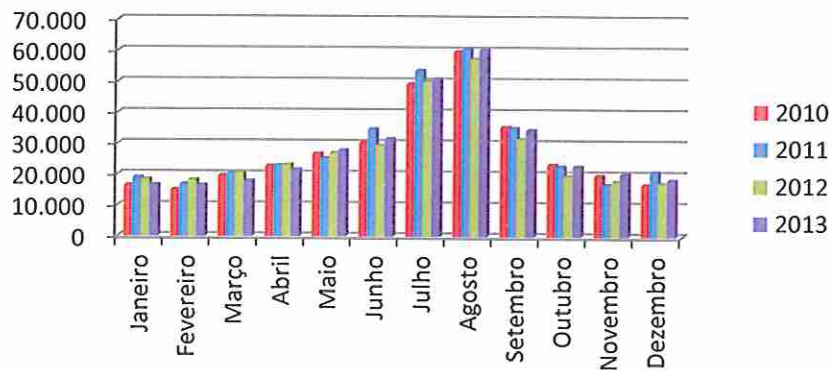
[Handwritten signature]

Figura 23: Movimento de passageiros interilhas - Transmaçor



Valerá a pena analisar o comportamento ao longo do ano da principal rota praticada pela empresa, para efeitos de avaliação da sazonalidade e o respetivo impacto em termos de infraestruturas portuárias.

Figura 24: Movimento mensal de passageiros entre Horta e Madalena



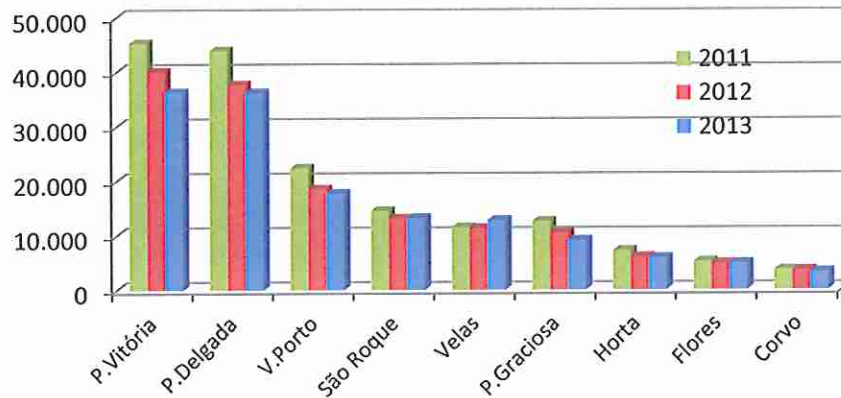
A análise mensal dos últimos quatro exercícios permite perceber um fluxo muito homogéneo ao longo dos anos e uma variabilidade mensal perfeitamente definida, com um pico nos meses de julho e agosto, em grande medida associada à atividade turística. Nesses dois meses são movimentados entre 32 e 33 por cento dos passageiros da totalidade do ano nessa rota, ou seja, o dobro da média anual.

No que respeita às operações da empresa Atlânticoline, englobam as ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, através da embarcação "Ariel" e ainda as ligações interilhas em navios *ferry*, com transporte de passageiros e viaturas, com recurso aos navios "Express Santorini" e "Hellenic Wind", neste último caso um HSC (*high speed craft*), com velocidade máxima de 35 nós. No primeiro caso, ou seja, nas ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a operação decorre ao longo de todo o ano, enquanto que no segundo caso, trata-se de uma operação sazonal, que compreende os meses de abril ou maio a setembro, ao abrigo do já citado contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o Governo Regional dos Açores e com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

Em capítulo próprio será detalhada a atividade desta empresa, participada em 83,97 por cento pela PA e na percentagem remanescente pelo Governo Regional dos Açores.

De qualquer forma, refira-se, como principal facto, a observação de valores relativamente decrescentes em termos do número de passageiros movimentados ao longo dos últimos anos (-4,3 por cento em 2013). Apenas no caso do porto das Velas registamos um crescimento mais evidente, de quase 13 por cento, entre 2012 e 2013.

Figura 25: Movimento de passageiros interilhas - Atlânticoline



4.2.5. Extração de inertes

Outra atividade a destacar no conjunto dos portos dos Açores é a que se prende com a descarga de inertes, mais propriamente areia, extraídos do mar, para posterior utilização como matéria-prima na construção civil.

A referida atividade encontra-se sujeita a licenciamento prévio, emitido pelo departamento da administração pública regional competente em termos de matéria ambiental, aplicando-se o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março. As áreas alvo de licenciamento, para efeitos de extração de tais recursos, correspondem a áreas do domínio público marítimo do mar territorial e na faixa costeira, sendo previamente definidas pela entidade em apreço. São também definidos, ao abrigo do referido processo de licenciamento, as quantidades máximas a extrair por cada empresa.

Ao longo do ano de 2013 procedeu-se à descarga de praticamente 50 milhares de toneladas de inertes, menos cerca de 20 milhares de toneladas (-28,66 por cento) do que no ano de 2012. Os principais factos a destacar em 2013 dizem respeito aos acréscimos registados em algumas ilhas, como é o caso da ilha de São Jorge (541 por cento), Faial (48 por cento), Santa Maria (14 por cento) e São Miguel (seis por cento) e ainda a quebra registada no volume descarregado na ilha Terceira, de 31 milhares de toneladas em 2013 para pouco mais de 8 mil toneladas, o correspondente a uma quebra de 73 por cento. Na origem desta quebra abrupta está a conclusão de projetos de investimento de maior envergadura, de que é exemplo a construção do Hospital do Santo Espírito em Angra do Heroísmo.



Tabela 30: Descarga de inertes (areia)

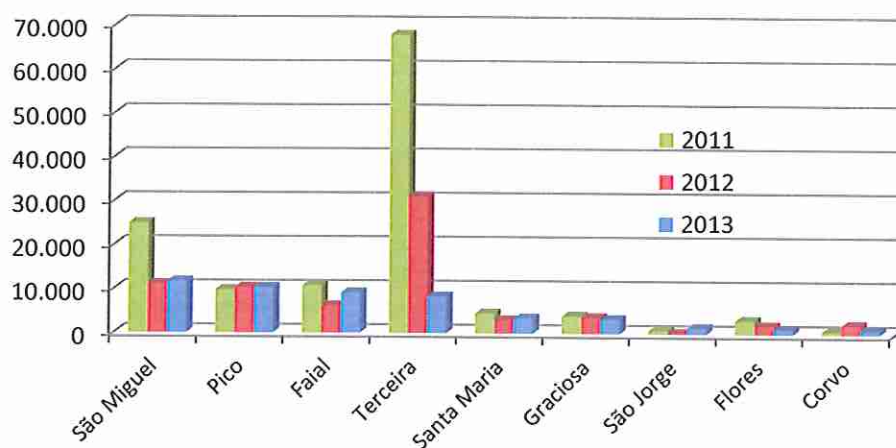
Unidade: tons.

Ilhas	2013	2012	Var. %
São Miguel	11.738	11.104	5,71%
Pico	10.340	10.340	0,00%
Faial	9.180	6.190	48,30%
Terceira	8.340	31.136	-73,21%
Santa Maria	3.467	3.046	13,82%
Graciosa	3.268	3.670	-10,95%
São Jorge	1.384	216	540,74%
Flores	1.080	1.854	-41,75%
Corvo	864	2.052	-57,89%
Total	49.661	69.608	-28,66%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Esta análise é particularmente perceptível através da leitura da figura abaixo, em que também se incluem os dados relativos a 2011.

Figura 26: Descarga de inertes (areia) nos últimos três anos





4.3. Atividade não portuária

4.3.1. Enquadramento

A principal atividade incluída neste leque de competências atribuídas à PA é a de gestão das infraestruturas associadas à náutica de recreio. Na maioria das situações, trata-se de infraestruturas construídas ou ampliadas e exploradas pela PA, e em que a marina da Horta, para além da infraestrutura mais antiga, constitui também um verdadeiro *ex-libris*.

A PA desenvolve ainda outras atividades, como sejam a gestão de infraestruturas e espaços não portuários, com particular destaque para o complexo “Portas do Mar”, em Ponta Delgada, com múltiplos espaços comerciais e um parque de estacionamento coberto, e as áreas do Porto de Pipas, em Angra do Heroísmo, responsáveis por uma parte muito significativa dos rendimentos obtidos em atividades não portuárias. O novo Terminal de Passageiros da Horta possui também alguns espaços comerciais que se enquadram nesta área de negócio, contudo, vocacionados sobretudo para o apoio aos passageiros. Para além disto, há ainda a considerar o conjunto de piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada, também sob gestão da PA.

O conjunto destas atividades apresenta-se portanto como uma componente predominantemente de lazer, diretamente associada ao turismo, e em que se destaca a vertente do turismo náutico e outras atividades complementares do mesmo. O impacto destas infraestruturas de náutica de recreio é particularmente visível em termos da assinalável dinamização da atividade de observação de cetáceos, mergulho ou ainda de *big game fishing*.

No ano de 2013, os indicadores confirmam a consolidação do conjunto das atividades integradas nesta área não portuária, com a manutenção dos rendimentos associados sobretudo à náutica de recreio e de alugueres e ocupações, não obstante a existência de alguns processos de contencioso com titulares de concessões de espaços.

4.3.2. Náutica de recreio

A gestão de infraestruturas de apoio à náutica de recreio é uma atividade relativamente importante no contexto operacional da PA, particularmente no caso da Horta, principal infraestrutura do género nos Açores. De facto, a posição do arquipélago no contexto das viagens entre o continente americano e a Europa tornam os seus portos de recreio pontos de paragem quase obrigatórios, após uma longa travessia oceânica, sendo a Horta o mais importante.

Os núcleos de recreio existentes no arquipélago correspondem sobretudo ao aproveitamento das bacias portuárias de alguns dos portos comerciais ou de áreas costeiras particularmente protegidas, como é o caso do porto de recreio das Lajes do Pico. A PA é responsável pela gestão de sete infraestruturas, a que acresce ainda outras duas, situadas nas ilhas de São Miguel (Vila Franca do Campo) e Terceira (Praia da Vitória), de iniciativa municipal.



Durante o ano de 2013, escalaram os portos de recreio geridos pela PA 3.327 embarcações de recreio não locais, o que corresponde a um aumento face ao ano anterior de 2,91 por cento.

A marina das Lajes das Flores, infraestrutura relativamente recente, vem registando, ano após ano, um número muito significativo de escalas, observando-se, em 2013, um total de 278 escalas de embarcações não locais, mais 35 por cento do que em 2012. Trata-se da primeira estrutura do género que os navegantes encontram quando vindos do continente americano, na travessia marítima do Atlântico norte.

Segue-se, em termos de variações homólogas, a marina de Angra do Heroísmo, que registou um acréscimo de 25 por cento face a 2012, o que corresponde a um aumento de mais de 100 embarcações de recreio, de 412 para 515 embarcações não locais.

As marinas de Vila do Porto e Velas, com aumentos à volta dos 15 por cento no número de embarcações não locais, merecem também um destaque muito particular, afirmando-se de modo crescente como infraestruturas com interesse no desenvolvimento deste segmento de atividade da PA. No caso da marina das Velas, registou mais 52 escalas, atingindo, no final de 2013, um total de 435 escalas de embarcações de recreio não locais. A marina de Vila do Porto ultrapassou pela primeira vez a fasquia das 300 embarcações não locais.

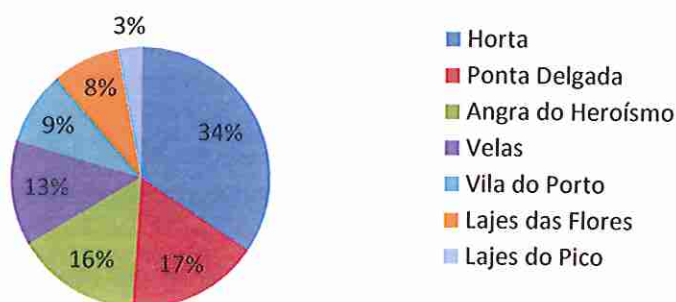
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos	2013	2012	Var.%
Horta	1.140	1.231	-7,39%
Ponta Delgada	553	630	-12,22%
Angra do Heroísmo	515	412	25,00%
Velas	435	383	13,58%
Vila do Porto	304	266	14,29%
Lajes das Flores	278	206	34,95%
Lajes do Pico	102	105	-2,86%
Total	3.327	3.233	2,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A marina da Horta, com um decréscimo de sete por cento em 2013, é, de longe, a principal infraestrutura, registando habitualmente um número de entradas de embarcações não locais superior a um milhar de unidades. Em 2013 registou 1.140 entradas de embarcações não locais, o correspondente a mais de 34 por cento do total de embarcações dos vários portos de recreio.

Figura 27: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2013

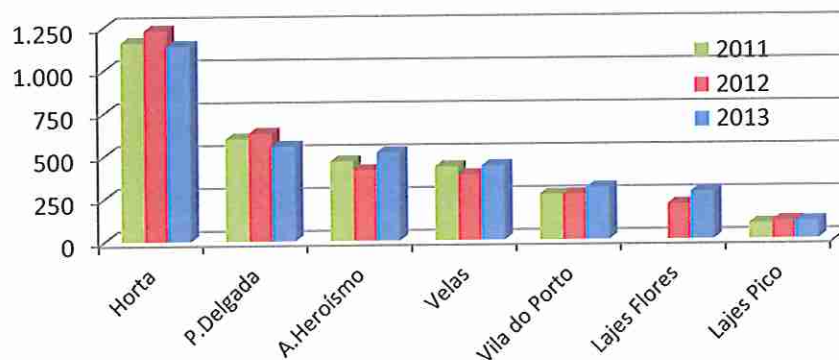




Segue-se a marina de Ponta Delgada com 553 escalas de embarcações não locais, um decréscimo de 12 por cento face ao volume de escalas de 2012, que ultrapassara pela primeira vez as 600 embarcações não locais.

A figura acima apresenta o peso relativo registado em 2013 nas diferentes infraestruturas de náutica de recreio do arquipélago dos Açores, sendo perceptível o domínio das infraestruturas localizadas nos maiores centros urbanos, que registam uma atratividade para os navegadores de recreio superior à das restantes infraestruturas.

Figura 28: Movimento de embarcações de recreio não locais



Relativamente ao número de tripulantes em 2013, totalizam 11.503 tripulantes, o correspondente a uma diminuição de pouco mais de sete por cento.

Como principais factos a destacar a este nível, realce para o crescimento assinalável do número de tripulantes com passagem pelo porto de recreio das Lajes das Flores, que ultrapassou os 64 por cento, de 486 tripulantes em 2012 para 798 em 2013. Lajes do Pico, Angra do Heroísmo e Vila do Porto são também casos de variações positivas relevantes, em todos os casos superiores a 10 por cento.

A marina da Horta representa, só por si, mais de 40 por cento do volume de tripulantes (4.715 tripulantes), sendo também a infraestrutura com a média mais elevada em termos de número de tripulantes por embarcação (4,14 tripulantes por embarcação). Face a 2012, o número de tripulantes nesse porto de recreio registou uma diminuição superior a 18 por cento. Também em Ponta Delgada registaram-se menos 26 por cento de tripulantes. O porto de recreio das Velas manteve praticamente inalterado o número de tripulantes.

Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos	2013	2012	Var.%
Horta	4.715	5.788	-18,54%
Ponta Delgada	1.649	2.237	-26,29%
Angra do Heroísmo	1.666	1.373	21,34%
Velas	1.540	1.537	0,20%
Vila do Porto	759	681	11,45%
Lajes das Flores	798	486	64,20%
Lajes do Pico	376	273	37,73%
Total	11.503	12.375	-7,05%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A tabela seguinte apresenta as principais nacionalidades, agrupadas, em alguns casos, por áreas geográficas, como por exemplo os países nórdicos, por forma a poder obter-se uma melhor noção das proveniências dos visitantes dos portos de recreio. Apresentam-se os países ou áreas geográficas que, individualmente registaram em 2013 uma percentagem do total superior a quatro por cento.

Será de referir que o peso relativo dos países ou áreas geográficas detalhados na tabela em apreço regista uma preponderância crescente ao longo do tempo, representando, em 2013, mais de 89 por cento das nacionalidades das embarcações. Em anos anteriores, o peso relativo destas nacionalidades não ultrapassava os 85 por cento.

Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais

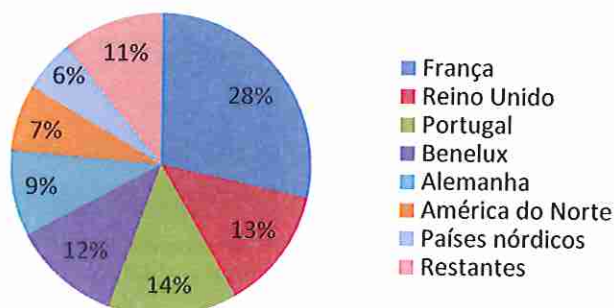
Nacionalidades	2013	2012	Var. %
França	944	1017	-7,18%
Reino Unido	440	436	0,92%
Portugal	462	360	28,33%
Benelux	389	322	20,81%
Alemanha	306	253	20,95%
América do Norte	238	218	9,17%
Países nórdicos	185	160	15,63%
Restantes	363	467	-22,27%
Total	3.327	3.233	2,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Sobressaem de forma muito clara as nacionalidades do continente europeu, que representam, em 2013 e 2012, 89 por cento do total das embarcações visitantes identificadas.

Ainda em termos de nacionalidades, será de registar a importância das embarcações francesas e britânicas, que representam, no conjunto, cerca de 42 por cento do total de embarcações com escala nos portos de recreio geridos pela PA, percentagem relativamente inferior à registada nos anos de 2012 e 2011, que foi de cerca de 45 por cento. Esta variação decorre da diminuição do peso relativo das embarcações francesas, com menos três pontos percentuais.

Figura 29: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2013





4.3.3. Dominial e piscinas

As áreas de negócio enquadradas neste ponto contemplam um conjunto de atividades complementares, com um destaque muito particular para a gestão de áreas comerciais integradas em empreendimentos portuários, como é o caso dos estabelecimentos localizados no complexo “Portas do Mar”, no porto de Pipas e ainda no Terminal de Passageiros da Horta, a partir do verão de 2012.

As infraestruturas em apreço contemplam estabelecimentos comerciais nas Portas do Mar e no Porto de Pipas, na sua grande maioria dirigidos para a área da restauração e lazer. O Terminal de Passageiros da Horta conta sobretudo com estabelecimentos para prestação de serviços de apoio aos passageiros que utilizam aquele terminal.

Adicionalmente, inclui-se neste âmbito a gestão das piscinas de São Pedro, importante área de lazer da cidade de Ponta Delgada. As instalações em causa encontram-se abertas durante o período de verão, normalmente entre os meses de junho e setembro.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores sobre esta última atividade, sendo de destacar o aumento muito substancial ao nível do número de entradas, particularmente no caso dos adultos, e ainda ao nível do aluguer de espreguiçadeiras. Como reflexo do aumento das quantidades de entradas e de aluguer de espreguiçadeiras, regista-se para um substancial acréscimo de faturação em 2013. Para esse facto muito contribuíram as condições meteorológicas extremamente favoráveis, ao contrário do que sucedera em 2012, em que o período de abertura das instalações foi reduzido para apenas três meses, entre junho e agosto, devido precisamente à instabilidade do tempo, que acentuou sobremaneira o carácter sazonal da atividade.

Tabela 34: Indicadores de atividade – Piscinas

	2013	2012	Var.%
N.º entradas	38.272	28.243	35,51%
das quais Adultos	17.114	12.065	41,85%
das quais Crianças	21.158	16.178	30,78%
Aluguer espreguiçadeiras	4.370	2.998	45,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



5. Recursos humanos

5.1. Enquadramento

O ano de 2013, a par do que sucedeu já em anos anteriores, foi marcado pela persistência do fenómeno de reduções das remunerações dos trabalhadores da PA, com reflexos diretos ao nível de uma maior conflitualidade laboral, atestados pelos diversos avisos de greve registados ao longo do ano.

De facto, as restrições impostas pela Lei de Orçamento de Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) expressaram-se ao nível da redução parcial das remunerações totais ilíquidas dos trabalhadores do Estado e empresas públicas, bem como ainda no que se refere à impossibilidade de ocorrência de situações de alteração que impliquem valorizações remuneratórias. Entretanto, haverá a considerar que, por força da decisão do Tribunal Constitucional, foi declarada a inconstitucionalidade da medida do Orçamento de Estado para 2013 que previa a suspensão do pagamento do subsídio de férias dos trabalhadores.

Outro elemento a destacar em 2013 na área dos Recursos humanos, neste caso a nível interno, foi a prossecução do Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, medida implementada no último trimestre de 2011. O programa em causa consubstancia-se na atribuição de um incentivo financeiro aos trabalhadores que preencham os requisitos mínimos fixados para a aposentação antecipada, tratando-se de um mecanismo essencial para a redução e o rejuvenescimento dos Recursos humanos da PA.

Durante o ano de 2012 este Programa registara desenvolvimentos pouco significativos, em consequência do atraso no deferimento dos despachos por parte da Caixa Geral de Aposentações (CGA). Ocorreram, durante esse ano, apenas duas situações de deferimento de aposentações. Os restantes processos foram alvo de deferimento já em 2013, com exceção de apenas um caso. Adicionalmente, e já fora do âmbito do Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, são de considerar outros 10 pedidos de aposentação, solicitados no final o ano de 2012, cujos processos de aposentação encontravam-se ainda pendentes no final de 2013.

Este conjunto de situações, sejam elas enquadradas ou não pelo referido Programa, proporcionará, ao longo dos próximos anos, um rejuvenescimento muito substancial do efetivo, particularmente no que respeita às áreas operacionais, em que é notória a prevalência de atividades com maior desgaste físico e nas quais se registam médias etárias superiores às observadas nas restantes áreas funcionais da empresa. Será, pois, possível, a breve trecho, começar a contornar o efeito cumulativo destes dois aspetos, que se traduz, por princípio, em maiores índices de sinistralidade e maior tempo de recuperação, nomeadamente em termos de situações que envolvam baixas médicas.



De qualquer modo, este efeito de rejuvenescimento foi já observado em 2013, em que se registou uma ligeira alteração em termos da estrutura do efetivo, com a contratação de seis novos trabalhadores e a saída de 14 trabalhadores.

A par do rejuvenescimento pretendido, será possível concretizar uma redução em termos absolutos do efetivo, através de uma indispensável contenção no que respeita a novas contratações, cingindo-se as mesmas aos casos estritamente indispensáveis, com preponderância para as áreas operacionais, que terão, necessariamente, que ser salvaguardadas, no contexto do modelo de gestão portuária adotado pela PA.

Conforme referido no início do presente capítulo, o impacto decorrente das restrições impostas pelo Orçamento de Estado para 2013 refletiu-se de forma muito notória na existência de diversos avisos de greve durante o ano, com destaque para o período entre setembro e outubro. Na génese de tais avisos de greve estava a pretensão por parte das várias estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da PA (Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias - SNTAP; Sindicato dos Capitães, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante - OFICIAISMAR; e o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores – STFPSA) no sentido da aplicação de um regime de exceção aos cortes salariais, à semelhança do que sucedera já nas administrações portuárias do continente e arquipélago da Madeira.

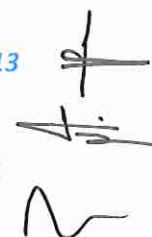
Para além da greve geral de 27 de junho, com uma adesão diminuta (4,1 por cento), as três associações representativas dos trabalhadores acima citadas apresentaram avisos de greve, tendo sido todos suspensos, à exceção do apelo à paralisação por tempo indeterminado ao trabalho extraordinário e da polivalência, em outubro, e que decorreu durante nove dias

O incremento da formação, sobretudo com o contributo da formação interna, é outro facto a relevar em 2013, sendo alvo de destaque num dos pontos do presente capítulo. De referir ainda a realização, no final de 2013, de um inquérito sobre a satisfação no trabalho. Pretendeu-se obter informação sobre os níveis de satisfação, motivação e envolvimento dos trabalhadores, no sentido de conhecer também as áreas críticas a potenciar em termos de melhoria. Os resultados finais do referido inquérito serão apresentados já em 2014.

5.2. Estrutura do efetivo

O exercício de 2013 apresenta algumas alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a contratação de seis novos trabalhadores e a saída de 14, sendo que 11 corresponderam a saídas por aposentação. Adicionalmente, será de referir o recurso ao trabalho temporário, sobretudo associado a atividades sazonais, como é o caso do reforço do efetivo das piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada. Em 2013 recorreu-se a sete trabalhadores temporários, sendo cinco para as piscinas em apreço e dois para operações de equipamento portuário, no porto da Praia da Vitória.

Relativamente a contratações, todas a termo, predominam as áreas de suporte, com cinco contratações, sendo quatro para a DGPSM, e duas para a DGPTG.



Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída de trabalhadores, observa-se um decréscimo do efetivo médio em quase três por cento, em 2013, para 272,4 trabalhadores.

Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro

	2013	2012	Var.%
Efetivo médio	272,4	280,4	-2,86%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A estrutura dos Recursos humanos em funções é composta por vários tipos de vínculo, sendo particularmente relevante o volume de pessoal efetivo, com uma percentagem de 94 por cento. Pode-se portanto considerar uma elevada estabilidade na estrutura de Recursos humanos, ainda assim relativamente menor do que em anos anteriores, por via dos recentes processos de aposentação aludidos.

Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2013	2012	Var.%
Pessoal efetivo	253	268	-5,60%
Pessoal requisitado	4	5	-20,00%
Pessoal em comissão de serviço	1	1	0,00%
Pessoal contratado	11	7	57,14%
Total	269	281	-4,27%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente à divisão dos Recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se a preponderância do pessoal do sexo masculino, afeto sobretudo a áreas operacionais. Já nas áreas de suporte, é perfeitamente perceptível um maior equilíbrio entre géneros.

Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2013

Descrição	DGPTO	DGPTG	DGPSM	Áreas suporte	Total
Masculino	52	50	84	42	228
Feminino	4	1	2	34	41
	56	51	86	76	269

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Grande parte do ativo é do sexo masculino e está concentrada nas três Direções-gerais, ou seja em funções predominantemente operacionais, com maior incidência na Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), que contém 31,97 por cento do efetivo da PA (34,75 por cento em 2012 e 36,10 por cento em 2011).

No espaço de dois anos, ou seja, desde 2011, ano do processo de fusão por incorporação das Administrações Portuárias na PA, regista-se uma diminuição em 4 p.p. do peso dos Recursos humanos da DGPSM e um acréscimo de 1,9 p.p. nas áreas de suporte, 1,7 p.p. na DGPTO e de 0,5 p.p. na DGPTG.

Em termos de género, observa-se um crescimento continuado no tempo do peso relativo do género feminino no total de Recursos humanos da empresa, atingindo 15,24 por cento em 2013 (14,59 por cento em 2012 e 13,72 por cento em 2011), o correspondente a um aumento de 1,5 p.p., não obstante a manutenção do seu número em termos absolutos em 2012 e 2013.

Tabela 38: Divisão dos Recursos humanos por género

Descrição	2013	2012	Var.%
Masculino	228	240	-5,00%
Feminino	41	41	0,00%
Total	269	281	-4,27%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem na PA apenas dois tipos de horários: o horário normal e a isenção de horário de trabalho, este último aplicável, sobretudo, nas áreas operacionais, bem como ainda nos cargos de chefia, em ambos os casos com percentagens variáveis, até um máximo de 35 por cento.

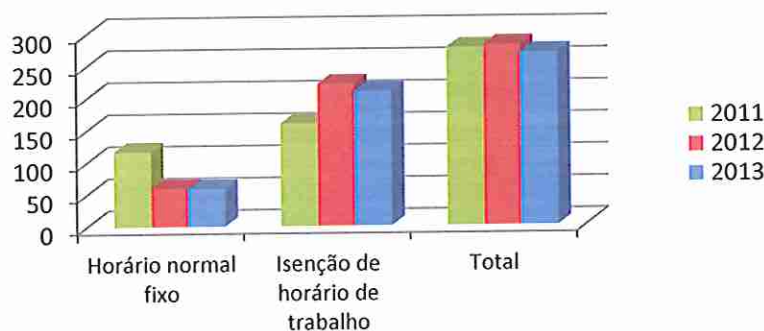
Tabela 39: Regimes de trabalho

Horário praticado	2013	2012	Var.%
Horário normal	59	60	-1,67%
Isenção de horário de trabalho	210	221	-4,98%
Total	269	281	-4,27%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

É notória a prevalência do regime de isenção de horário de trabalho, que abrange, no final de 2013, um total de 210 trabalhadores, o correspondente a um peso relativo de 78 por cento. A opção por este regime decorre diretamente da necessidade dos portos funcionarem com um horário flexível, implicando tais circunstâncias a prevalência do regime em apreço, sobretudo nas áreas operacionais.

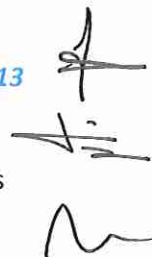
Figura 30: Recursos humanos por tipo de horário



5.3. Gastos com o pessoal

Tendo em conta a importância da componente dos Recursos humanos no conjunto da empresa, apresenta-se neste ponto uma abordagem relativamente detalhada da composição dos Gastos com o pessoal, procedendo-se a uma análise comparativa dos últimos dois exercícios.

Em 2013 os Gastos com o pessoal da empresa apresentavam um volume total de praticamente 11.159 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 865 milhares de euros face ao ano



transato, equivalente a uma variação percentual de 8,4 por cento. A variação excecional destes gastos constitui o reflexo direto de alguns factos relevantes, nomeadamente:

- ⌘ A reposição do pagamento do subsídio de férias e de natal dos trabalhadores, que havia sido suspenso em 2012;
- ⌘ O aumento da taxa da contribuição da entidade patronal para a Caixa Geral das Aposentações (CGA), de 15 por cento para 20 por cento; e
- ⌘ O impacto do Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, que recaiu, em grande medida, neste exercício de 2013, em virtude do atraso registado nos despachos da CGA relativos aos processos de aposentação contemplados no referido Programa, entregues em 2011.

O conjunto destes três factos alterou de forma muito significativa o quadro dos Gastos com o pessoal, conforme é perceptível na tabela seguinte.

Tabela 40: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2013	2012	Var. %
Remunerações órgãos sociais	172.019	164.727	4,43%
Remunerações do pessoal	8.461.741	8.409.641	0,62%
Encargos sobre remunerações	1.679.673	1.320.308	27,22%
Seguros acidentes trab./doença	151.035	202.942	-25,58%
Gastos ação social	14.852	28.355	-47,62%
Outros gastos com o pessoal	679.653	168.289	303,86%
Total	11.158.973	10.294.262	8,40%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

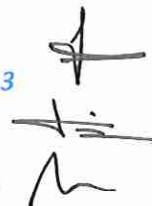
O reflexo direto do aumento da taxa de contribuição a cargo da entidade patronal para a CGA, na ordem dos 33 por cento, por exemplo, é perfeitamente visível na rubrica de “Encargos sobre remunerações”, que aumentou 27 por cento, sendo a variação real em apreço relativamente inferior ao aumento da taxa aplicável, em consequência da passagem à aposentação, durante o ano, de alguns trabalhadores afetos ao regime em apreço.

De referir ainda que, a 1 de janeiro de 2014, ocorreu novo aumento da percentagem aplicável, passando a coincidir com praticada no regime geral, que é de 23,75 por cento.

No caso da aplicação do Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, os respetivos pagamentos enquadram-se na rubrica “Outros gastos com o pessoal”, que viu aumentar a sua realização em mais de 465 mil euros, o equivalente a um aumento percentual de praticamente 304 por cento.

Já no que respeita à reposição do pagamento do subsídio de férias e de natal, enquadra-se nas duas primeiras rubricas da tabela acima, especialmente na segunda. Esta reposição de valores decorre de um acórdão do Tribunal Constitucional, que determinou a inconstitucionalidade do disposto no artigo 21.º da Lei de Orçamento de Estado de 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) e da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que já previu o pagamento do subsídio de natal em duodécimos. O valor envolvido correspondeu a mais de 400 mil euros, pago em 2013.

A principal componente dos Gastos com o pessoal corresponde à rubrica de “Remunerações com o pessoal”, que se situava em cerca de 8,5 milhões de euros no final de 2013, mais 0,62 por cento do



que no ano anterior. Um facto a destacar é o de que o peso relativo desta rubrica no total dos gastos com o pessoal registou uma diminuição muito relevante, de 81,7 por cento em 2012 para 75,8 por cento em 2013, o equivalente a uma quebra de 5,9 p.p., por via do crescimento noutras rubricas, como é o caso dos “Outros gastos com o pessoal”, particularmente as “Indemnizações” ou ainda nos “Encargos sobre as remunerações”, pelas razões já aludidas acima.

Outro aspeto associado diretamente ao acréscimo no valor desta rubrica, em 2013, é o que se prende com a aplicação de retroativos, no final do ano, referentes ao trabalho extraordinário prestado pelos trabalhadores com período normal semanal de 40 horas. De facto, a empresa vinha aplicando as percentagens definidas na Lei de Orçamento de Estado, tendo entretanto sido clarificada a aplicabilidade específica para o trabalho portuário, repondo as percentagens definidas no Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, em lugar das taxas estabelecidas na Lei de Orçamento de Estado de 2011 e 2012.

Finalmente, destaque também para a rubrica “Serviços Especiais de Reboque”, parte integrante da rubrica “Remunerações acessórias”, que viu o seu valor aumentar muito significativamente, em resultado da remuneração das tripulações dos rebocadores da PA envolvidos em operações de salvamento ou apoio a navios fora da área de jurisdição dos portos, muito particularmente na operação que envolveu o salvamento do navio “Zealand Beatrix”.

Tabela 41: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	2013	2012	Var.%
Remunerações normais	7.395.889	7.333.602	0,85%
Remunerações adicionais	1.403.531	1.433.472	-2,09%
Reduções ao abrigo das LOE	-472.894	-374.416	26,30%
Remunerações acessórias	135.216	16.983	696,18%
Total	8.461.741	8.409.641	0,62%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tendo em conta o efetivo médio de 272,4 trabalhadores em 2013 e de 280,4 em 2012, constante do ponto 5.2. acima, observa-se um aumento dos gastos médios com o pessoal de 11,6 por cento em 2013, incremento esse afetado pelas já referidas variações parcelares em algumas rubricas.

Tabela 42: Remunerações do pessoal

Remunerações normais	2013	2012	Var.%
Vencimentos	4.647.285	4.808.010	-3,34%
Subsídios de férias e natal	809.268	581.474	39,18%
Isenção de horário de trabalho	1.352.587	1.327.392	1,90%
Diuturnidades	382.795	424.347	-9,79%
Restantes	203.953	192.379	6,02%
Total	7.395.889	7.333.602	0,85%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos da rubrica “Remunerações do pessoal”, o acréscimo registado em 2013, tendo em conta a alteração no efetivo médio, situa-se nos 3,6 por cento, influenciado pela evolução da rubrica “Serviços Especiais de Reboque”, para além das “Remunerações normais” que, pela sua dimensão, registam um impacto absoluto relevante, não obstante a variação percentual quase residual.

5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação

A 31 de dezembro de 2013, não se registavam alterações significativas relativamente ao ano anterior, em termos de distribuição por escalões etários do efetivo, mantendo-se também o valor médio em termos etários nos 45 anos.

Tabela 43: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

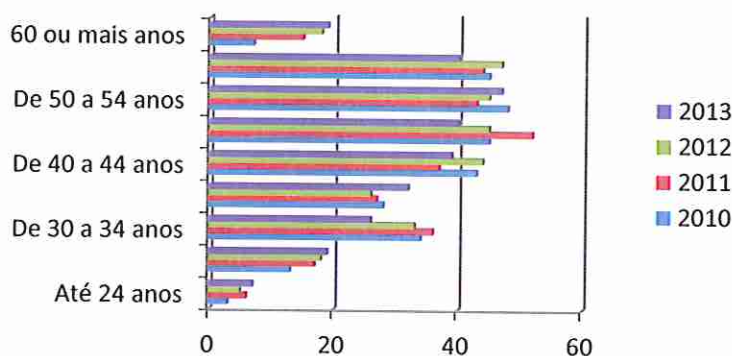
Escalões etários	2013	2012	Var. %
Até 24 anos	7	5	40,00%
De 25 a 29 anos	19	18	5,56%
De 30 a 34 anos	26	33	-21,21%
De 35 a 39 anos	32	26	23,08%
De 40 a 44 anos	39	44	-11,36%
De 45 a 49 anos	40	45	-11,11%
De 50 a 54 anos	47	45	4,44%
De 55 a 59 anos	40	47	-14,89%
60 ou mais anos	19	18	5,56%
Total	269	281	-4,27%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Como notas relevantes ao nível dos diversos escalões etários, destaque para o acréscimo observado nos escalões correspondentes às idades mais baixas, reflexo do processo de rejuvenescimento do efetivo. Também deverá relevar-se a evolução nos dois escalões mais elevados, decorrente do já acima referido Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária.

De facto, observa-se uma redução conjunta nos dois escalões em apreço, aspeto que será ainda mais evidente numa análise com um âmbito temporal mais alargado, após a finalização dos pedidos de aposentação ainda pendentes. No total, estão ainda a aguardar resolução 10 processos de pedidos de aposentação.

Figura 31: Escalões etários do efetivo entre 2010 e 2013



Esta questão do rejuvenescimento do quadro de pessoal é também notória no âmbito da análise da antiguidade dos Recursos humanos, muito particularmente na análise do escalão com 15 ou mais anos de antiguidade.

Tabela 44: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

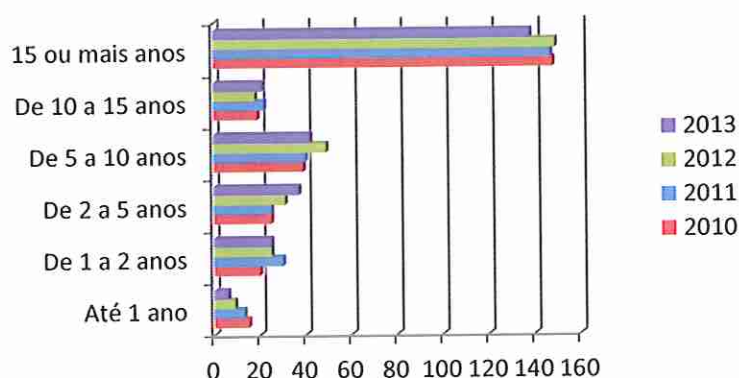
Antiguidade	2013	2012	Var.%
Até 1 ano	6	9	-33,33%
De 1 a 2 anos	25	25	0,00%
De 2 a 5 anos	37	31	19,35%
De 5 a 10 anos	42	49	-14,29%
De 10 a 15 anos	21	18	16,67%
15 ou mais anos	138	149	-7,38%
Total	269	281	-4,27%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Neste caso, observa-se uma quebra de 11 trabalhadores, ou seja, de 53 por cento do total de Recursos humanos, em 2012, para 51 por cento, em 2013. Ao nível dos escalões intermédios, não é possível uma análise conclusiva, atendendo a que, em grande medida, as variações decorrem da própria evolução da antiguidade dos recursos.

A antiguidade média situa-se, em 2013, nos 16 anos, contra os 17 anos registados no final de 2012.

Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2010 e 2013



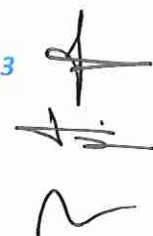
Ao nível das habilitações dos Recursos humanos, é notório o efeito do rejuvenescimento do efetivo, que mitigou de forma bastante evidente o anterior padrão de elevada prevalência de recursos com um nível de escolaridade relativamente reduzido.

Tabela 45: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

Escolaridade	2013	2012	Var.%
1.º ciclo do ensino básico	45	55	-18,18%
2.º ciclo do ensino básico	35	38	-7,89%
3.º ciclo do ensino básico	76	80	-5,00%
Ensino secundário	61	58	5,17%
Ensino superior universitário	52	50	4,00%
Total	269	281	-4,27%

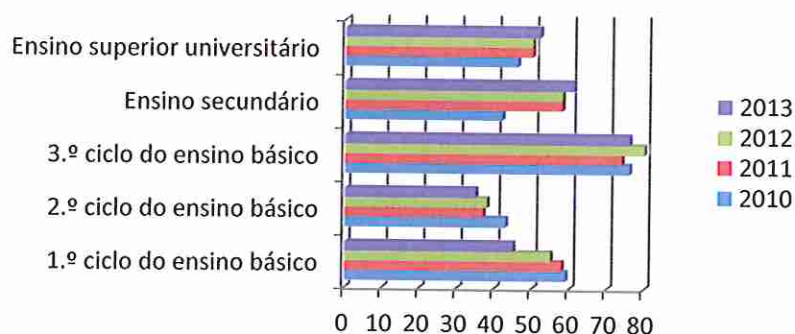
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De acordo com a tabela acima, este é o principal facto a destacar, bem como o crescimento registado ao nível dos Recursos humanos com o ensino secundário, entre 2010 e 2011, neste caso, possível de identificar na figura abaixo.



De facto, a generalidade destas variações não são particularmente notórias numa comparação exclusivamente entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, destaca-se já em 2013 uma proporção bastante menor nos níveis de habilitações mais baixos.

Figura 33: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2013



Enquanto que em 2010 os Recursos humanos com uma escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico correspondiam a 66,92 por cento do efetivo, em 2012 os recursos com esse nível de escolaridade desceram para 61,57 por cento do efetivo e, em 2013, reduziam-se ainda mais, para praticamente 58 por cento. Os profissionais com apenas o 1.º ciclo do ensino básico são agora 16,73 por cento do total, enquanto que no final de 2010 representavam 22,18 por cento do efetivo.

Já em relação ao efetivo com níveis de formação mais elevados, observa-se um aumento no peso relativo do total do efetivo com ensino superior universitário, de 17 por cento em 2010, para 19 por cento em 2013.

5.5. Sinistralidade

O número de acidentes ocorrido em 2013 registou um acréscimo face a 2012, de 11 para 21 acidentes registados. Deste número de acidentes, cerca de metade resultou em situações de baixa médica, com um total de 919 dias de baixa, uma subida bastante considerável face aos valores do ano anterior (352 dias de baixa). Contudo, este aumento resulta também da contabilização de dias de baixa referentes a acidentes ocorridos no ano de 2012, num total de 243 dias de baixa.

Tabela 46: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2013	2012	Var.%
Total de acidentes	21	11	90,91%
Acidentes com baixa	12	11	9,09%
Dias de baixa	919	352	161,08%
Índice de frequência	39,89	25,90	54,02%
Índice de gravidade	1,75	0,83	110,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Como resultado deste conjunto de circunstâncias, observam-se acréscimos significativos ao nível dos índices de frequência e de gravidade.



Em termos geográficos, os acidentes concentraram-se na área da Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com 16 acidentes, mais sete do que em 2012. Seguem-se os acidentes ocorridos na Direção-geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com o dobro dos observados no ano anterior, mas em que se deverá reconhecer que a base de referência é significativamente reduzida.

Tabela 47: Acidentes por Direção-geral

Direções	2013	2012	Var.%
DGPSM	16	9	77,78%
DGPTG	4	2	100,00%
DGPTO	1	0	-%
total	21	11	90,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

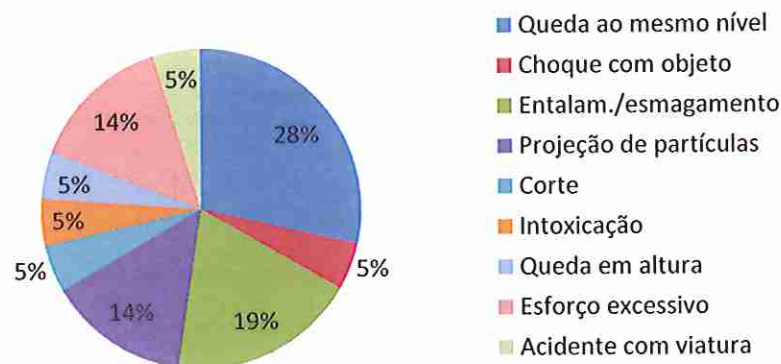
A grande maioria dos acidentes ocorreu nos Departamentos de Operações Portuárias das várias Direções-gerais (sete acidentes em 2013, contra quatro em 2012) e sobretudo nos de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos (11 acidentes em 2013 contra seis em 2012), representando ambos os Departamentos 85 por cento do número de acidentes de 2013 (90 por cento em 2012).

No que respeita às causas dos acidentes, destacam-se:

- ☒ As quedas ao mesmo nível;
- ☒ Os entalamentos ou esmagamentos;
- ☒ A projeção de partículas; e
- ☒ O esforço excessivo.

Estes quatro tipos de causas corresponderam a 76 por cento do total de acidentes.

Figura 34: Causas dos acidentes registados em 2013



De acordo com a tabela classificativa emitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2013 o desempenho da empresa foi de "Bom" no que respeita aos índices de frequência e de gravidade.



5.6. Formação

O ano de 2013 constitui um marco em termos de formação, sobretudo devido ao facto de se ter atingido um incremento muito substancial em termos de volume de horas de formação, que duplicou face ao ano anterior.

Tabela 48: Indicadores de formação

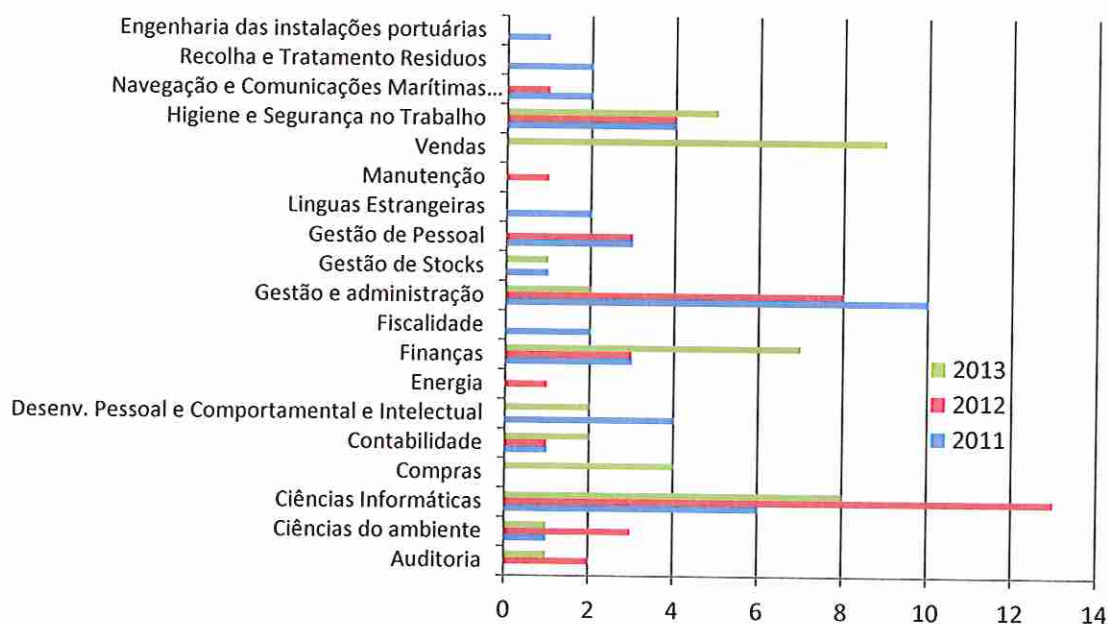
Descrição	Unidade	2013	2012	Var. %
Cursos realizados	N.º	42	39	7,69%
Ações internas	N.º	9	4	125,00%
Ações externas	N.º	33	35	-5,71%
Formandos	N.º	388	223	73,99%
Volume de formação	N.º horas	4.920	2.282	115,65%
Formação por colaborador	N.º horas	14,0	4,9	188,66%
Custo horário por formando	Euros	45,1	39,2	15,08%
Custo horário por formação	Euros	3,6	8,1	-55,94%
Custo total formação*	Euros	17.503,99	18.426,00	-5,00%

* Custo pedagógico

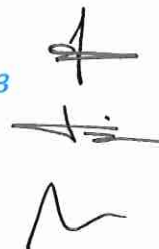
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Neste contexto, foi amplamente ultrapassado o disposto no n.º 5 do artigo 131.º do Código do Trabalho, que estabelece que o empregador deve assegurar, em cada ano, uma cobertura mínima de formação a 10 por cento dos trabalhadores. De facto, o volume de formação registado em 2013 (4.920 horas) ultrapassa largamente o disposto na legislação e reflete a aposta contínua e consistente da PA na melhoria das capacidades e no desenvolvimento de conhecimentos dos seus Recursos humanos.

Figura 35: Principais áreas de formação no último triénio



Este acréscimo foi obtido, em parte, pelo incremento de formações internas, como é o caso das realizadas na área de informática na ótica do utilizador, nomeadamente dos programas *Word*, *Excel* e



Outlook, o que permitiu, simultaneamente, o aumento do número de formandos e a diminuição dos custos de formação.

Trata-se de uma forma de partilha de conhecimento muito relevante no contexto organizacional, com custos muito menores e com vantagens ao nível da possibilidade de incremento do relacionamento interpessoal.

De qualquer forma, o aumento do número de participantes nos diversos tipos de formação reflete não só uma clara preocupação com a evolução do conhecimento dos trabalhadores, mas também a disposição destes para a aprendizagem/consolidação de conteúdos.

A incidência, em termos de formação, foi mais notória nas áreas ligadas à informática, conforme já referido, particularmente as associadas à utilização de *software* instalado na empresa, seguidas de outras ligadas às áreas da gestão e finanças, segurança e qualidade e, finalmente, na área marítima, área essencial em termos de atividade e diretamente associada com a certificação de tripulações, que terá de respeitar as periodicidades fixadas.

Tendo em conta as experiências já decorridas ao longo de 2013 em termos de formação interna, esta é uma área em que se pretende apostar de forma crescente, sendo para tal necessário a elaboração de programas e ações de formação desenvolvidos internamente e ajustados às necessidades da empresa, para além da criação de uma bolsa de formadores multidisciplinar.

De entre os vários cursos ministrados no triénio terminado no final de 2013, destacam-se os de modalidade de formação à medida, destinados à satisfação de necessidades específicas da atividade portuária. Exemplo disso são os cursos nas áreas de informática, conforme já referido, de segurança portuária, e formação de pilotos e de marítimos.

Poder-se-á concluir que, ao longo do triénio em apreço, houve uma preocupação de abrangência em termos de plano de formação, conforme demonstrado pela figura acima. Os referidos planos baseiam-se numa fase prévia de levantamento de necessidades de formação. No âmbito da implementação do Sistema de Qualidade na empresa, o procedimento em causa revela-se ainda mais relevante, passando a integrar o mapa de processos.

5.7. Cooperação externa e interna

A PA, no âmbito da assunção de um forte compromisso de colaboração com as comunidades locais, tem vindo a celebrar protocolos de cooperação com algumas entidades externas, destacando-se as entidades formadoras, no âmbito da realização de estágios curriculares em contexto de trabalho.

Nesse sentido, foram celebrados em 2012, mantendo-se ainda em vigor, protocolos de cooperação com algumas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, com vista ao acolhimento de formandos de cursos que tais escolas ministram, para a realização de estágios em contexto de trabalho. Os cursos em apreço abrangem sobretudo os cursos profissionais de nível III.

Foi também formalizado em 2012, permanecendo atual, um protocolo de cooperação com o Departamento de Relações Públicas e Comunicação da Universidade dos Açores, com vista ao



acolhimento de alunos finalistas do curso de Relações Públicas e Comunicação, para realização de estágio em contexto de trabalho.

De destacar ainda, conforme sumariamente referido acima, a realização de um estágio no âmbito do curso de mestrado em Psicologia, da Universidade do Minho, estágio esse que compreendeu a elaboração de um estudo de satisfação no trabalho.

Também em termos de uma vertente interna de responsabilidade social, têm vindo a ser desenvolvidas diversas parcerias de âmbito empresarial, com vista à oferta, a todos os colaboradores e respetivos familiares, de um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços, nomeadamente em áreas como a saúde, educação, bem-estar e lazer ou cultura. Estas parcerias têm vindo a ser continuamente ampliadas, abrangendo cada vez mais um leque mais alargado de produtos e serviços, e cobrindo, sempre que possível, as diferentes áreas geográficas de intervenção da PA.






5.8. Diversos

A finalizar, uma referência a alguns tópicos dispersos, com impacto direto na área de Recursos humanos a curto e médio prazos.

Destaque natural para a prossecução do Plano de Incentivo à Aposentação Voluntária, conforme já referido no início do presente capítulo, cujo impacto em termos de atividade futura ao nível dos Recursos humanos será particularmente visível a breve trecho. Neste âmbito, os atrasos com os processos de aposentação têm gerado uma derrapagem temporal na execução do Plano em causa, estimando-se que apenas no final de 2014 a totalidade dos processos abrangidos estejam concluídos.

Outro elemento a merecer referência é o estudo sobre a satisfação no trabalho, levado a cabo no final do ano de 2013. Para além de se tratar de uma ferramenta indispensável no âmbito de uma política de Recursos humanos, o estudo em apreço enquadrou-se num dos requisitos do Sistema de Qualidade, em implementação, nomeadamente no desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de aferição da satisfação dos colaboradores.

O estudo em causa foi apoiado pela Escola de Psicologia da Universidade do Minho, concretizando-se através da colaboração entre a PA e essa Escola no âmbito de um estágio no âmbito do Mestrado em Psicologia das Organizações. Com o referido estudo pretendeu-se:

-  Conhecer os níveis de satisfação, motivação e envolvimento dos colaboradores;
-  Identificar e quantificar os impactos de diferentes fatores e indicadores sobre a satisfação e envolvimento dos colaboradores;
-  Obter análises detalhadas dos resultados obtidos, incluindo sugestões relacionadas com possíveis áreas de melhoria;
-  Identificar as áreas críticas para potenciar a implementação de melhorias prioritárias;
-  Contribuir para o aumento da satisfação e motivação de todos os colaboradores.

Os resultados do estudo serão apresentados em meados do ano de 2014.



6. Qualidade

Desde 1987 as empresas têm sido desafiadas a disciplinarem-se de modo a atingirem os seus objetivos, através da implementação e posterior certificação de sistemas de gestão. A satisfação do cliente, através da implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo a norma ISO 9001, a melhoria do desempenho ambiental, através da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), segundo a norma ISO 14001, ou a melhoria das condições de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) dos colaboradores, através da implementação de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SGSST), segundo a norma OHSAS 18001, estão entre essas metas (Domingues, 2013).

Os dados mais recentes a nível mundial, publicados no *ISO Survey* de 2012, revelam que continuam a aumentar tanto o número de países com empresas certificadas pela norma ISO 14001, como ainda o número de certificados ISO 14001 emitidos a nível mundial. Relativamente à norma ISO 9001, os últimos dados sugerem uma estabilização (ISO, 2012). Os dados relativos à penetração da norma OHSAS 18001 nas empresas não são disponibilizados pela *International Organization for Standardization* (ISO), mas tudo leva a crer que seguem uma tendência similar à dos restantes subsistemas de gestão mencionados (Domingues, 2013).

O processo de fusão das diferentes administrações portuárias, de que resultou a PA, veio reforçar a necessidade da nova estrutura desenvolver sinergias resultantes da harmonização de boas práticas, baseadas em *benchmarking* interno, embora respeitando as especificidades de cada um dos mercados onde a empresa opera. Nesse sentido, a PA, consciente da importância de estruturar um sistema de gestão que, de modo consistente, assegure o foco nas necessidades e expectativas dos seus clientes, o princípio da prevenção da poluição e a segurança e saúde de todos os seus colaboradores e demais entidades intervenientes, assumiu a decisão estratégica de conceber, desenvolver e implementar um sistema integrado de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referenciais internacionais NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007, respetivamente.

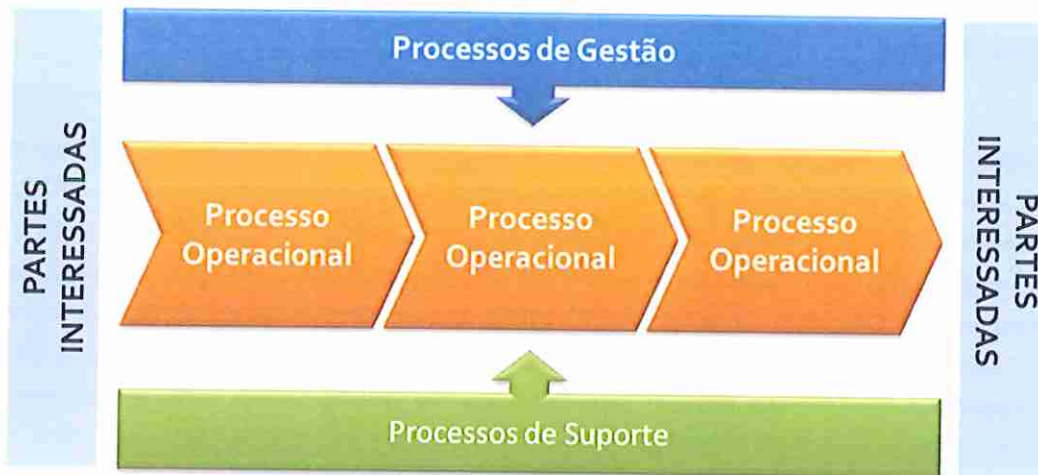
O Sistema de Gestão da PA conforma o conjunto dos mecanismos organizacionais que permitem garantir, de forma coerente e consistente, que se estão a atingir os níveis de qualidade planeados, com a eficiência desejada, adotando comportamentos ambientalmente responsáveis e respeitando a saúde e segurança de todos os colaboradores, em todas as atividades da organização e em todos os locais onde opera.

Este projeto, com a duração estimada de 30 meses, está a ser desenvolvido por fases, consistindo a primeira na conceção, desenvolvimento e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade. As fases subsequentes desenvolver-se-ão após a consolidação das práticas relativas à gestão da qualidade, com a integração no modelo ISSO 9001 das práticas específicas da gestão da segurança e saúde no trabalho, numa segunda fase e, por último, numa terceira fase, a integração da gestão ambiental.

[Handwritten signature]

A abordagem por processos foi desdobrada de acordo com o modelo constante da figura abaixo.

Figura 36: Abordagem por processos



A complexidade e a necessidade dos processos refletirem uma organização e dinâmica condicionada pela dimensão, volume de negócio e mercado específico de cada porto fez com que a arquitetura dos processos se desenvolvesse com base na uniformização de práticas e procedimentos, sempre considerando nesta uniformização, particularidades que permitissem não descaracterizar os tipos de ações desenvolvidas em cada um dos portos das diferentes ilhas.

De acordo com as relações existentes entre os processos, nomeadamente no que se refere a entradas e saídas, considerou-se o Mapa de Processos para o Sistema de Gestão da PA que se reproduz a seguir.

Figura 37: Mapa de processos para o Sistema de Gestão da PA



Até ao final de 2013 foram desenvolvidas as seguintes práticas da gestão da qualidade:

- Determinação e caracterização dos processos da organização;



- ☒ Desenvolvimento sempre que necessário de documentação de suporte ao sistema;
- ☒ Definição e implementação de práticas de melhoria contínua (ações corretivas, ações preventivas, planos de melhoria);
- ☒ Melhoria das metodologias de comunicação com o cliente, nomeadamente gestão de reclamações;
- ☒ Desenvolvimento de um processo de monitorização e medição da satisfação dos clientes;
- ☒ Formação e qualificação de uma bolsa de auditores internos (ISO 9001);
- ☒ Realização de auditorias internas a todos os processos do sistema.

Em síntese, o ano de 2013 foi o ano de avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado. Para o efeito, foi criada uma bolsa de auditores internos, constituída por 17 colaboradores da PA que, ao longo de 2013, realizaram diversas auditorias de 1ª parte aos diferentes processos da organização. Este exercício contribuiu não só, para a avaliação do nível de implementação do SGQ, mas potenciou também a informação, sensibilização e comunicação dos princípios fundamentais de um Sistema de Gestão da Qualidade. A partilha de conhecimentos e necessidades entre auditados e auditores, sempre pertencentes a diferentes setores da organização, contribuiu, em grande escala, para a melhoria integrada das atividades desenvolvidas.

No total, realizou-se um conjunto de 11 auditorias de 1ª parte que conduziram a melhorias e à preparação da auditoria de 3ª parte que irá acontecer em 2014. Identificam-se a seguir as principais características das diferentes auditorias realizadas ao longo do ano de 2013, nomeadamente os processos auditados e os locais de realização das mesmas:

☒ Auditoria 01/2013:

- ☒ Processo auditado: Gestão e Avaliação do Sistema;
- ☒ Local: PA/Edifício de Apoio Administrativo à DGPSM.

☒ Auditoria 02/2013:

- ☒ Processo auditado: Operações Não Portuárias;
- ☒ Local: PA/Marina da Horta.

☒ Auditoria 03/2013:

- ☒ Processo auditado: Gestão de Projetos;
- ☒ Local: PA/Departamento de Infraestruturas.

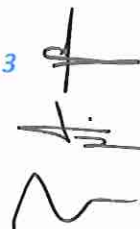
☒ Auditoria 04/2013:

- ☒ Processo auditado: Infraestrutura e Equipamentos;
- ☒ Local: PA/Edifício Sede da DGPT/Oficinas da DGPTG.

☒ Auditoria 05/2013:

- ☒ Processo auditado: Logística;
- ☒ Local: PA/Gabinete de Logística e Aprovisionamento/Armazém Ponta Delgada.

☒ Auditoria 06/2013:



- ⌘ Processo auditado: Gestão de Competências;
- ⌘ Local: PA/ Gabinete de Desenvolvimento Organizacional e Relações laborais.

⌘ Auditoria 07/2013:

- ⌘ Processo auditado: Operações Portuárias;
- ⌘ Local: PA/Departamento de Operações Portuárias/Porto de Ponta Delgada.

⌘ Auditoria 08/2013:

- ⌘ Processo auditado: Planeamento;
- ⌘ Local: PA/Departamento de Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estatística.

⌘ Auditoria 09/2013:

- ⌘ Processo auditado: Processo Operações Portuárias;
- ⌘ Local: PA/Gabinete de Contabilidade.

⌘ Auditoria 10/2013:

- ⌘ Processo auditado: Operações Portuárias;
- ⌘ Local: PA/Departamento de Operações Portuárias/Porto da Praia da Vitória.

⌘ Auditoria 11/2013:

- ⌘ Processo auditado: Sistema de Gestão/Planeamento/Infraestrutura e Equipamentos/Gestão de Projetos/Gestão de Competências/Logística/Sistemas de Informação/Operações Portuárias/Operações Não Portuárias;
- ⌘ Local: Sede da PA, Núcleo de Recreio Náutico da Horta, Cais de Cruzeiros da Horta, Porto da Praia da Vitória, Núcleo de Recreio Náutico de Angra do Heroísmo, Porto de Ponta Delgada, Cais de Cruzeiro de Ponta Delgada, Núcleo de Recreio Náutico de Ponta Delgada.

Das auditorias realizadas resultou um conjunto de constatações que, agregadas às constatações da operação diária, têm vindo a contribuir para a melhoria contínua do desempenho da organização.

Para 2014, está prevista a auditoria de concessão 1ª e 2ª fase e a correspondente certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da PA.

No âmbito do SGQ, foram ainda melhorados os canais de comunicação entre a PA e os seus clientes, o que tem contribuído para uma aproximação entre os elementos da comunidade portuária e para uma partilha de necessidades e expectativas que são consideradas internamente, com vista à melhoria contínua das atividades desenvolvidas para níveis de eficácia e eficiência sustentáveis e satisfatórios.

Foram documentadas práticas com vista à análise crítica e à sistematização das atividades, o que contribuiu para a identificação e implementação de novos pontos de controlo e conseqüentes melhorias.



Foi ainda implementada uma metodologia de avaliação de fornecedores e subcontratados, assente no princípio-chave de desenvolvimento e manutenção de um relacionamento mutuamente benéfico para os intervenientes, sempre com o objetivo último de prestar um conjunto de serviços cujos padrões de qualidade vão ao encontro das expectativas dos clientes da empresa.

O Sistema de Gestão da Qualidade da PA, enquanto ferramenta de gestão da melhoria e potenciadora de elevados níveis de eficácia e eficiência, contribuiu assim para uma aumento de sinergias internas e coesão de metodologias.

Por último, resta referir a convicção de que o Sistema de Gestão da Qualidade da PA encontra-se estruturado e implementado, dispondo das ferramentas necessárias para se afirmar como uma plataforma sólida com o objetivo de contribuir e apoiar todas as áreas e atividades da organização.



7. Estrutura transversal



Com a fusão por incorporação na Portos dos Açores, SGPS, S.A., e conseqüente extinção das três Administrações Portuárias, para além da renomeação da empresa para Portos dos Açores, S.A., revelou-se necessária a criação de uma estrutura transversal que respondesse de forma eficiente e eficaz às necessidades da nova empresa.

Nestes termos, foi criada uma estrutura organizativa com caráter transversal, vocacionada para a obtenção de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de caráter mais abrangente. Esta estrutura contempla os seguintes departamentos, indicando-se ainda as principais tarefas associadas:




- ✎ **Auditoria Interna e Qualidade**, cuja principal tarefa contempla a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, processo este já em curso;
- ✎ **Ambiente, Higiene e Segurança**, com a tarefa primordial de coordenação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho, com início no ano de 2012;
- ✎ **Manutenção e Logística**, com responsabilidade de definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível da empresa, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- ✎ **Infraestruturas**, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- ✎ **Sistemas de Informação e Comunicações**, encarregue de coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- ✎ **Recursos Humanos**, que se divide em dois gabinetes, a saber: Gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos; e Gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;
- ✎ **Jurídico, Administrativo e Comunicação**, com o objetivo de garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- ✎ **Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos**, responsável pela elaboração e acompanhamento dos principais documentos da empresa, nomeadamente Plano Estratégico, Plano e Orçamento e Relatório e Contas, bem como elaborar informações e

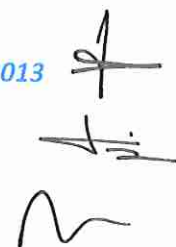


relatórios económicos e financeiros de carácter regular para suporte às decisões da gestão de topo;

-  **Investimentos e Incentivos**, responsável pela gestão dos processos de candidaturas a Fundos Comunitários e acompanhamento das respetivas comparticipações recebidas;
-  **Contabilidade e Finanças**, encarregue da componente económica e financeira da empresa.

Para além disto, e de acordo com os próprios estatutos da PA, as diferentes Direções-gerais são diretamente responsáveis pela operacionalidade das estruturas físicas propriamente ditas, tanto a nível portuário como não portuário. Nesse contexto, será de referir sumariamente as estruturas afetas às três Direções-gerais existentes e respetivas funções:

-  **Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos**, encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; execução das atividades e planos de manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenação e execução das operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via Janela Única Portuária (JUP) e definição de escalas de serviço; garantia da integral operacionalidade de todas as infraestruturas; apoio à execução de estudos e projetos, sobretudo na área de construção civil, e orientação e preparação de dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoio na fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, entre outras atividades;
-  **Departamento de Operações Portuárias**, responsável pelo planeamento, controle e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do departamento; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados;
-  **Gabinete de Operações Não Portuárias**, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoio na elaboração e execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.

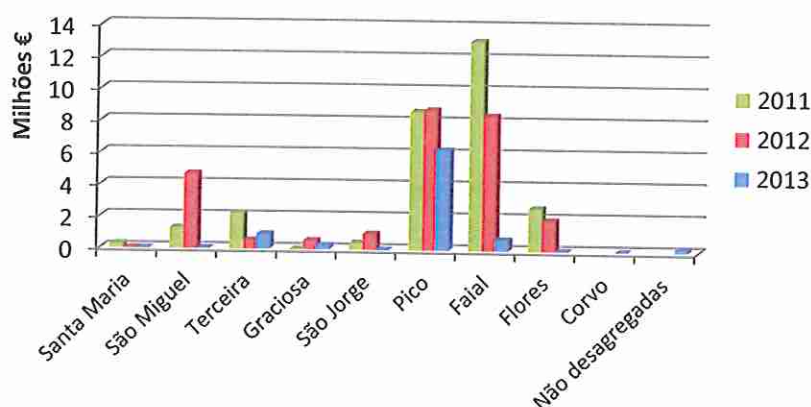


8. Investimento

No cumprimento do Plano de Investimentos que integra o Plano e Orçamento 2013-2015 da PA, documento aprovado em Assembleia Geral, foram desenvolvidos ao longo do exercício de 2013 diversos projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a 8,4 milhões de euros. Face ao volume de investimento de 2012, que totalizara 25,9 milhões de euros, observa-se uma redução muito substancial no volume de investimento, correspondente a praticamente 68 por cento.

Esta diminuição do volume de investimento anual realizado decorre, em grande medida, da conclusão de um conjunto de empreitadas executadas no passado recente, em que o Terminal de passageiros do porto da Horta, integrado no projeto de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta, foi o investimento mais relevante, e cuja conclusão da empreitada aconteceu durante o verão de 2012.

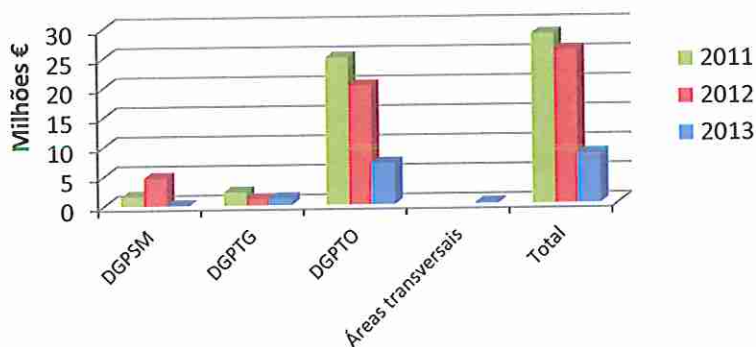
Figura 38: Investimento por ilhas



Na atualidade, os principais investimentos em desenvolvimento prendem-se com projetos realizados nos portos do Cais do Pico e da Madalena, nomeadamente a rampa RO-RO do porto de Cais do Pico e obras complementares, com um investimento em 2013 de dois milhões de euros, e do Terminal de passageiros do porto da Madalena, cujo investimento atingiu os 3,3 milhões de euros em 2013, num custo total previsto de 8,6 milhões de euros. Apenas estes dois investimentos correspondem a 64 por cento da totalidade do investimento realizado em 2013. Ambos os projetos foram alvo de financiamento por parte do Programa Operacional para a Convergência – PROCONVERGÊNCIA.

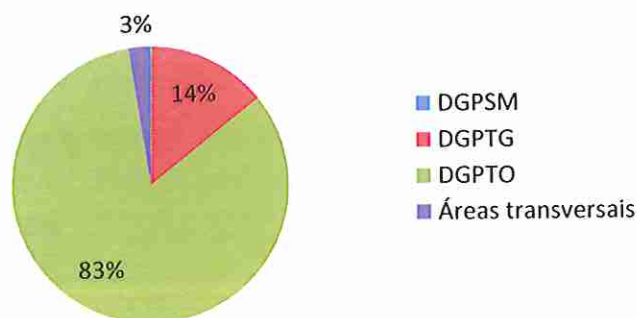
De considerar ainda mais algumas intervenções em infraestruturas portuárias localizadas na ilha do Pico, o que faz com que essa ilha represente a maior fatia do investimento de 2013 no conjunto da PA, representando 75 por cento (6,3 milhões de euros) do investimento total da empresa. Deste conjunto de investimentos, 70 por cento (5,9 milhões de euros) do investimento total da PA são respeitantes a projetos cofinanciados pelo PROCONVERGÊNCIA.

Figura 39: Investimento por Direções-gerais




Neste contexto, e numa análise por Direção-geral, conclui-se que, tal como registado no ano de 2012, a Direção-geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a 83 por cento do investimento total da PA (em 2012 o investimento da DGPTO correspondeu a cerca de 78 por cento do investimento total daquele ano).

Figura 40: Repartição do investimento por Direção-geral em 2013



Contrariamente ao que aconteceu no ano anterior, o maior volume de investimento realizado em 2013 não se concentra nos projetos candidatados a financiamento ao abrigo do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), mas sim em projetos aprovados pelo PROCONVERGÊNCIA. Quanto aos projetos candidatos ao POVT, abrangem intervenções que finalizaram no corrente ano nas ilhas do Faial e do Pico e que representam apenas 10 por cento do valor do investimento total da empresa no ano de 2013.

Os projetos POVT mencionados acima são compostos por:

- 
Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima, agregando um conjunto de empreitadas e aquisições associadas exclusivamente ao porto da Horta, tais como: Construção de 3 Rampas RO-RO, Rebaixamento da Cota de Fundação do Molhe-Cais da Bacia Norte e Aumento da Cota de Coroamento do Terminal de Passageiros, Fornecimento e Montagem de Tapete de Distribuição de Bagagem, Execução de Trabalhos para o

- Funcionamento Integrado do Novo Terminal de Passageiros da Horta no Âmbito da Segurança e Dragagem da Bacia de Manobra do Terminal de Passageiros, à cota -8,50 (ZH);
- U** **Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena do Pico.**

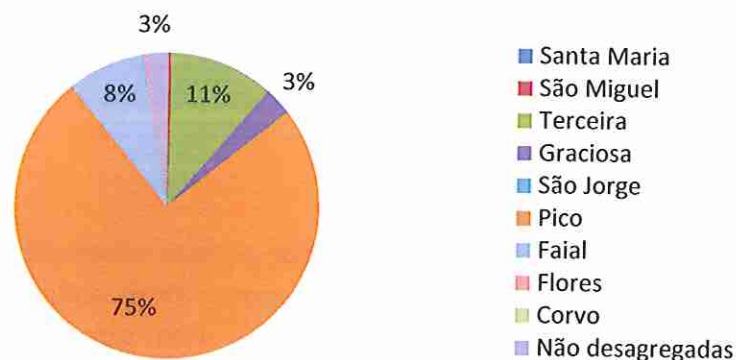
De referir que estas empreitadas e aquisições foram iniciadas pela então Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A. (APTO), sendo, também na altura, objeto de financiamento através da celebração de contratos programa com a Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores.

Em relação aos projetos da Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria, o valor total de investimento em 2013 representa apenas 0,22 por cento (18 mil euros) do investimento total da empresa.

Na área de jurisdição da Direção-geral dos Portos da Terceira e Graciosa, o investimento executado em 2013 no valor de praticamente 1,2 milhões de euros, representa 14,1 por cento do investimento total da PA, incluindo os projetos Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo – Fase II (1) e Construção da Rampa RO-RO no Porto da Praia da Graciosa. Este projetos foram cofinanciados pelo PROCONVERGÊNCIA em 85 por cento.

Referência ainda aos investimentos não desagregados, ou seja, comuns às várias Direções-gerais, num total de 203 mil euros, o que representa 2,42 por cento do total de investimento da empresa em 2013. Tais investimentos incluem a docagem de rebocadores, implementação do Sistema de Qualidade e ainda a aquisição de ferramentas informáticas.

Figura 41: Repartição do investimento por ilha em 2013



Descriminam-se, de seguida, os principais projetos com despesa registada em 2013, por ilha, apresentando-se ainda alguma informação complementar, nomeadamente a componente relativa ao respetivo financiamento, tendo em conta, sobretudo, a importância decisiva que os Fundos Comunitários disponíveis registam na concretização de tais investimentos.

8.1. Ilha de Santa Maria

- U** No ano de 2013 não foi registado qualquer valor de investimento para o porto de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria.



8.2. Ilha de São Miguel

- ✎ Com cofinanciamento por parte do PROCONVERGÊNCIA, a que corresponde uma participação por Fundos Comunitários de 85 por cento, a **Construção das Novas Oficinas Gerais**, com um total de projeto de 1,9 milhões de euros, registou uma despesa de cerca de 13 mil euros em 2013. Um facto relevante no que respeita a este projeto é o de que o empreiteiro se encontrar em processo de insolvência. Em consequência disso, a PA viu-se obrigada a proceder à resolução do contrato, tendo sido lançado novo concurso para adjudicação da conclusão da obra durante este ano de 2013;
- ✎ A **Empreitada de Reordenamento da Inserção da Av. Kopke com o Cais Comercial de Ponta Delgada e Lado Sul do Forte de São Brás e Pavimentação da Rua Eng^o Abel Ferrin Coutinho**: foi alvo de lançamento de concurso em 2013, registando-se uma despesa de 3 mil euros neste exercício, relativa à alteração do projeto.

8.3. Ilha Terceira

- ✎ As intervenções no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo, na fase respeitante ao **Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo - Fase II (1)**, consignada a 15 de março de 2013, com um investimento total de 3,1 milhões de euros, registaram uma execução de 934 mil euros no corrente ano. Este projeto é participado em 85 por cento por Fundos Comunitários, ao abrigo do Programa PROCONVERGÊNCIA, e ainda pela Secretaria Regional da Economia, no âmbito da Resolução 32/2011, de 4 de março.

8.4. Ilha Graciosa

- ✎ Através do Auto de Receção Provisória, datado de 9 de abril de 2013, foi concluída a **Construção da Rampa RO-RO no Porto da Praia da Graciosa**, com um valor total de 804 mil euros, dos quais 249 mil euros respeitantes a despesa de 2013. Esta obra foi cofinanciada em 85 por cento por Fundos Comunitários através de uma candidatura ao PROCONVERGÊNCIA e no âmbito da Resolução 32/2011, de 4 de março, pela Secretaria Regional da Economia.

8.5. Ilha de São Jorge

- ✎ A empreitada de **Construção da Rampa RO-RO no Porto das Velas de São Jorge**, rececionada a 27 de julho de 2012, registou em 2013 um valor executado de dois mil euros relativos a Revisão de Preços. A empreitada foi participada em 85 por cento pelo PROCONVERGÊNCIA e pela Secretaria Regional da Economia através da Resolução 43/2011 de 1 de abril.

8.6. Ilha do Pico

- ✎ Consignada a 2 de janeiro de 2012, com os Autos de Receção Provisória Parcial n.º 1 e 2 datados respetivamente de 30 de maio e de 23 de julho de 2013, a **Construção de Rampa RO-RO no Porto de São Roque do Pico**, apresenta 2 milhões de euros de despesa executada em 2013. Este projeto, no âmbito da Resolução 43/2011 de 1 de abril, é participado pela Secretaria Regional da Economia, sendo financiado a 85 por cento pelo PROCONVERGÊNCIA. A presente empreitada, bem como as duas seguintes, fazem parte integrante da mesma candidatura ao PROCONVERGÊNCIA;



- ✎ O Reforço da Cabeça do Molhe Comercial Norte do Porto de São Roque do Pico foi executado em 2013, com um valor de 254 mil euros, com financiamento por parte do PROCONVERGÊNCIA. O Auto de Receção Provisória data de 31 de outubro de 2013;
- ✎ Concluído em 1 de outubro de 2013, o Reperfilamento do Manto de Proteção do Molhe-Cais do Porto de São Roque do Pico, registou uma despesa em 2013 de 296 mil euros, financiada pelo PROCONVERGÊNCIA;
- ✎ A Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena, com o custo total de 8,6 milhões de euros, registou em 2013 uma despesa de 3,3 milhões de euros, cofinanciada por Fundos Comunitários em 85 por cento através de candidatura apresentada ao PROCONVERGÊNCIA., bem como ainda no âmbito da Resolução 43/2011 de 1 de Abril da Secretaria Regional da Economia. A obra foi consignada a 5 de janeiro de 2012;
- ✎ Consignada a 16 de setembro de 2010, a Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena, com um investimento total de 13,1 milhões de euros, registou em 2013 um total de 359 mil euros de despesa. Este projeto foi cofinanciado em 85 por cento por Fundos Comunitários relativos à candidatura apresentada ao POVT. O mesmo foi participado igualmente por Fundos Regionais por parte da Secretaria Regional da Economia, através das seguintes Resoluções: 94/2006 de 27 de julho, 49/2007 de 24 de maio, 51/2008 de 10 de abril e 59/2009 de 3 de abril. A empreitada foi concluída em 20 de Agosto de 2013.

8.7. Ilha do Faial

- ✎ O projeto de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 1ª Fase, no montante estimado de 36,6 milhões de euros, registou uma execução em 2013 de 209 mil euros. Este projeto foi participado pela Secretaria Regional da Economia, no âmbito das seguintes resoluções: 94/2006, de 27 de julho; 49/2007, de 24 de maio; 51/2008, de 10 de abril; e 59/2009, de 3 de abril. Este projeto bem como o seguinte estão englobados numa candidatura ao POVT;
- ✎ A Dragagem da Bacia de Manobra do Terminal de Passageiros do Porto da Horta, à cota - 8,50m (ZH), consignada em 13 de agosto de 2012, apresentou uma despesa de 233 mil euros em 2013. O Auto de Receção Provisória data de 14 de janeiro de 2013;
- ✎ A aquisição dos Portões e Escadas de acesso aos Pontões da Marina da Horta, incluindo as infraestruturas e substituição de tampas de Pavimento, apresenta em 2013 um total de despesa executada de 101 mil euros;
- ✎ O projeto de Reabilitação e Ampliação da Pavilhão Náutico da Horta, registou uma execução de 36 mil euros em 2013, referentes ao custo do projeto.

8.8. Ilha das Flores

- ✎ Com o Auto de Receção Provisória datado de 7 de fevereiro de 2013, o Prolongamento do Cais Comercial das Flores apresenta 18 mil euros de despesa executada em 2013. A este projeto está associada uma candidatura ao PROCONVERGÊNCIA, com uma participação de 85 por cento por Fundos Comunitários, bem como de Fundos Regionais da Secretaria Regional da Economia, no âmbito da Resolução 43/2011, de 1 de abril.

8.9. Ilha do Corvo

- ✎ Foi executada despesa em 2013 para o Estudo de Viabilidade e Ampliação do Porto da Casa, no valor de 3 mil euros.



9. Análise Económica e Financeira

9.1. Resultados

A PA encerra o exercício de 2013 com um resultado líquido negativo de 2.912.097,78 euros. Trata-se de um resultado significativamente mais favorável do que o registado em 2012, que se cifrara num valor negativo de 4.247.123,86 euros. Tal representa uma melhoria de 31 por cento, que apraz registar. Não obstante este facto, o resultado obtido é ainda reflexo direto da prevalência do contexto recessivo que se viveu ao longo de 2013, e em que foi possível atingir uma ligeira recuperação (2,94 por cento) do Volume de negócios, consideravelmente melhor do que a quebra de 12,25 por cento observada em 2012.

Para este resultado contribuíram ainda factos relevantes, designadamente o aumento observado ao nível da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, influenciada de forma determinante pelo acordo relativo ao salário de salvação marítima do navio “Zealand Beatrix”, no montante de 1,07 milhões de euros. De destacar também a evolução extremamente positiva ao nível dos “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, cujo valor é notoriamente mais satisfatório do que o obtido em 2012, reflexo do resultado da empresa participada Atlânticoline, S.A., cuja atividade é alvo de detalhe em capítulo próprio.

No que respeita à estrutura de gastos da empresa, destaca-se de forma muito clara a evolução ao nível dos “Gastos com o pessoal”, com um aumento de 8,4 por cento, bastante superior à de 2012, que se cifrara nos 2,49 por cento. De referir o impacto relevante que resultou do acórdão do Tribunal Constitucional quanto à reposição dos valores do subsídio de natal e que o Orçamento de Estado restringira consideravelmente. Atendendo à relevância dos “Gastos com o pessoal” foi efetuada uma análise detalhada deste ponto no capítulo 5, relativo aos Recursos humanos. De qualquer forma, o efeito direto deste aumento substancial reflete-se no aumento do peso relativo dos “Gastos com o pessoal” no total de gastos da empresa.

Por via do aumento do “Ativo fixo tangível”, resultado da política de investimentos praticada nos últimos anos, os “Gastos de depreciação e amortização” vêm registando variações absolutas com alguma relevância. Em 2013, a variação atingiu os 3,85 por cento, o que compara com os 6,05 por cento de variação em 2012.

Em sentido contrário, a evolução registada ao nível dos “Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” é de diminuição, que quase atinge os 14 por cento. Também no que diz respeito aos “Fornecimentos e serviços externos”, a diminuição muito ligeira (-0,06 por cento) representa a consolidação do esforço de controlo de uma parcela significativa dos gastos, a que acresce a variação de -6,25 por cento obtida em 2012.

Já no que respeita aos “Juros e gastos similares suportados”, observa-se um acréscimo relativamente importante (7,22 por cento), bastante menos, de qualquer forma do que o crescimento assinalável



de 2012, de 52,57 por cento. Os dados de 2012, são resultado das condições de financiamento da dívida junto do mercado financeiro, extremamente restritivas, que se repercutiram também em 2013, a que acresceram os encargos relativos às operações de reestruturação da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, nomeadamente comissão e garantias bancárias. Este aumento de pouco mais de sete por cento nos juros suportados em 2013 compara com o aumento de 5,2 por cento dos financiamentos obtidos no final do ano.

Tabela 49: Formação do Resultado Líquido

Descrição	2013	2012	Unidade: euro
			Var.%
Resultado operacional	(273.971)	(1.776.676)	-84,58%
Resultado financeiro	(2.605.908)	(2.442.853)	6,67%
Resultado antes de impostos	(2.879.879)	(4.219.528)	-31,75%
Imposto sobre o rendimento	(32.219)	(27.595)	16,76%
Resultado líquido	(2.912.098)	(4.247.124)	-31,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.1.1. Resultado operacional

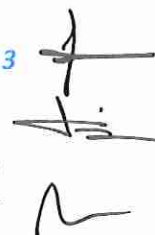
Relativamente ao resultado operacional, importa conhecer com mais algum pormenor a evolução das diversas componentes que o integram, nomeadamente em termos de rendimentos e gastos operacionais.

Tabela 50: Rendimentos Operacionais

Designação	2013	2012	Unidade: euro
			Var.%
Vendas	381.103	388.965	-2,02%
Vendas	381.103	388.965	-2,02%
Prestações de serviços	17.886.364	17.357.163	3,05%
Serviços prestados a navios	4.882.944	4.784.152	2,06%
Serviços prestados a mercadorias	3.291.842	3.300.184	-0,25%
Equipamento marítimo e terrestre	5.267.239	4.998.356	5,38%
Fornecimentos	1.847.126	1.726.511	6,99%
Alugueres e ocupações	1.463.920	1.467.458	-0,24%
Náutica de recreio e piscinas	818.612	809.623	1,11%
Outras prestações de serviços	314.681	270.879	16,17%
Subsídios à exploração	0	29.741	-100,00%
Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.	764.562	10.118	7456,70%
Outros rendimentos e ganhos	6.614.228	5.153.334	28,35%
Total de rendimentos	25.646.257	22.939.321	11,80%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente aos rendimentos operacionais, conforme já referido acima, observou-se um acréscimo de 2,94 por cento no Volume de negócios, para o qual contribuiu sobretudo a rubrica de "Equipamento marítimo e terrestre", com um aumento absoluto de praticamente 270 milhares de



euros (+5,38 por cento). De facto, tendo em conta o aumento absoluto do Volume de negócios em 2013 de 521 milhares de euros, a variação que se observou na referida rubrica corresponde, só por si, a mais de metade do aumento do Volume de negócios, mais propriamente 52 por cento.

Também a rubrica “Fornecimentos”, onde se incluem o fornecimento de água, eletricidade, e pessoal, registou uma variação relativamente significativa, que se deve, em grande medida, ao aumento extraordinário de 41 por cento na faturação de fornecimento de água. Por último, as “Outras prestações de serviços”, devido muito especialmente às entradas em recintos reservados e à recolha e limpeza de resíduos, merece referência pelo aumento de 16 por cento atingido em 2013.

Todas as restantes rubricas que compõem o Volume de negócios apresentam variações percentuais relativamente ténues, variando no intervalo entre os 2 por cento negativos e positivos.

Outra componente determinante para efeitos do resultado operacional obtido em 2013 corresponde ao montante de 1,07 milhões de euros referentes ao salário de salvação marítima, na sequência da operação de salvamento do navio “Zealand Beatrix”, registado na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

Também os ganhos obtidos com as participações financeiras regista um impacto visível na formação dos Rendimentos operacionais.

Ao nível dos Gastos operacionais, constata-se alguns factos relevantes, já brevemente descritos acima, nomeadamente o acréscimo nos “Gastos com o pessoal” e nos “Gastos de depreciação e amortização” e as diminuições observadas no “Custo das matérias vendidas e consumidas” e nos “Fornecimentos e serviços externos”. As restantes rubricas registam uma dimensão residual na estrutura de gastos da empresa.

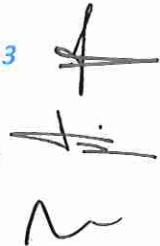
Tabela 51: Gastos operacionais

Gastos operacionais	Unidade: euro		
	2013	2012	Var. (%)
Custo das matérias vendidas e consumidas	355.233	411.773	-13,73%
Fornecimentos e serviços externos	6.776.869	6.781.236	-0,06%
Gastos com o pessoal	11.158.973	10.294.262	8,40%
Gastos de depreciação e amortização	7.290.882	7.020.482	3,85%
Imparidades de dívidas a receber	191.196	141.006	35,59%
Provisões	-9.172	-80.461	-88,60%
Outros gastos e perdas	156.246	147.698	5,79%
Total de gastos operacionais	25.920.228	24.715.996	4,87%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Detalham-se, de seguida, algumas das rubricas da Demonstração de resultados, nomeadamente as de maior valor. Conforme referido, no que se refere aos “Gastos com o pessoal”, o destaque foi feito no capítulo relativo aos Recursos humanos.

Em termos de “Fornecimentos e serviços externos”, a principal componente são os “Serviços especializados”, que representam cerca de 40 por cento da rubrica e onde se incluem os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento marítimo e terrestre, com um volume de gastos em 2013 da ordem dos 1,1 milhões de euros, menos cerca de 100 mil euros do que no ano de 2012. Outra componente relevante dos “Fornecimentos e serviços



externos” é a relativa a vigilância e segurança, cujo montante, em 2013, foi de cerca de 950 milhares de euros, mais 34 mil euros do que em 2012. As duas componentes em causa representaram cerca de 76% dos “Serviços especializados”.

Seguem-se os “Subcontratos”, com um peso nos “Fornecimentos e serviços externos” de 24 por cento em 2013, mais 0,9 p.p. do que em 2012. Nestes gastos incluem-se sobretudo os serviços de gestão do complexo “Portas do Mar”, que representa, só por si, 60 por cento dos gastos dos “Subcontratos”. Também a subcontratação de serviços de estiva, lancha e recolha de lixo registam alguma importância, somando 35 por cento do total de gastos nesta rubrica.

A componente de gastos associada a consumo de eletricidade, combustíveis e água integram a rubrica “Energia e fluídos”. Em 2013, a principal componente da rubrica em causa foram os combustíveis, com um gasto de 622 mil euros, mais 13 por cento do que em 2012. Segue-se a eletricidade, com um volume de despesa ligeiramente inferior a 600 mil euros e um peso relativo na rubrica de 41 por cento. Referência também ao consumo de água, em grande parte associado a fornecimentos a terceiros, com um peso de 13 por cento da rubrica.

Tabela 52: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	Unidade: euro		
	2013	2012	Var (%)
Subcontratos	1.655.132	1.591.395	4,01%
Serviços Especializados	2.679.642	2.762.341	-2,99%
Materiais	63.371	68.539	-7,54%
Energia e Fluidos	1.466.352	1.406.531	4,25%
Deslocações, Estadas e Transportes	126.438	161.090	-21,51%
Serviços Diversos	785.934	791.341	-0,68%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	6.776.869	6.781.236	-0,06%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As restantes componentes da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” possuem um impacto relativamente marginal, que não excede os dois por cento, com exceção dos “Serviços diversos”, com um peso relativo de 12 por cento e onde predominam os gastos com limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações.

Tabela 53: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e amortização	Unidade: euro		
	2013	2012	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.282.358	7.017.951	3,77%
Edifícios e outras construções	5.210.027	4.842.874	7,58%
Equipamento básico	1.809.885	1.858.165	-2,60%
Equipamento de transporte	34.297	47.507	-27,81%
Equipamento administrativo	155.104	153.162	1,27%
Outros ativos fixos tangíveis	73.045	116.243	-37,16%
Ativos intangíveis	8.524	2.531	236,77%
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.626	0	-%
Propriedade industrial e direitos	2.898	2.531	14,50%
Total de gastos de depr./amortização	7.290.882	7.020.482	3,85%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os gastos operacionais registam também uma forte dependência da rubrica “Gastos de depreciação e amortização”, que possui um peso relativo de 28 por cento no total de gastos operacionais. A esse nível, apenas duas componentes são responsáveis por 95 por cento dos gastos. São elas as depreciações de edifícios e outras construções (69 por cento) e equipamento básico (26 por cento).

No primeiro caso são particularmente relevantes as infraestruturas portuárias mais recentes, com empreitadas executadas pela PA ou pelas anteriores administrações portuárias, enquanto no segundo caso há a destacar a preponderância dos principais equipamentos flutuantes, nomeadamente os rebocadores e as lanchas de pilotagem e do equipamento terrestre de maior envergadura, neste caso as gruas portuárias e os empilhadores de maior capacidade de elevação.

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2013 e 2012 e respetivas variações percentuais. Para além dos factos já sumariamente descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um acréscimo superior a 33 por cento, ultrapassando ligeiramente os sete milhões de euros.

Tabela 54: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2013	2012	Var.%
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	381.103	388.965	-2,02%
Prestações de serviços	17.886.364	17.357.163	3,05%
Subsídios à exploração	0	29.741	-100,00%
Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas	764.562	10.118	7456,70%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-%
Outros rendimentos e ganhos	6.614.228	5.153.334	28,35%
Total 1.	25.646.257	22.939.321	11,80%
2. Gastos operacionais			
Custo das existências vendidas	(355.233)	(411.773)	-13,73%
Fornecimentos e serviços externos	(6.776.869)	(6.781.236)	-0,06%
Gastos com o pessoal	(11.158.973)	(10.294.262)	8,40%
Imparidade de dívidas a receber	(191.196)	(141.006)	35,59%
Provisões	9.172	80.461	-88,60%
Outros gastos e perdas	(156.246)	(147.698)	5,79%
Total 2.	(18.629.346)	(17.695.515)	5,28%
3. EBITDA (=1.+2.)	7.016.911	5.243.806	33,81%
4. Gastos de depreciação	(7.290.882)	(7.020.482)	3,85%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(273.971)	(1.776.676)	-84,58%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



9.1.2. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2013 apresenta um valor relativamente superior ao do ano anterior, cifrando-se ligeiramente acima de 2,6 milhões de euros, com um aumento de 6,67 por cento.

Tabela 55: Resultado financeiro

Resultado financeiro	Unidade: euro		
	2013	2012	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	18.181	4.498	304,20%
Juros e gastos similares suportados	(2.624.089)	(2.447.351)	7,22%
Total	(2.605.908)	(2.442.853)	6,67%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao endividamento da empresa junto de instituições bancárias, registou-se um processo de renegociação de empréstimos de curto prazo para médio e longo prazos durante o ano de 2012, com reflexos diretos nesse ano e seguintes, o que estará na origem do crescimento ligeiro em 2013 da rubrica da Demonstração de Resultados "Juros e gastos similares suportados". Relativamente aos "Juros e rendimentos similares obtidos", observa-se um aumento assinalável, decorrente de situações de incumprimento dos prazos de pagamento por parte de alguns clientes, nomeadamente situações relativas a clientes considerados de cobrança duvidosa.

9.2. Fundos libertos

Em 2013 os Fundos libertos registam um acréscimo muito significativo face ao valor registado em 2012, correspondente a 54,7 por cento e, em termos absolutos, a quase 1,5 milhões de euros. Esta variação decorre sobretudo da alteração registada em termos de Resultado líquido, cujo valor negativo diminuiu um pouco mais de 1,3 milhões de euros. O acréscimo ocorrido na rubrica "Gastos de depreciação e amortização", da ordem dos 270 mil euros contribuiu também, embora quase marginalmente, para o aumento do valor dos Fundos libertos de 2013.

Tabela 56: Fundos libertos

Descrição	Unidade: euro		
	2013	2012	Var (%)
Resultado líquido	(2.912.098)	(4.247.124)	-31,43%
Gastos de depreciação e amortização	7.290.882	7.020.482	3,85%
Imparidades/Provisões do exercício	(182.024)	(60.545)	200,64%
Fundos libertos	4.196.760	2.712.813	54,70%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

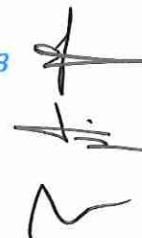
9.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 57: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2013	%	2012	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	283.521.993	86,7%	282.183.944	86,7%
Ativos intangíveis	125.975	0,0%	95.054	0,0%
Participações financeiras	19.828.622	6,1%	8.433.582	2,6%
Outras contas a receber	4.500.250	1,4%	0	0,0%
Ativos por impostos diferidos	100.018	0,0%	115.965	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	23.260	0,0%	24.361	0,0%
Clientes	6.799.748	2,1%	7.149.351	2,2%
Estado e outros entes públicos	213.225	0,1%	537.317	0,2%
Outras contas a receber	9.021.587	2,8%	24.842.372	7,6%
Diferimentos	657.363	0,2%	787.602	0,2%
Caixa e depósitos bancários	2.296.269	0,7%	1.485.236	0,5%
Total do ativo	327.088.309	100,0%	325.654.783	100,0%
Capital próprio				
Capital realizado	40.238.700	12,3%	40.238.700	12,4%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(4.530.577)	-1,4%	(188.633)	-0,1%
Ajustamentos em ativos financeiros	12.270.962	3,8%	1.535.665	0,5%
Outras variações do capital próprio	177.080.244	54,1%	184.069.480	56,5%
Resultado líquido do exercício	(2.912.098)	-0,9%	(4.247.124)	-1,3%
Total do capital próprio	222.372.834	68,0%	221.633.691	68,1%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	488.729	0,1%	527.473	0,2%
Estado e outros entes públicos	84.431	0,0%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	29.983.477	9,2%	28.255.705	8,7%
Outras contas a pagar	43.993.719	13,5%	43.176.791	13,3%
Passivo corrente				
Fornecedores	2.814.133	0,9%	3.139.555	1,0%
Estado e outros entes públicos	1.288.429	0,4%	285.004	0,1%
Financiamentos obtidos	15.725.435	4,8%	15.195.222	4,7%
Outras contas a pagar	10.041.028	3,1%	13.357.091	4,1%
Diferimentos	296.093	0,1%	84.253	0,0%
Total do passivo	104.715.475	32,0%	104.021.093	31,9%
Total do capital próprio e do passivo	327.088.309	100,0%	325.654.783	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Convirá mencionar, tal como efetuado no relatório do ano anterior e constante da nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras - Contas Individuais, a situação dos financiamentos obtidos junto do Turismo de Portugal. As prestações de capital vencidas de 2011 a 2013 perfazem um montante de 4.294.956 euros, em 31 de dezembro de 2013. A PA solicitou para tais financiamentos novas maturidades, ainda não aprovadas. Todavia, na sequência da reunião havida em 24 de março de 2014 com o Turismo de Portugal, a PA deverá apresentar uma proposta que contemple um pagamento inicial de 1.611.620 euros. Com este valor possibilitar-se-á a liquidação das prestações mais atrasadas. Para além disto, com a aplicação da carência suplementar prevista na Portaria 1020/2010, bem como o alargamento de prazo previsto no mesmo diploma, poder-se-á garantir a passagem destas operações a uma situação regular, abandonando-se assim a hipótese de utilização pelo Turismo de Portugal das garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos.

Adicionalmente, conforme detalhado na nota 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais, em 31 de dezembro de 2013 existiam em mora perante o Estado, valores relativos a retenções na fonte do IRS do quarto trimestre de 2013 e de prestações sociais também vencidas. À data do encerramento das contas de 2013, a situação encontrava-se já regularizada na íntegra.

De qualquer forma, a estrutura do Balanço registada em 2013, coloca ainda em evidência o desajustamento da estrutura de benefícios e responsabilidades e respetivas maturidades, sendo perfeitamente perceptível uma diminuição acentuada dos benefícios de curto prazo (Ativo corrente) para uma variação de muito menor amplitude das responsabilidades de curto prazo (Passivo corrente). Este aspeto será visto com maior detalhe no ponto seguinte.

9.4. Fundo de manei

Em 2013, o Fundo de manei da PA atingiu um valor negativo de 11,1 milhões de euros, reflexo da drástica diminuição do Ativo corrente, muito particularmente da rubrica “Outras contas a receber”, associada sobretudo a verbas de fundos comunitários e ao abrigo de contratos programa, que financiam os principais investimentos realizados.

Relativamente ao Passivo corrente, a redução registada ocorre com maior amplitude na rubrica “Outras contas a pagar”, nomeadamente em “Fornecedores de investimento”, cuja diminuição é de dois milhões de euros.

Este cenário é de profundo desequilíbrio da estrutura financeira da empresa, sendo as responsabilidades correntes consideravelmente superiores aos ativos com a mesma maturidade. Esta situação coloca em nítida evidência a necessidade de uma perspetiva pragmática quanto à sua resolução. Não será possível o desenvolvimento da atividade da empresa sem uma adequação dos meios financeiros, e o respetivo ajustamento em termos de distribuição temporal.



Tabela 58: Fundo de maneiio

Descrição	Unidade: euro		
	2013	2012	Var (%)
Ativo corrente	19.011.452	34.826.237	-45,41%
Passivo corrente	30.165.118	32.061.124	-5,91%
Fundo de maneiio	(11.153.666)	2.765.113	-503,37%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores económicos e financeiros, são apresentados nas duas tabelas que se seguem.

Quanto aos indicadores económicos, será de destacar a melhoria da generalidade dos mesmos, reflexo direto da obtenção de resultados mais favoráveis em 2013 face a 2012.

Tabela 59: Indicadores económicos

Descrição	2013	2012	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	101,95%	99,95%	2,00%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	-1,50%	-10,01%	-85,02%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,08%	-0,55%	-84,65%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-1,31%	-1,92%	-31,66%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Contudo, deverá referir-se que os “Gastos com o pessoal” ultrapassam, pela primeira vez, o valor acrescentado bruto (VAB) gerado pela empresa, indicador que deverá merecer uma atenção muito particular no futuro.

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de uma diminuição muito acentuada da Liquidez geral, por via, do efeito considerável ao nível da redução do Ativo corrente, que regista uma quebra de quase 16 milhões de euros. Já o Passivo corrente regista uma variação significativamente inferior, de pouco mais de dois milhões de euros. Esta situação foi já colocada em evidência na análise do Fundo de Maneio, colocando a empresa numa situação de liquidez muito débil.

Ao nível da Autonomia financeira, permanece praticamente inalterada, atendendo a que as respetivas componentes, ou seja o Capital próprio e o Ativo total líquido registam variações da mesma amplitude e no mesmo sentido. Quanto à Solvabilidade, observam-se também variações mínimas em termos da sua composição, de que resulta uma variação mínima.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, ocorreu um decréscimo no seu valor, o que significa que o imobilizado foi financiado por capitais de curto prazo numa percentagem ligeiramente superior à registada no ano anterior. De destacar que esta situação resulta de renegociação do

despacho conjunto relativo ao financiamento de algumas empreitadas nos portos da DGPTO, na parte não financiada por fundos comunitários.

Tabela 60: Indicadores financeiros

Descrição	2013	2012	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,61	1,06	-42,27%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,68	0,68	-0,11%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	2,12	2,13	-0,33%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	0,98	1,01	-3,12%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de serviços)	135,86	147,05	-7,60%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	151,57	168,99	-10,31%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O Prazo médio de cobrança regista um decréscimo de 7,6 por cento, fruto do efeito simultâneo da diminuição do valor inscrito na rubrica de “Clientes” (-4,89 por cento) e do aumento observado nas “Vendas e Prestações de serviços” (+2,94 por cento). De qualquer modo, este indicador reflete de forma notória as dificuldades de liquidez que persistem na atualidade, em grande medida resultantes do impacto do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Quanto ao Prazo médio de pagamentos, de igual modo, um decréscimo, neste caso de 10,31 por cento, resultado da redução do saldo de Fornecedores no final de 2013 (-10,37 por cento) e da manutenção praticamente ao mesmo nível dos Fornecimentos e serviços externos (-0,06 por cento). Também neste caso estão patentes as carências de liquidez a que se aludiu no parágrafo acima.

10. Participações financeiras

A presente secção apresenta algumas notas relativas ao conjunto de participações financeiras em posse da PA no final de 2013, com um destaque muito particular para a Atlânticoline, S.A., única empresa alvo de consolidação integral.

Conforme referido na secção introdutória, a PA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são as que constam da tabela a seguir.

Tabela 61: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

Dever-se-á referir que a empresa Naval Canal, Lda. não foi incluída no processo de consolidação pelo método de integração global por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo, ao contrário do que sucede com a Atlânticoline, S.A..

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Tabela 62: Empresas e entidades associadas

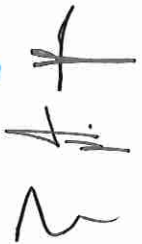
Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas entidades associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

10.1. Atlânticoline, S.A.

Conforme referido acima, detalharemos de seguida os principais aspetos do desempenho da subsidiária Atlânticoline, S.A., a única entidade objeto de consolidação integral.

A subsidiária Atlânticoline, tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97 por



cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros, pela PA. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores (16,03 por cento do capital, no montante de 1.145.000 euros).

A frota da subsidiária é composta por cinco navios e embarcações: o “Cruzeiro do Canal” e o “Cruzeiro das Ilhas”, embarcações fretadas à empresa Transmaçor; a lancha “Ariel”, que opera em exclusivo no transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo; e ainda os navios “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano”, construídos em 2013 nos estaleiros espanhóis Astilleros Armon, e que passarão a operar em 2014 nas ligações entre as ilhas do grupo central do arquipélago.

Para o cumprimento do transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas, com cobertura do conjunto das ilhas dos Açores, a empresa celebrou em 24 de janeiro de 2013 um contrato de fretamento com as empresas Hellenic Seaways Maritime, S.A. e Hellenic Seaways Management, S.A., para o período entre os dias 15 de abril e 5 de outubro dos anos de 2013 e 2014, relativo aos navios “Expresse Santorini” e “Hellenic Wind”.

O Volume de negócios da empresa atingiu em 2013 um total de 2.774 milhares de euros, o que compara com os 2.793 milhares de euros de 2012. Tal corresponde a uma variação de -0,68 por cento (-8,27 por cento em 2012).

As variações em apreço encontram justificação na conjuntura económica e social recente, amplamente descrita no capítulo 4, e que se repercute numa menor propensão para viajar, devido a menores níveis em termos de rendimento disponível das famílias, tanto em 2012 como em 2013, sobretudo quando tais viagens se integram em atividades de lazer. Outros aspetos operacionais ocorridos em 2013 são também de mencionar, nomeadamente a redução do número de viagens efetuadas face ao ano anterior, a avaria ocorrida no navio “Express Santorini” e, por último, as greves ocorridas durante o mês de setembro nos portos do arquipélago.

Os “Subsídios à Exploração” cifraram-se, em 2013, nos 7.567 milhares de euros, o que compara com o montante de 9.034 euros de 2012, o equivalente a um decréscimo de 16,24 por cento.

Os “Outros rendimentos e ganhos”, com um total de 590 mil euros em 2013 e 439 milhares de euros em 2012, são outra componente com alguma importância no conjunto dos rendimentos da empresa, particularmente a parcela relativa aos benefícios resultantes de penalidades contratuais, associada à avaria do navio “Express Santorini” no decurso da operação de 2013.

Relativamente aos gastos, atingiram no exercício de 2013 um total de 10.036 milhares de euros (12.356 milhares de euros em 2012), sendo de evidenciar a redução ocorrida na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, com uma quebra de 22,62 por cento, e que, só por si, corresponde a cerca de 80% dos gastos da empresa. É, aliás, a redução nesta rubrica que contribui na quase totalidade para a redução do total de gastos da empresa em 2013.

As principais componentes desta rubrica são os “Subcontratos”, onde se inclui o fretamento dos meios de navegação para a operação sazonal e que representam mais de metade dos gastos da rubrica (4.418 milhares de euros em 2013 e 6.164 milhares de euros em 2012), os “Combustíveis”, elemento diretamente associado ao número de milhas navegadas (2.530 milhares de euros em 2013 e 3.037 milhares de euros em 2012) e, finalmente, os “Encargos com a operação”, que inclui os custos portuários e com capitánias e o agenciamento das operações nos diversos portos (541 milhares de euros em 2013 e 596 milhares de euros em 2012).



O somatório destas três componentes corresponde a 95 por cento dos gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” e representam, quase integralmente, o volume de poupança de gastos ocorrida em 2013. Numa análise mais detalhada, será de realçar, ao nível dos “Subcontratos”, a celebração de um novo contrato de fretamento, facto diretamente responsável pela diminuição em 2013 de 28,32 por cento do valor despendido. Quanto aos “Combustíveis”, a quebra registada ao nível do número de milhas navegadas em 2013, da ordem dos 19 por cento, coincide com a quebra também registada em termos de gastos com esse fator, da ordem dos 16,7 por cento, colocando em evidência a relativa estabilidade dos preços dos combustíveis ao longo de 2013.

Os “Encargos com a operação” apresentam também uma relação direta com o ritmo da atividade. Neste caso, observa-se uma diminuição de 9,31 por cento no valor despendido em 2013 face a 2012, bastante menos, de qualquer modo, que a redução no número de viagens dos navios “Express Santorini” e “Hellenic Wind”, que se cifrou em 15 por cento, o que indicia a existência de um componente relativamente fixa, nomeadamente em termos de agenciamento.

Neste contexto, o Resultado líquido de 2013 foi de 934.079 euros, o que compara com os 51.287 euros de 2012.

Em 2013 manteve-se o modelo de rotas de transporte marítimo de passageiros dos anos anteriores, com ligações regulares durante todo o ano entre as Ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), a cargo da Transmaçor, e entre as ilhas do Grupo Ocidental (Flores e Corvo), efetuadas diretamente pela Atlânticoline, que é ainda responsável pelas ligações sazonais entre todas as ilhas no período entre os meses de maio e setembro. Estas ligações sazonais entre todas as ilhas, com exceção do Corvo, são efetuadas ao abrigo de um contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral, celebrado com a Região Autónoma dos Açores e o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, em 2005 e por um período de 10 anos.

A quota de mercado da empresa correspondeu, em 2013, a 15,1 por cento, ligeiramente abaixo da registada no ano imediatamente anterior (15,9 por cento).

A Atlânticoline transportou em 2013 um total de 112.104 passageiros e 17.853 viaturas. Estes valores correspondem a uma variação negativa de 4,87 por cento a nível dos passageiros e a um acréscimo de 0,24 por cento no que diz respeito a viaturas. Como nota, de referir que o número de passageiros não coincide como os referidos no capítulo 4 acima, em virtude de corresponderem a um método distinto de contabilização.

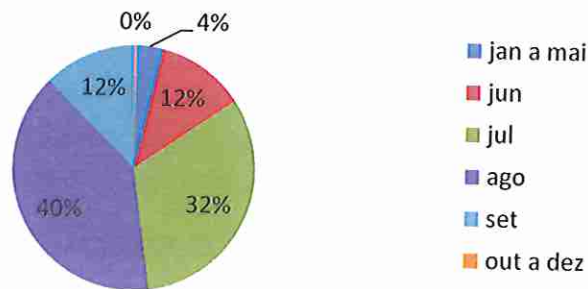
Em termos de exploração, observa-se em 2013 um crescimento de quatro p.p. no que respeita à ocupação por passageiros e de mais de três p.p. no que concerne a viaturas, atingindo-se uma taxa de ocupação de 36,8 por cento e 23,8 por cento, respetivamente. Estas variações em termos de ocupação resultam diretamente da redução do número total de viagens efetuadas em 2013 face a 2012 (-21,29 por cento).

O navio “Express Santorini” é responsável por 63 por cento do total de passageiros transportados, seguindo-se o navio “Hellenic Wind” com 34 por cento. A embarcação “Ariel” movimenta os restantes três por cento. Estas percentagens são muito similares às registadas em 2012. Também no que se refere à movimentação de viaturas as percentagens são relativamente da mesma ordem de

grandeza: 65 por cento para o navio “Express Santorini” (67 por cento em 2012) e 35 por cento para o “Hellenic Wind” (33 por cento em 2012).

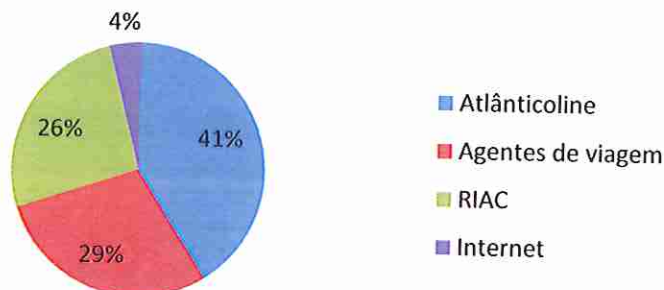
Estas percentagens tão díspares entre os dois navios resultam diretamente da lógica de distribuição das rotas, uma vez que o primeiro navio opera exclusivamente com as rotas de ida e volta do grupo central do arquipélago, enquanto o segundo é sobretudo responsável pelas ligações entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria e as ligações entre São Miguel e Terceira.

Figura 42: Movimento de passageiros em 2013



Em termos de sazonalidade é perfeitamente perceptível a preponderância dos meses de julho (36.134 passageiros) e agosto (44.530 passageiros), representando mais de 71 por cento do volume de passageiros transportados.

Figura 43: Distribuição de vendas por tipo de canal em 2013

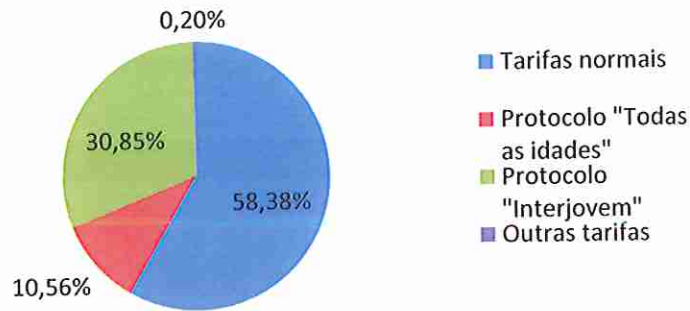


Os canais utilizados para as vendas incidem sobretudo em meios próprios, que garantem cerca de 41 por cento das vendas (39,4 por cento em 2012), sendo de destacar o crescimento de nove por cento nas vendas realizadas pela internet. As vendas efetuadas por intermédio de agentes de viagem, com 29 por cento em 2013 (34 por cento em 2012) registam uma relativa perda de importância. Já no que diz respeito à Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), representa sensivelmente o mesmo peso que em 2012, na ordem dos 26 por cento.

Outro aspeto relevante é o que se prende com a existência de condições especiais para determinados segmentos dos passageiros, como é o caso dos séniores e jovens, que mantêm um nível de procura assinalável, não obstante a redução neste último segmento (de 36,6 por cento em 2012 para 30,85 por cento em 2013), resultado, em grande medida da atualização da tarifa aplicável.



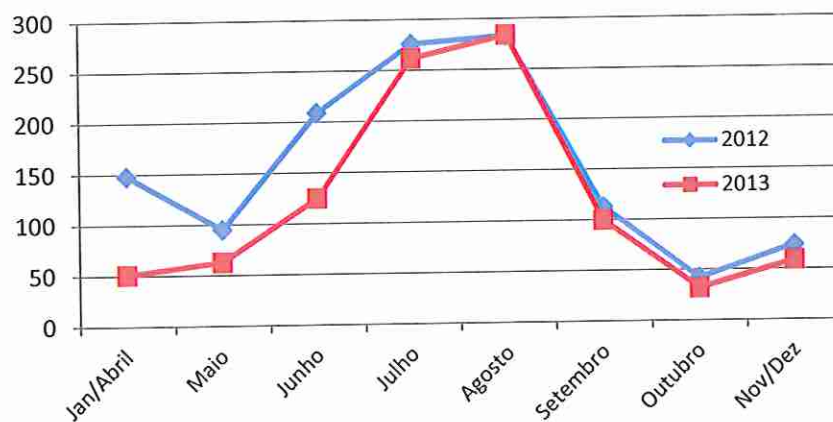
Figura 44: Distribuição de passageiros por tipo de tarifa em 2013



No conjunto do ano de 2013 foram efetuadas 976 viagens (1.240 viagens em 2012) e navegadas 30.193 milhas náuticas (37.269 milhas náuticas em 2012), o que corresponde a uma quebra de 21 por cento no número de viagens e de 19 por cento no número de milhas percorridas.

A este respeito será de colocar em evidência a situação extraordinária de avaria no navio "Express Santorini", o que obrigou a uma reorganização de horários durante o mês de julho, tendo-se cancelado 26 viagens desse navio, compensadas com mais 10 viagens do que as previstas por parte do navio "Hellenic Wind". Também devido a greves nos portos, ocorridas em setembro, e tal como em 2012, houve a necessidade de se proceder ao cancelamento de algumas viagens.

Figura 45: Detalhe da operação da Atlânticoline em 2012 e 2013



Referência por último à evolução de algumas componentes do Balanço da empresa, nomeadamente no que se prende com o ativo, dominado pela aquisição dos navios "Mestre Simão" e "Gilberto Mariano", que fez aumentar consideravelmente, em 2013, o valor da rubrica "Ativos fixos tangíveis", de 5,1 milhões de euros em 2012 para 21,1 milhões de euros. Tratando-se de um investimento participado em 85 por cento pelo PROCONVERGÊNCIA e ainda pela Região Autónoma dos Açores, também a rubrica de "Outras variações do capital próprio" registam um acréscimo avultado, de 2,5 milhões de euros para 15,2 milhões, resultado da contabilização dos subsídios atribuídos.

Em termos do passivo da participada, as principais alterações prendem-se com as rubricas diretamente associadas ao investimento em apreço, mais propriamente ao nível das "Outras contas a pagar", no passivo não corrente, e "Financiamentos obtidos", no passivo corrente.

Por fim, apresentamos, nas duas tabelas seguintes o Balanço e a Demonstração de Resultados da subsidiária em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Tabela 63: Balanços - Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro			
	2013	%	2012	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	21.087.673	56,8%	5.115.637	27,2%
Ativos fixos intangíveis	108.522	0,3%	198.347	1,1%
Outros ativos financeiros	26.000	0,1%	26.000	0,1%
Outras contas a receber	0	0,0%	215.478	1,1%
Ativos por impostos diferidos	1.113	0,0%	5.187	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	31.701	0,1%	35.273	0,2%
Clientes	484.146	1,3%	615.814	3,3%
Estado e outros entes públicos	12.031	0,0%	19.119	0,1%
Outras contas a receber	15.131.543	40,7%	12.210.628	64,9%
Diferimentos	4.320	0,0%	4.320	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	202.000	0,5%	202.000	1,1%
Caixa e depósitos bancários	53.015	0,1%	168.990	0,9%
Total do ativo	37.142.064	100,0%	18.816.793	100,0%
Capital próprio				
Capital realizado	7.145.400	19,2%	7.145.400	38,0%
Reservas legais	30.494	0,1%	20.811	0,1%
Resultados transitados	(744.430)	-2,0%	(743.747)	-4,0%
Outras variações do capital próprio	15.253.050	41,1%	2.569.935	13,7%
Resultado líquido do exercício	934.079	2,5%	51.287	0,3%
Total do capital próprio	22.618.593	60,9%	9.043.686	48,1%
Passivo				
Passivo não corrente				
Fornecedores	83.445	0,2%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	439.712	1,2%	956.721	5,1%
Passivos por impostos diferidos	9.917	0,0%	5.694	0,0%
Outras contas a pagar	3.816.244	10,3%	783.311	4,2%
Passivo corrente				
Fornecedores	1.117.106	3,0%	1.148.323	6,1%
Estado e outros entes públicos	72.687	0,2%	19.570	0,1%
Financiamentos obtidos	5.484.848	14,8%	4.265.369	22,7%
Outras contas a pagar	3.054.124	8,2%	2.052.061	10,9%
Diferimentos	445.388	1,2%	542.059	2,9%
Total do passivo	14.523.471	39,1%	9.773.107	51,9%
Total do capital próprio e do passivo	37.142.064	100,0%	18.816.793	100,0%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

Tabela 64: Demonstrações de resultados - Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2013	2012	Var. %
Vendas e prestações de serviços	2.773.810	2.792.828	-0,68%
Subsídios à exploração	7.567.023	9.033.720	-16,24%
Custo das mercadorias e matérias consumidas	(79.936)	(99.039)	-19,29%
Fornecimentos e serviços externos	(7.903.236)	(10.213.003)	-22,62%
Gastos com o pessoal	(883.651)	(862.400)	2,46%
Imparidade de dívidas a receber	(20.882)	(9.070)	130,23%
Outros rendimentos e ganhos	590.314	439.004	34,47%
Outros gastos e perdas	(67.281)	(124.324)	-45,88%
EBITDA	1.976.160	957.717	106,34%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(621.790)	(606.359)	2,54%
EBIT	1.354.370	351.358	285,47%
Juros e rendimentos similares obtidos	44.709	147.467	-69,68%
Juros e rendimentos similares suportados	(385.827)	(416.287)	-7,32%
Resultado antes de impostos	1.013.251	82.538	1127,62%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(79.173)	(31.252)	153,34%
Resultado líquido do exercício	934.079	51.287	1721,29%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

10.2. Operadores portuários

Relativamente às empresas de operação portuária em atividade na Região Autónoma dos Açores e em que a PA possui uma participação de 20 por cento, detalhamos nas tabelas seguintes os principais aspetos de âmbito financeiro dos exercícios de 2013 e 2012.

De referir que a única empresa com resultado líquido positivo foi a OPERTerceira, tanto em 2013 como em 2012. As restantes duas empresas, OPERPDL e OPERTRI registam resultados líquidos negativos, embora de amplitude diversa.

No primeiro caso, observa-se um resultado negativo de 145 milhares de euros, ainda assim bastante melhor do que os 276 milhares de euros de 2012. No segundo caso, pelo contrário, observa-se uma deterioração, de 19 milhares de euros em 2012 para mais de 61 milhares de euros em 2013.

A análise da atividade de 2013 aponta para uma estabilização das “Prestações de serviços”, após uma acentuada queda ocorrida em 2012, resultado direto da diminuição do número de escalas regulares de navios porta-contentores, bem como do volume de contentores movimentados.

A estrutura de gastos das empresas é dominada pelos “Gastos com o pessoal”, que representam, no caso da OPERTRI, mais de 90 por cento do Volume de negócios. No caso da OPERPDL este rácio anda à volta de 54 ou 56 por cento, enquanto na OPERTerceira não atinge os 50 por cento. Esta desproporção resulta diretamente da ligação com os gastos provenientes da utilização de

equipamentos da PA nos diversos portos, e em que, no caso da OPERTRI, os mesmos são imputados diretamente aos clientes finais.

Tabela 65: Balanços dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL				OPERTERCEIRA				OPERTRI			
	2013	%	2012	%	2013	%	2012	%	2013	%	2012	%
Ativo												
Ativo não corrente												
Ativos fixos tangíveis	63.764	5,5%	91.913	7,0%	21.541	1,2%	39.786	2,8%	191.531	29,9%	195.199	27,9%
Ativos intangíveis	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	72	0,0%
Ativos por impostos diferidos	0	0,0%	0	0,0%	87.500	4,8%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ativo corrente												
Clientes	820.323	71,4%	889.160	68,1%	500.304	27,3%	511.674	36,1%	125.793	19,6%	123.795	17,7%
Adiantamento a fornecedores	0	0,0%	11.988	0,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Estado e outros entes públicos	26.982	2,3%	32.104	2,5%	2.200	0,1%	23.124	1,6%	7.086	1,1%	3.167	0,5%
Outras contas a receber	6.361	0,6%	6.496	0,5%	13.864	0,8%	10.929	0,8%	0	0,0%	0	0,0%
Diferimentos	49.895	4,3%	51.269	3,9%	0	0,0%	0	0,0%	357	0,1%	345	0,0%
Caixa e depósitos bancários	181.980	15,8%	222.342	17,0%	1.203.920	65,8%	831.897	58,7%	315.627	49,3%	376.078	53,8%
Total do ativo	1.149.305	100,0%	1.305.272	100,0%	1.829.329	100,0%	1.417.409	100,0%	640.394	100,0%	698.656	100,0%
Capital próprio												
Capital realizado	250.000	21,8%	250.000	19,2%	124.699	6,8%	124.699	8,8%	125.000	19,5%	125.000	17,9%
Reservas legais	50.000	4,4%	50.000	3,8%	30.230	1,7%	30.230	2,1%	31.300	4,9%	31.300	4,5%
Outras reservas	530.673	46,2%	530.673	40,7%	658.642	36,0%	614.708	43,4%	467.818	73,1%	467.818	67,0%
Resultados transitados	(368.045)	-32,0%	(91.214)	-7,0%	0	0,0%	0	0,0%	(19.140)	-3,0%	0	0,0%
Outras variações do capital próprio	0	0,0%	0	0,0%	61.250	3,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Resultado líquido do exercício	(145.084)	-12,6%	(276.831)	-21,2%	205.237	11,2%	93.933	6,6%	(61.765)	-9,6%	(19.140)	-2,7%
Total do capital próprio	317.544	27,6%	462.628	35,4%	1.080.058	59,0%	863.571	60,9%	543.212	84,8%	604.978	86,6%
Passivo												
Passivo não corrente												
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	500.000	27,3%	350.000	24,7%	0	0,0%	0	0,0%
Passivo corrente												
Fornecedores	531.314	46,2%	544.965	41,8%	43.846	2,4%	62.172	4,4%	1.645	0,3%	1.645	0,2%
Estado e outros entes públicos	55.254	4,8%	52.495	4,0%	67.103	3,7%	28.592	2,0%	21.303	3,3%	23.862	3,4%
Financiamentos obtidos	94.734	8,2%	48.861	3,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras contas a pagar	150.460	13,1%	192.673	14,8%	138.321	7,6%	113.073	8,0%	74.233	11,6%	68.172	9,8%
Diferimentos	0	0,0%	3.650	0,3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total do passivo	831.761	72,4%	842.644	64,6%	749.271	41,0%	553.838	39,1%	97.181	15,2%	93.678	13,4%
Total do capital próprio e do passivo	1.149.305	100,0%	1.305.272	100,0%	1.829.329	100,0%	1.417.409	100,0%	640.394	100,0%	698.656	100,0%

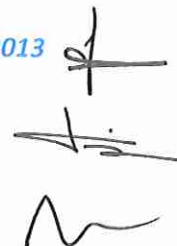
Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Tabela 66: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL			OPERTERCEIRA			OPERTRI		
	2013	2012	Var.%	2013	2012	Var.%	2013	2012	Var.%
Vendas e prestações de serviços	3.071.607	3.036.972	1,14%	1.957.697	1.929.098	1,48%	827.081	800.057	3,38%
Fornecimentos e serviços externos	(1.579.946)	(1.583.319)	-0,21%	(877.253)	(888.996)	-1,32%	(57.919)	(62.302)	-7,04%
Gastos com o pessoal	(1.659.753)	(1.702.190)	-2,49%	(675.213)	(789.359)	-14,46%	(824.338)	(756.594)	8,95%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	-%	(150.000)	(100.000)	50,00%	0	0	-%
Outros rendimentos e ganhos	64.021	13.806	363,72%	33.342	37.533	-11,17%	0	1.581	-100,00%
Outros gastos e perdas	(17.352)	(12.460)	39,26%	(5.043)	(1.529)	229,74%	(5.923)	(2.072)	185,93%
EBITDA	(121.423)	(247.191)	-50,88%	283.529	186.746	51,83%	(61.099)	(19.329)	216,10%
Gastos depreciação e amortização	(27.493)	(43.507)	-36,81%	(27.252)	(52.783)	-48,37%	(3.853)	(4.993)	-22,82%
EBIT	(148.916)	(290.698)	-48,77%	256.277	133.962	91,31%	(64.953)	(24.322)	167,06%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.411	14.802	-70,20%	0	0	#DIV/0!	3.897	6.031	-35,38%
Juros e rendim. similares suportados	0	(203)	-100,00%	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!
Resultado antes de impostos	(144.505)	(276.101)	-47,66%	256.277	133.962	91,31%	(61.056)	(18.291)	233,80%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(580)	(730)	-20,55%	(51.040)	(40.029)	27,51%	(710)	(849)	-16,40%
Resultado líquido do exercício	(145.084)	(276.831)	-47,59%	205.238	93.933	118,49%	(61.765)	(19.140)	222,71%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI



11. Perspetivas futuras

As previsões quanto ao comportamento da economia mundial para 2014 e 2015 são de fortalecimento do ritmo de crescimento registado em 2013, em grande medida sob efeito da recuperação das economias mais avançadas. De acordo com o *World Economic Outlook* de abril de 2014, cujo tom é bastante mais otimista do que as edições anteriores, são já perfeitamente perceptíveis os indícios de uma nova dinâmica de crescimento. Os riscos, contudo, não desapareceram. De facto, enquanto nos Estados Unidos, a recuperação parece ser já bastante sólida, na Europa do sul tal não poderá ser considerado um dado adquirido, tendo em conta muito particularmente o baixo nível de inflação registada. Para além disto, as reformas financeiras não se encontram ainda concluídas, o que faz com que o sistema financeiro permaneça em risco. A possibilidade de deflação é uma hipótese a considerar na zona euro, sendo Espanha um dos países mais expostos a esta eventualidade.

Outro aspeto referido no *World Economic Outlook* já citado é o surgimento de riscos geopolíticos, não obstante ainda não apresentarem repercussões macroeconómicas globais.

Uma das preocupações encontra-se no potencial de crescimento das economias mais avançadas, que é considerado muito baixo. Nesse contexto, o FMI considera fundamental a implementação de medidas para aumentar o potencial de crescimento, com intervenções ao nível do mercado de trabalho, criação de maior concorrência em setores não transacionáveis, redimensionamento dos governos e exame do papel do investimento público.

As perspetivas de crescimento para 2014 são de um crescimento de 3,6 por cento, enquanto que em 2015 se atingirá os 3,9 por cento. Nas economias desenvolvidas estima-se que o crescimento possa atingir os 2,25 por cento para 2014-2015, mais um ponto percentual do que em 2013.

As previsões de crescimento para a economia americana, ainda de acordo com o *World Economic Outlook* citado, são de 2,8 por cento. Quanto à zona euro, o FMI fala em viragem para a recuperação, prevendo-se que o crescimento se situe em 1,2 por cento em 2014 e 1,5 por cento em 2015. Não obstante isso, registar-se-ão ritmos de recuperação distintos, sendo mais modestos nas economias sob *stress*, como é o caso da economia italiana e espanhola e em cujo quadro se poderá incluir a economia portuguesa.

A este respeito, as projeções do BdP, de acordo com o Boletim Económico da Inverno 2013, apontam para uma recuperação moderada da atividade económica que, neste ano de 2014, se situará em 0,8 por cento e, em 2015, atingirá 1,3 por cento. Esta recuperação ocorre após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, num contexto de processo de correção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Contudo, esta recuperação projetada pelo BdP pressupõe um quadro de manutenção, ao longo do horizonte de projeção, de condições regulares de financiamento da economia e um perfil de progressiva recuperação da procura interna.



Ao nível da procura interna, particularmente condicionada pela evolução do consumo público e consumo privado, persistem os aspetos inerentes ao acima referido processo de correção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados, de que resulta a prossecução de políticas orientadas para a continuidade da trajetória de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado. Tais elementos implicarão a manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

No que respeita à procura externa, o BdP estima a manutenção de um ritmo de crescimento das exportações, cujo papel preponderante o Banco Central reconhece como sendo essencial no processo de ajustamento da economia portuguesa.

Em termos de importações de bens e serviço, após uma quebra de cerca de 12 por cento em 2011-2012 e um crescimento de 2,7 por cento em 2013, deverão apresentar um crescimento de 3,9 e 4,5 por cento em 2014 e 2015, respetivamente.






Ao nível da formação bruta de capital fixo (FBCF), componente essencial para a dinamização da capacidade produtiva e em que se observa, de forma recorrente, uma componente de importação muito elevada, registar-se-á, em 2014, a inflexão na evolução registada nos últimos anos, o que reflete a necessidade de renovação do *stock* de capital após um longo período de adiamento de investimentos.

No que respeita ao financiamento da economia, um dos aspetos mais salientes do processo de ajustamento da economia nacional, o BdP destaca a ocorrência, em 2015, de um saldo conjunto da balança corrente e de capital excendentário de 4,7 por cento do PIB, num cenário de redução do preço do petróleo em euros.

Relativamente à economia açoriana, de destacar os valores do investimento público previstos no Plano para 2014, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014/A, que registam um aumento de 1,27 por cento face aos valores estabelecidos no Plano para 2013. Este acréscimo tem um particular significado uma vez que se trata da primeira vez no último triénio em que a dotação do Plano regista um aumento em termos absolutos.

No que respeita a investimentos da responsabilidade da PA, nomeadamente infraestruturas portuárias, encontra-se a terminar um ciclo, iniciado com o Terminal de Passageiros de Ponta Delgada (Portas do Mar), em 2006, e que inclui ainda o Terminal de Passageiros da Horta, inaugurado em julho de 2012, e o Terminal de Passageiros da Madalena do Pico.

Não obstante tal facto, a PA prevê, para 2014, um volume de investimento de 20,2 milhões de euros, e em que os principais projetos incluem:

-  Novo terminal de passageiros do porto da Madalena, com um custo de 2,62 milhões de euros;
-  Marina da Barra de Santa Cruz da Graciosa, com um custo de 2,57 milhões de euros;
-  Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo – Fase II, com um valor a despendar em 2014 de 1,3 milhões de euros;
-  Prosseguimento da empreitada de construção das novas oficinas gerais do porto de Ponta Delgada, com um valor estimado para 2014 de 1,5 milhões de euros;
-  Aquisição de uma grua portuária para o porto da Praia da Vitória, no valor de 2,8 milhões de euros;



 Aquisição de *reach-stackers*, num investimento correspondente a dois milhões de euros.

Os investimentos em apreço serão financiados por Fundos Comunitários, ao abrigo do Programa Operacional para os Açores, o que proporciona uma cobertura do investimento por capitais sem qualquer remuneração muito substancial. Sem tais fontes de financiamento não seria possível, de todo, a execução do nível de investimento proposto.

A par disto, prosseguirá o acompanhamento de importantes processos, como é o caso do projeto COSTA, relativo à análise da potencialidade de abastecimento de navios nos portos do arquipélago de LNG. Os desenvolvimentos futuros neste campo dizem respeito, numa segunda fase a decorrer a partir de setembro de 2014, à implementação de projetos pilotos.

Relativamente ao desenvolvimento de uma Plataforma Logística no porto da Praia da Vitória, os trabalhos do grupo de trabalho definido para o efeito prosseguirão ao longo do próximo ano.

Em termos de fluxo de atividade portuária, para 2014 e 2015 as previsões apontam para a obtenção de acréscimos anuais relativamente ligeiros em termos de volumes de movimentação de mercadorias e manutenção do volume de escalas de navios, em linha com a evolução do ritmo da atividade económica no arquipélago.

Para além disto, foram elaboradas propostas de novos tarifários durante o ano de 2013, em fase de análise pela Tutela. Preveem-se desenvolvimentos durante o próximo ano de 2014 relativamente a este assunto, determinante para a estabilização da empresa, notoriamente deteriorados pela manutenção dos tarifários em vigor desde o ano de 2009.

Por fim, referência ao processo de reestruturação operacional que se pretende implementar futuramente e a que se deverá ainda adicionar a aprovação de uma nova estrutura orgânica, também em fase de estudo e debate interno.

12. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 2.912.097,78 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 7 de maio de 2014

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia)



(Filipe Mota Fonseca Macedo)

CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

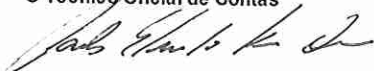
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E 2012

	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012 (reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	283.521.993,22	282.183.944,38
Ativos intangíveis	8	125.974,53	95.053,90
Participações financeiras	9	19.828.621,84	8.433.582,29
Outras contas a receber	12	4.500.250,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	10	100.017,54	115.965,35
		<u>308.076.857,13</u>	<u>290.828.545,92</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	23.260,45	24.360,54
Clientes	6 e 12	6.799.747,83	7.149.350,50
Estado e outros entes públicos	13	213.224,78	537.316,62
Outras contas a receber	12	9.021.586,54	24.842.371,62
Diferimentos	14	657.362,64	787.601,96
Caixa e depósitos bancários	4	2.296.269,36	1.485.236,03
		<u>19.011.451,60</u>	<u>34.826.237,27</u>
Total do activo		<u>327.088.308,73</u>	<u>325.654.783,19</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(4.530.577,29)	(188.633,05)
Ajustamentos em ativos financeiros	16	12.270.962,16	1.535.664,70
Outras variações no capital próprio	16	177.080.243,97	184.069.479,58
		<u>225.284.931,99</u>	<u>225.880.814,38</u>
Resultado líquido do período		(2.912.097,78)	(4.247.123,86)
Total do capital próprio		<u>222.372.834,21</u>	<u>221.633.690,52</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	488.729,13	527.473,04
Estado e outros entes públicos	13	84.431,44	0,00
Financiamentos obtidos	18	29.983.477,38	28.255.704,66
Outras contas a pagar	19	43.993.718,54	43.176.790,60
		<u>74.550.356,49</u>	<u>71.959.968,30</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.814.133,39	3.139.554,66
Estado e outros entes públicos	13	1.288.428,69	285.003,96
Financiamentos obtidos	18	15.725.435,37	15.195.221,77
Outras contas a pagar	19	10.041.027,52	13.357.091,44
Diferimentos	14	296.093,06	84.252,54
		<u>30.165.118,03</u>	<u>32.061.124,37</u>
Total do passivo		<u>104.715.474,52</u>	<u>104.021.092,67</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>327.088.308,73</u>	<u>325.654.783,19</u>

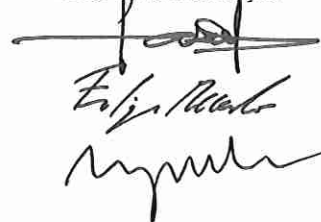
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	20	18.267.466,11	17.746.128,20
Subsídios à exploração		-	29.741,17
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur	9	764.562,47	10.117,68
Trabalhos para a própria entidade	7 e 8	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(355.232,75)	(411.773,43)
Fornecimentos e serviços externos	21	(6.776.869,47)	(6.781.236,22)
Gastos com o pessoal	22	(11.158.973,44)	(10.294.261,88)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(191.196,20)	(141.006,17)
Provisões (aumentos/reduções)	17	9.171,97	80.461,47
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	23	6.614.228,37	5.153.333,53
Outros gastos e perdas	24	(156.245,92)	(147.698,36)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>7.016.911,14</u>	<u>5.243.805,99</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.290.882,10)	(7.020.481,55)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(273.970,96)</u>	<u>(1.776.675,56)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	18.181,43	4.498,17
Juros e gastos similares suportados	25	(2.624.088,98)	(2.447.351,05)
Resultado antes de impostos		<u>(2.879.878,51)</u>	<u>(4.219.528,44)</u>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(32.219,27)	(27.595,42)
Resultado líquido do período		<u>(2.912.097,78)</u>	<u>(4.247.123,86)</u>
 Resultado por ação básico		 <u>(7,24)</u>	 <u>(10,55)</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



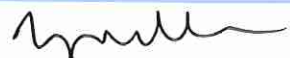
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NOTAS	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.306.995,81	17.460.252,35
Pagamentos a fornecedores		(8.600.955,47)	(7.797.515,20)
Pagamentos ao pessoal		(10.307.238,18)	(9.326.568,47)
Caixa gerada pelas operações		<u>398.802,16</u>	<u>336.168,68</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(47.552,38)	(39.356,29)
Outros recebimentos/(pagamentos)	23	<u>1.564.307,43</u>	<u>1.621.565,24</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u><u>1.915.557,21</u></u>	<u><u>1.918.377,63</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(10.730.910,99)	(25.440.081,34)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		9.685.469,21	23.802.306,34
Juros e rendimentos similares		18.181,43	25.965,29
Dividendos		<u>10.000,00</u>	<u>20.000,00</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u><u>(1.017.260,35)</u></u>	<u><u>(1.591.809,71)</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		9.437.400,00	17.666.400,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(7.179.413,68)	(15.521.690,75)
Juros e gastos similares		(2.345.249,85)	(2.429.175,23)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u><u>(87.263,53)</u></u>	<u><u>(284.465,98)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes		811.033,33	42.101,94
Efeito da fusão	4	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.485.236,03	1.443.134,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.296.269,36	1.485.236,03

O Técnico Oficial de Contas



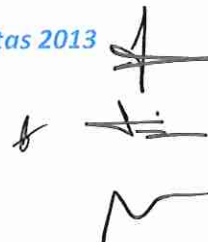
O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	853.892,53	235.505,42	168.456,015,92	(1.042.525,58)	208.967.191,44
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	21.303,93	-	-	(21.303,93)	-
Saldo em 1 de janeiro de 2012 (reexpresso)		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	875.196,46	235.505,42	168.456,015,92	(1.063.829,51)	208.967.191,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas	2	-	-	-	(863.851,17)	-	-	863.851,17	-
Aplicação dos resultados de 2011		-	-	-	(199.978,34)	-	-	199.978,34	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	-	(3.662,416,49)	0,00	(3.662,416,49)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	1.300.159,28	1.300.159,28	19.275.880,15	0,00	20.576.039,43
		-	-	-	(1.063.829,51)	1.300.159,28	15.613.463,66	1.063.829,51	16.913.622,94
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(4.247.123,86)	(4.247.123,86)
RESULTADO INTEGRAL								(4.247.123,86)	(4.247.123,86)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(188.633,05)	1.535.664,70	184.069,479,58	(4.247.123,86)	221.633.690,52
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(188.633,05)	1.535.664,70	184.069,479,58	(4.247.123,86)	221.633.690,52
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas	2	-	-	-	(38.235,85)	-	-	38.235,85	-
Aplicação dos resultados de 2012		-	-	-	(4.208.888,01)	-	-	4.208.888,01	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(97.547,78)	97.547,78	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(816.927,94)	-	(816.927,94)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	2.727,40	10.637.749,68	(6.172.307,67)	-	4.468.169,41
		-	-	-	(4.341.944,24)	10.735.297,46	(6.989.235,61)	4.247.123,86	3.651.241,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(2.912.097,78)	(2.912.097,78)
RESULTADO INTEGRAL								(2.912.097,78)	(2.912.097,78)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(4.530.577,29)	12.270.962,16	177.080.243,97	(2.912.097,78)	222.372.834,21

CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS



Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2013 e 2012

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.


Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a



aspectos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na sequência da reanálise e revisão do entendimento inicial da Comissão de Normalização Contabilística sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables que passou a considerar que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, o balanço em 31 de Dezembro de 2012, bem como as respetivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram reclassificados pelo facto da subsidiária ATLANTICOLINE ter procedido à reexpressão desta situação nas suas demonstrações financeiras, cujos efeitos foram reconhecidos nas rubricas de Investimentos financeiros e resultados líquidos (ganhos imputados de subsidiárias), no montante de 38.236 euros.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

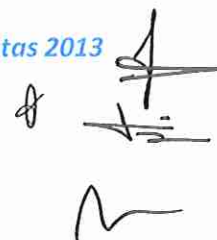
(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das empresas incorporadas que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.



As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras activos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.



As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

(g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



(h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(i) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(j) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(l) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

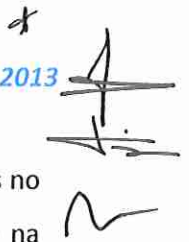
Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de



liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(o) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(p) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

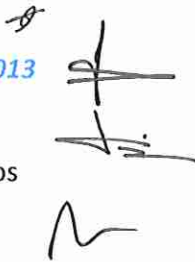
(q) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. a PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(r) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.



Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(t) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

**(u) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(v) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

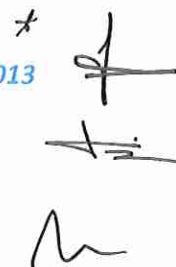
As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e de despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(w) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:



	2013	2012
Numerário	9.741	10.529
Depósitos à ordem	2.285.528	223.707
Depósitos a prazo	1.000	1.251.000
	<u>2.296.269</u>	<u>1.485.236</u>

Existia um depósito a prazo no montante de 1.000 euros remunerados à taxa nominal de 0,200%, que serve de garantia a favor da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2013	2012
Cientes e outras contas a receber		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	948.681	1.084.111
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	549.773	563.028
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	41.266	59.744
	<u>1.539.719</u>	<u>1.706.884</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	<u>48.868</u>	<u>45.738</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:




	2013	2012
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	462.965	516.184
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	788.250	781.986
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1.452.857	1.460.502
	<u>2.704.072</u>	<u>2.758.671</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	322	-
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	197.224	189.625
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	1.330	-
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	4.480	-
	<u>203.356</u>	<u>189.625</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Saldo inicial	31 de dezembro de 2013		Saldo final
		Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	258.805.917	166.184	5.962.282	264.934.383
Equipamento básico	29.138.656	12.773	320.387	29.471.816
Equipamento de transporte	676.071	-	-	676.071
Equipamento administrativo	2.333.312	23.781	88.612	2.445.704
Outros ativos fixos tangíveis	939.990	30.084	-	970.075
Investimentos em curso	27.511.521	8.412.683	(6.396.923)	29.527.281
	<u>337.483.839</u>	<u>8.645.505</u>	<u>(25.641)</u>	<u>346.103.702</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	33.758.544	5.210.027	-	38.968.571
Equipamento básico	18.108.175	1.809.885	(544)	19.917.516
Equipamento de transporte	612.729	34.297	-	647.026
Equipamento administrativo	2.090.312	155.104	-	2.245.416
Outros ativos fixos tangíveis	730.135	73.045	-	803.181
	<u>55.299.895</u>	<u>7.282.358</u>	<u>(544)</u>	<u>62.581.709</u>
Valor líquido	<u>282.183.944</u>			<u>283.521.993</u>



31 de dezembro de 2012

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	Saldo final
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	211.177.800	154.659	47.473.459	258.805.917
Equipamento básico	23.368.473	795.631	4.974.552	29.138.656
Equipamento de transporte	647.571	28.500	-	676.071
Equipamento administrativo	2.190.817	148.425	(5.930)	2.333.312
Outros ativos fixos tangíveis	874.130	72.328	(6.468)	939.990
Investimentos em curso	<u>54.609.378</u>	<u>25.462.153</u>	<u>(52.560.010)</u>	<u>27.511.521</u>
	<u>310.946.541</u>	<u>26.661.696</u>	<u>(124.398)</u>	<u>337.483.839</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	28.915.559	4.842.874	111	33.758.544
Equipamento básico	16.355.485	1.858.165	(105.476)	18.108.175
Equipamento de transporte	565.198	47.507	25	612.729
Equipamento administrativo	1.951.125	153.162	(13.975)	2.090.312
Outros ativos fixos tangíveis	<u>620.360</u>	<u>116.243</u>	<u>(6.468)</u>	<u>730.135</u>
	<u>48.407.728</u>	<u>7.017.951</u>	<u>(6.468)</u>	<u>55.299.895</u>
Valor líquido	<u>262.538.813</u>			<u>282.183.944</u>

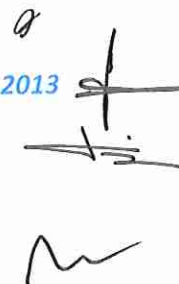
Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	27.511.521	54.609.379
Investimento direto	<u>8.412.683</u>	<u>25.466.239</u>
	35.924.204	80.075.617
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis e anulações	<u>(6.396.923)</u>	<u>(52.564.096)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>29.527.281</u>	<u>27.511.521</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o custo acumulado dos Investimentos em curso, incluindo os ativos que transitaram das empresas incorporadas, compreende:



	2013	2012
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	13.152.472	12.793.117
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	1.411.110	1.411.110
Dragagem Bacia Terminal Passageiros	-	2.749.363
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	3.480.833	1.443.310
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	6.368.000	3.048.015
Prolongamento do porto e terrapleno das Lajes das Flores	-	1.748.430
Empr. Constr. Novas Oficinas Gerais	775.824	763.048
Construção Rampa Ro-Ro da Graciosa	792.545	543.809
Plano Integrado Baía AH-Fase I	1.313.788	379.502
Outros	2.232.708	2.631.817
	<u>29.527.281</u>	<u>27.511.521</u>

8. Ativos intangíveis

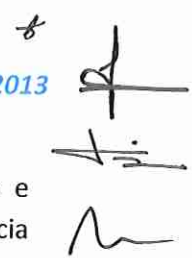
O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2013			Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	
Custo:				
Programas de computador	7.594	15.369	23.625	46.588
Investimento em curso	80.796	450	-	81.246
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10.461	-	-	10.461
	<u>98.851</u>	<u>15.819</u>	<u>23.625</u>	<u>138.295</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	3.797	8.524	-	12.321
	<u>3.797</u>	<u>8.524</u>	<u>-</u>	<u>12.321</u>
Valor líquido	<u>95.054</u>			<u>125.975</u>

	31 de dezembro de 2012			Saldo final
	Saldo Inicial	Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	
Custo:				
Programas de computador	7.594	-	-	7.594
Investimento em curso	65.796	15.000	-	80.796
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10.461	-	-	10.461
	<u>83.851</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98.851</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	1.266	2.531	-	3.797
	<u>1.266</u>	<u>2.531</u>	<u>-</u>	<u>3.797</u>
Valor líquido	<u>82.585</u>			<u>95.054</u>

9. Participações financeiras

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Empresas subsidiárias e associadas	31 de dezembro de 2013			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, LDA.	100	19.529	(26.876)	19.529
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	22.618.593	934.079	<u>18.992.857</u>
				<u>19.012.386</u>
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.632.292	29.658	408.073
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	317.544	(145.084)	63.509
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1.080.058	205.237	216.012
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	543.212	(61.765)	<u>108.642</u>
				<u>796.236</u>
				<u>19.808.622</u>

Empresas subsidiárias e associadas	31 de dezembro de 2012			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, LDA.	100	46.406	3.103	46.406
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,55	9.043.686	51.287	<u>7.555.757</u>
				<u>7.602.163</u>
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.700.738	17.428	425.185
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	462.628	(276.831)	92.526
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	863.571	93.933	172.714
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	604.978	(19.140)	<u>120.996</u>
				<u>811.420</u>
				<u>8.413.582</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar encontra-se registada pelo método de custo.

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2013					
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Saldo final
		Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	113.330	-	4.399	(20.471)	-	97.257
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	125	-	-	2.760
	<u>115.965</u>	-	<u>4.523</u>	<u>(20.471)</u>	-	<u>100.018</u>

	Em 31 de dezembro de 2012					
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Saldo final
Capitais próprios		Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios		
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	121.650	-	13.110	(21.430)	-	113.330
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	-	-	-	2.636
	<u>124.285</u>	<u>-</u>	<u>13.110</u>	<u>(21.430)</u>	<u>-</u>	<u>115.965</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte.


11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Saldo inicial	24.361	33.212
Compras	354.133	402.922
Inventário final	<u>(23.260)</u>	<u>(24.361)</u>
Custo das vendas	<u>355.233</u>	<u>411.773</u>
Inventário final	23.260	24.361
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>23.260</u>	<u>24.361</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica resume-se como segue:



	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	1.539.719	-	1.706.884	-
Outros	5.260.028	-	5.442.467	-
Cobrança duvidosa	<u>1.051.009</u>	-	<u>859.812</u>	-
	7.850.756	-	8.009.163	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(1.051.009)</u>	-	<u>(859.812)</u>	-
	<u>6.799.748</u>	-	<u>7.149.351</u>	-
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	37.059	-	26.586	-
Subsídios a receber	8.977.193	4.500.250	24.788.674	-
Outros	-	-	16.640	-
Pessoal	<u>21.207</u>	-	<u>24.343</u>	-
	9.035.459	4.500.250	24.856.243	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(13.872)</u>	-	<u>(13.872)</u>	-
	<u>9.021.587</u>	<u>4.500.250</u>	<u>24.842.372</u>	-

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

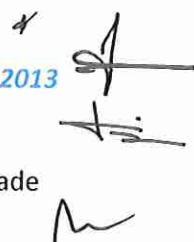
	2013
Novo Parque Oficinal do Porto de Ponta Delgada	1.162.489
Plano Integrado da Baía Angra Heroísmo	1.764.723
Reordenamento do Porto São Roque do Pico	768.891
Terminal de Passageiros do Porto da Madalena	3.239.251
Outros	<u>6.511.845</u>
	<u>13.447.200</u>

Em 31 de dezembro de 2013, existe uma verba 4.500.250 euros, contabilizada por contrapartida de capitais próprios, em que parte poderá ser disponibilizada nos seguintes anos, de acordo com o reescalamento financeiro aprovado:

2014	500.000
2015	1.218.983
2016	<u>1.218.982</u>
	<u>2.937.965</u>

A parte remanescente de 1.562.285 euros desconhece-se nesta data a sua forma temporal de realização, como tal foi classificado em ativo não corrente.

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 32.243 euros são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 19).



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Cientes	859.812	379.911	(188.715)	-	1.051.009
Outras contas a receber	13.872	-	-	-	13.872
	<u>873.684</u>	<u>379.911</u>	<u>(188.715)</u>	<u>-</u>	<u>1.064.881</u>

	Em 31 de dezembro de 2012				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Cientes	723.894	148.677	(7.671)	(5.088)	859.812
Outras contas a receber	13.872	-	-	-	13.872
	<u>737.766</u>	<u>148.677</u>	<u>(7.671)</u>	<u>(5.088)</u>	<u>873.684</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

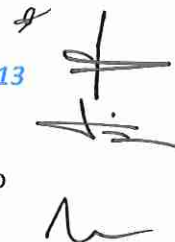
O montante líquido de 191.196 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2012 – 141.006 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	90.622	-	46.729	-
IRC a pagar	-	12.612	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	480.061	-	91.075
Rendimentos profissionais	-	4.080	-	3.686
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	603	-	731	-
IVA - reembolsos pedidos	122.000	-	445.670	-
IVA - liquidações officiosas	-	-	44.187	-
Contribuições sociais				
	-	876.107	-	190.243
	<u>213.225</u>	<u>1.372.860</u>	<u>537.317</u>	<u>285.004</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 17,5%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos



municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresenta se como se segue:

	2013	2012
Pagamento especial por conta	-	65.218
Retenções efectuadas por terceiros	3.659	787
Estimativa de IRC do ano	<u>(16.271)</u>	<u>(19.276)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(12.612)</u>	<u>46.729</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

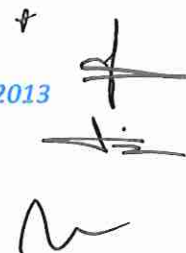
Ano de geração	2013	2012	Ano de reporte
2010	34.244	34.244	2015
2011	16.676	16.676	2016
2012	14.298	14.298	2017
2013	<u>25.405</u>	-	2018
	<u>90.622</u>	<u>65.218</u>	

O montante de 32.219 euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2013	2012
Imposto corrente	(16.271)	(19.276)
Imposto diferido	<u>(15.948)</u>	<u>(8.320)</u>
	<u>(32.219)</u>	<u>(27.595)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:



Ano de geração	2013	2012	Ano de reporte
2008	1.933.624	1.933.624	2014
2009	3.224.403	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	3.940.737	3.940.737	2017
2013 (a)	3.685.832	-	2018
	<u>18.017.306</u>	<u>14.331.473</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

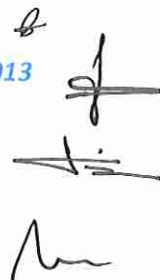
Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de 480.061 euros dizia respeito às retenções na fonte do IRS do quatro trimestre de 2013 em mora de pagamento.

O saldo devido das contribuições sociais compreende as prestações vencidas no último trimestre de 2013 (672.206 euros) e, também, o plano prestacional acordado, cujas prestações vincendas serão liquidadas nos seguintes anos:

2014	126.647
2015	<u>84.431</u>
	<u>211.078</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:



	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Seguros	20.360	12.056
Combustíveis	113.165	154.624
Fardamento/EPI	814	1.058
Lubrificantes e outros	20.629	15.568
Máquinas e equipamentos	447.903	547.596
Material de consumo	54.350	56.270
Outros	142	430
	<u>657.363</u>	<u>787.602</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	296.093	84.253
	<u>296.093</u>	<u>84.253</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2014 e já faturados.

15. Capital realizado

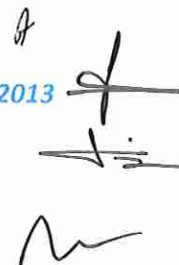
O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2013 e 2012 decorreram de:


Resultados transitados

	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	(188.633)	875.196
Alterações das políticas contabilísticas	(38.236)	-
Aplicação dos resultados de 2012	(4.208.888)	(199.978)
Reexpressão - subsídios ao investimento	-	(863.851)
Resultados não atribuídos participadas	(97.548)	-
Outras variações	2.727	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(4.530.577)</u>	<u>(188.633)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2013 manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de 4.208.888 euros.

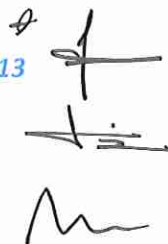
Em 2012, o imposto associado aos subsídios ao investimento deixaram de afetar o imposto sobre rendimento da demonstração dos resultados, tendo procedido à reexpressão das demonstrações financeiras reportada a 31 de dezembro de 2011.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	1.535.665	235.505
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	10.650.026	1.315.009
OPERTERCEIRA	12.250	180
AGESPI	(24.526)	(15.030)
Resultados não atribuídos	97.548	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>12.270.962</u>	<u>1.535.665</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias.

Outras variações em capitais próprios



	Subsídio	Ajustamento subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2012	207.970.390	(39.514.374)	
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	24.328.445	(4.622.404)	
Transferência para resultados (Nota 10 e 23)	(5.052.564)	959.987	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>227.246.270</u>	<u>(43.176.791)</u>	<u>184.069.479</u>
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	1.298.186	(246.655)	
Desreconhecimento de subsídios	(1.916.130)	364.065	
Transferência para resultados (Nota 10 e 23)	(5.554.364)	1.055.329	
Correcção de taxa do imposto (Nota 10)	-	(1.989.667)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>221.073.963</u>	<u>(43.993.719)</u>	<u>177.080.244</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras contas a pagar assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

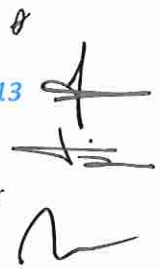
17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	<u>527.473</u>	<u>-</u>	<u>(9.172)</u>	<u>(29.572)</u>	<u>488.729</u>

	Em 31 de dezembro de 2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	<u>640.261</u>	<u>-</u>	<u>(80.461)</u>	<u>(32.327)</u>	<u>527.473</u>

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.



A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas correntes caucionadas	6.500.000	-	7.740.000	-
Empréstimos bancários	2.923.553	26.558.477	3.112.118	22.858.324
Contratos de locação financeira	34.545	-	48.147	-
Incentivos financeiros	6.267.337	3.425.000	4.294.956	5.397.381
	<u>15.725.435</u>	<u>29.983.477</u>	<u>15.195.222</u>	<u>28.255.705</u>

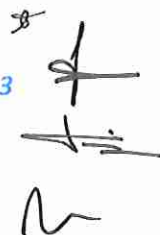
As contas correntes caucionadas totalmente utilizadas apresentavam as seguintes condições:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Garantia
BANIF	6.000.000	1 mês	6,50%	
Montepio Geral	500.000	3 meses	6,50%	Carta conforto RAA

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo podem ser assim resumidas:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Data fim	Duração	Garantia
DEXIA SABADELL	2.750.000	12 meses	-0,25%	01-08-2019	15 anos	Aval da RAA
BANIF	760.085	6 meses	2,50%	15-12-2014	4 anos	
BANIF	12.294.672	1 mês	7,00%	16-06-2022	10 anos	Carta conforto da RAA
Montepio Geral	967.556	3 meses	6,50%	23-10-2022	10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	505.494	3 meses	6,50%	19-12-2022	10 anos	Equipamento portuário
Millennium BCP	556.766	6 meses	0,20%	25-09-2018	10 anos	ITP
Millennium BCP	5.697.458	30 dias	7,00%	10-07-2017	11 anos e 6 meses	
Banco BIC	5.950.000	1 mês	6,00%	06-11-2018	5 anos	Consignação de receitas
	<u>29.482.030</u>					

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):



	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Total
2014	2.923.553	6.267.337	9.190.890
2015	2.665.478	1.972.381	4.637.859
2016	2.712.350	549.477	3.261.826
2017	5.205.871	361.257	5.567.128
2018	4.960.439	361.257	5.321.696
2019	2.441.430	180.629	2.622.058
2020 e seguintes	8.572.909	-	8.572.909
	<u>29.482.030</u>	<u>9.692.338</u>	<u>39.174.368</u>

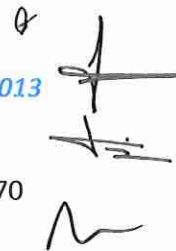
Os financiamentos obtidos do Turismo de Portugal têm prestações de capital vencidas de 2011 a 2013 que perfaziam o montante de 4.294.956 euros em 31 de dezembro de 2013 e estão apresentados de acordos com os planos financeiros inicialmente aprovados, para os quais foram solicitados novas maturidades ainda não aprovadas; todavia, na sequência da reunião havida em 24 de março de 2014, a PORTOS DOS AÇORES deverá apresentar uma proposta contemple um pagamento inicial de 1.611.620 euros que assegure a liquidação das prestações mais atrasadas e que, conjuntamente, com a aplicação da carência suplementar prevista na Portaria 1020/2010 e do alargamento de prazo previsto no mesmo diploma, possa garantir a passagem destas operações a uma situação regular, abandonando-se assim a hipótese de utilizar as garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	48.868	-	45.738	-
Outros	2.765.265	-	3.093.817	-
	<u>2.814.133</u>	<u>-</u>	<u>3.139.555</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	18.106	-	74.459	-
Fornecedores de investimento	7.032.368	-	9.034.004	-
Remunerações a liquidar	986.391	-	1.332.922	-
Juros a liquidar	93.657	-	96.452	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	30.243	-	964.233	-
Extracção da areia	1.411.305	-	1.307.404	-
Taxas de reestruturação e portuárias	330.472	-	330.472	-
Cauções recebidas	47.871	-	136.825	-
Outros	90.616	-	80.320	-
	<u>10.041.028</u>	<u>-</u>	<u>13.357.091</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2013, na determinação da estimativa de férias e de subsídio de férias não foi considerada a parcela respeitante à isenção de horário de trabalho (IHT) que, apesar de ser liquidada em catorze mensalidades, é devida aos trabalhadores exclusivamente no ano do seu



pagamento. O montante estimado a este respeito no período anterior foi aproximadamente 270 milhares de euros.

Desconhece-se, nesta data, se o montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária e outras situações que transitaram das extintas juntas portuárias, irão ser reconhecidas como efetivas exigibilidades.

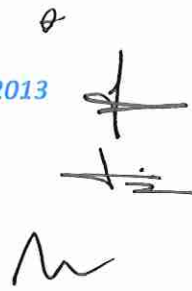
20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2013	2012
Vendas		
Combustível	381.103	388.965
Outros	-	-
	<u>381.103</u>	<u>388.965</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4.882.944	4.784.151
Operações de carga	3.291.842	3.300.184
Utilização de equipamentos	5.267.239	4.998.356
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1.847.126	1.726.511
Alugueres, ocupações e concessões	1.463.920	1.467.458
Exploração náutica de recreio	818.612	809.623
Outros serviços prestados	314.681	270.880
	<u>17.886.364</u>	<u>17.357.163</u>
Vendas e serviços prestados	<u>18.267.466</u>	<u>17.746.128</u>

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi a seguinte:



	2013	2012
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	985.705	985.705
Subcontratos - outros	669.427	605.689
Trabalhos especializados	424.948	383.818
Vigilância e segurança	950.502	916.528
Conservação e reparação	1.092.793	1.202.720
Serviços especializados - outros	211.399	259.275
Materiais	63.371	68.539
Eletricidade	582.427	590.572
Combustíveis	621.699	548.673
Energia e fluídos - outros	262.227	267.286
Deslocações, estadas e transportes	126.438	161.090
Serviços diversos	785.934	791.341
	<u>6.776.869</u>	<u>6.781.236</u>

22. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

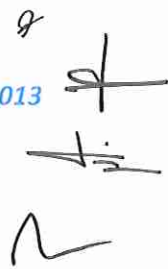
	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	172.019	164.727
Remunerações do pessoal	8.461.741	8.409.641
Encargos sobre remunerações	1.679.673	1.320.308
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	151.035	202.942
Gastos de acção social	14.852	28.355
Outros	679.653	168.289
	<u>11.158.973</u>	<u>10.294.262</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2013 é de 272 trabalhadores (em 2012 – 281 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2013 estão registadas na rubrica de Outros 561.850 euros relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho.

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram como segue:



	2013	2012
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	13.389	51.650
Rendimentos e ganhos em investimentos não	1.102.009	17.305
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5.497.861	5.052.564
Outros	969	31.814
	<u>6.614.228</u>	<u>5.153.334</u>

Em 23 de julho de 2013 foi atribuído um salário de salvamento marítimo, no montante de 1.070.000 euros, proveniente da participação numa operação de salvação marítima que se consubstanciou na prestação de socorro a um navio, incluindo o frete em risco, que foi finalizada em 22 de maio de 2012.

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

24. Outros gastos e perdas

Na rubrica de Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Outros gastos e perdas		
Impostos	14.724	11.220
Taxas	2.031	-
Descontos de pronto pagamento	1	-
Perdas em inventários	-	-
Quotizações	15.883	16.698
Donativos	50.826	10.175
Multas e penalidades	12.371	4.799
Juros de mora contratuais	17.850	-
Insuficiência de estimativa de IRC	-	8.269
Correcções relativas a exercício anteriores	27.510	88.593
Outros	15.050	7.944
	<u>156.246</u>	<u>147.698</u>

25. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	2013	2012
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	18.181	4.498
	<u>18.181</u>	<u>4.498</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	2.146.578	1.926.779
Outros	477.511	520.572
	<u>2.624.089</u>	<u>2.447.351</u>

26. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 36.762.410 euros.

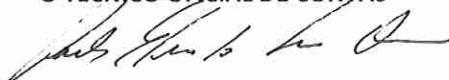
27. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2014, atingiam um valor de 7.577.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

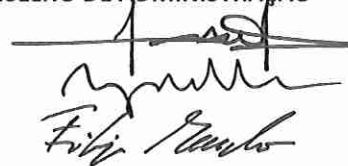
28. Responsabilidades contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Não obstante, se perspetivar o indeferimento de todas as reclamações gratuitas já apresentadas, tendo em conta terem retrocedido e revogado o despacho em que haviam deferido a pretensão da PORTOS DOS AÇORES de não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, a Administração equacionou o recurso à via judicial, e decidiu apresentar a competente impugnação judicial das liquidações indeferidas, bem como do despacho de indeferimento das reclamações gratuitas. Neste quadro, foi entendido que não deveria ser constituídas quaisquer provisões para os eventuais pagamentos que possam ser exigidos a este propósito, que inclusivamente seria de difícil quantificação por se desconhecer em que extensão se pretende aplicar o referido imposto.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

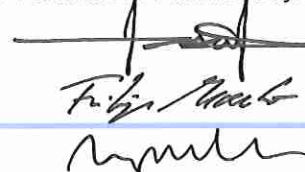
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ATIVO	NOTAS	2013	2012 (reexpresso)
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	304.609.666	287.299.581
Ativos intangíveis	8	234.497	293.400
Participações financeiras	9	861.765	903.826
Outras contas a receber	12	4.500.250	215.478
Ativos por impostos diferidos	10	101.131	121.153
		<u>310.307.308</u>	<u>288.833.438</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	54.961	59.634
Clientes	12	6.335.213	6.681.053
Estado e outros entes públicos	13	225.256	556.435
Outras contas a receber	12	24.153.130	37.053.000
Diferimentos	14	657.363	791.922
Ativos não correntes detidos para venda	15	202.000	202.000
Caixa e depósitos bancários	4	2.349.284	1.654.226
		<u>33.977.207</u>	<u>46.998.270</u>
Total do ativo		<u>344.284.515</u>	<u>335.831.708</u>
		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 16	40.238.700	40.238.700
Reservas legais	17	204.200	204.200
Outras reservas	17	21.403	21.403
Resultados transitados	17	(7.737.292)	(1.405.323)
Ajustamentos em ativos financeiros	17	224.626	220.656
Outras variações no capital próprio	17	192.333.294	186.639.414
		<u>225.284.932</u>	<u>225.919.050</u>
Resultado líquido do período		(2.912.098)	(4.247.124)
Interesses minoritários	18	3.625.736	1.449.693
		<u>225.998.570</u>	<u>223.121.619</u>
Total do capital próprio		<u>225.998.570</u>	<u>223.121.619</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	19	488.729	527.473
Estado e outros entes públicos	13	84.431	-
Financiamentos obtidos	20	30.423.189	29.212.425
Passivos por impostos diferidos	10	9.917	5.694
Outras contas a pagar	21	47.809.963	43.960.102
		<u>78.816.229</u>	<u>73.705.694</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	21	3.066.004	3.203.766
Estado e outros entes públicos	13	1.361.116	304.574
Financiamentos obtidos	20	21.210.283	19.460.591
Outras contas a pagar	21	13.095.152	15.409.153
Diferimentos	14	737.161	626.311
		<u>39.469.715</u>	<u>39.004.394</u>
Total do passivo		<u>118.285.945</u>	<u>112.710.088</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>344.284.515</u>	<u>335.831.708</u>

O Técnico Oficial de Contas

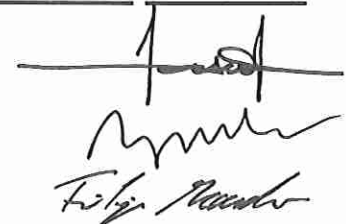


O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	22	20.577.989	20.022.773
Subsídios à exploração	22	7.567.023	9.063.461
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	9 e 23	(19.784)	(32.948)
Trabalhos para a própria entidade	7	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(435.169)	(510.813)
Fornecimentos e serviços externos	24	(14.216.818)	(16.478.055)
Gastos com o pessoal	25	(12.042.625)	(11.156.661)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(212.079)	(150.076)
Provisões (aumentos/reduções)	19	9.172	80.461
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	15	-	-
Outros rendimentos e ganhos	26	7.204.542	5.592.338
Outros gastos e perdas	27	(223.527)	(272.023)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.208.724	6.158.457
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.912.672)	(7.626.840)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		296.052	(1.468.383)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	62.890	151.966
Juros e gastos similares suportados	28	(3.009.916)	(2.863.638)
Resultado antes de impostos		(2.650.974)	(4.180.055)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(111.392)	(58.847)
Resultado líquido do período		(2.762.366)	(4.238.903)
 Resultado líquido do período atribuível a:			
Delatores do capital da empresa-mãe		(2.912.098)	(4.247.124)
Interesses minoritários	18	149.732	8.221
		(2.762.366)	(4.238.903)
 Resultado por acção básico			
		(92,08)	(141,30)

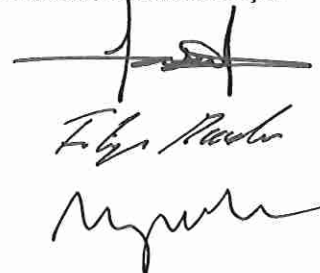
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NOTAS	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		28.022.399	26.344.502
Pagamentos a fornecedores		(16.018.240)	(17.400.864)
Pagamentos ao pessoal		(11.206.593)	(10.099.509)
		797.565	(1.155.871)
Caixa gerada pelas operações			
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(105.273)	(54.523)
Outros recebimentos/(pagamentos)		3.443.687	1.938.488
Fluxos de caixa das atividades operacionais		4.135.979	728.094
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(25.752.102)	(26.374.581)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		22.070.636	26.030.527
Juros e rendimentos similares		18.181	25.965
Dividendos		10.000	20.000
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(3.653.285)	(298.089)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		12.222.400	20.775.781
Juros e rendimentos similares		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(9.263.335)	(18.277.171)
Juros e gastos similares		(2.745.231)	(2.809.877)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		213.834	(311.265)
Variação de caixa e seus equivalentes		696.528	118.741
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.649.481	1.530.740
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.346.009	1.649.481

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





PORTOS DOS AÇORES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do capital próprio		
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
Saldo em 1 de janeiro de 2012		40.238.700	204.200	21.403	(104.463)	235.505	169.414.371	(1.042.526)	208.967.191	1.183.138	210.150.329
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	21.304	-	-	(21.304)	-	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2012 (reexpresso)		40.238.700	204.200	21.403	(83.159)	235.505	169.414.371	(1.063.830)	208.967.191	1.183.138	210.150.329
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	(863.852)	-	-	863.852	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2011		-	-	-	(199.978)	-	-	199.978	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	-	(4.040.442)	-	(4.040.442)	-	(4.040.442)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(258.334)	(14.850)	21.265.484	-	20.992.300	258.334	21.250.635
		-	-	-	(1.322.164)	(14.850)	17.225.043	1.063.830	16.951.859	258.334	17.210.193
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(4.247.124)	(4.247.124)	8.221	(4.238.902)
RESULTADO DO INTEGRAL								(4.247.124)	(4,247,124)	8,221	(4,238,902)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		40.238.700	204.200	21.403	(1.405.323)	220.656	186.639.414	(4.247.123)	221.671.927	1.449.693	223.121.620
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700	204.200	21.403	(1.405.323)	220.656	186.639.414	(4.247.123)	221.671.927	1.449.693	223.121.620
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	(38.236)	-	-	38.236	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2012		-	-	-	(4.208.888)	-	-	4.208.888	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(16.246)	16.246	-	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	-	(4.091.894)	-	(4,091,894)	-	(4,091,894)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(2.068.599)	(12.276)	9.785.774	-	7.704.900	2.026.311	9.731.211
		-	-	-	(6.331.969)	3.971	5.693.880	4.247.124	3.613.005	2.026.311	5.639.317
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(2.912.098)	(2,912,098)	149,732	(2,762,366)
RESULTADO DO INTEGRAL								(2,912,098)	(2,912,098)	149,732	(2,762,366)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		40.238.700	204.200	21.403	(7.737.292)	224.626	192.333.294	(2.912.097)	222.372.834	3.625.736	225.998.570

17 e 18

CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**Exercício de 2013 e 2012****1. Introdução**

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

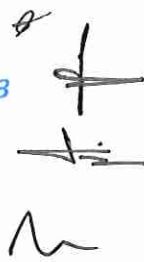
Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a PORTO DOS AÇORES, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A., que detinha a totalidade do capital social. Assim, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, consequentemente, do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são:



Empresas	Sede	Proporção do capital detido Directa
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL não foi incluída na consolidação, pelo método de integração global por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLANTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores no capital social desta participada.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Sede	Proporção do capital detido Directa
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento

(CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na sequência da reanálise e revisão do entendimento inicial da Comissão de Normalização Contabilística sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis que passou a considerar que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações consolidadas dos resultados e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados para que o imposto associado ao subsídio ao investimento do ano não afetasse os resultados do ano e o imposto a pagar no futuro passasse a ser reconhecido em Outras contas a pagar, como se indica:

	31-12-2012	Reexpressão	31-12-2012 (reexpresso)
Balanço			
Ativo não corrente			
Outras contas a receber	-	215.478	215.478
Ativo corrente			
Outras contas a receber	37.268.478	(215.478)	37.053.000
Capital próprio			
Resultados transitados	(1.443.558)	38.236	(1.405.323)
Resultado líquido do período	(4.208.888)	(38.236)	(4.247.124)
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	43.785.309	(43.779.615)	5.694
Outras contas a pagar	180.487	43.779.615	43.960.102
Demonstração dos resultados			
Imposto sobre o rendimento do período	(13.312)	(45.535)	(58.847)
Interesses minoritários	(15.520)	7.299	(8.221)

Procedeu-se, igualmente, à reclassificação no balanço da maturidade da rubrica de Outras contas a receber.

3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações

financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que em que a PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de



empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

(c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostradas ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das administrações portuárias que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.



A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(f) Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

(g) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes estão classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

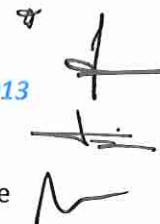
As perdas por imparidade relativamente a qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou qualquer aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida.

(h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

(i) Imparidade de ativos financeiros



As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(j) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(k) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

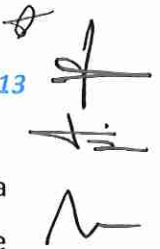
(l) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(m) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.



Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(n) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(o) Caixa e seus equivalentes

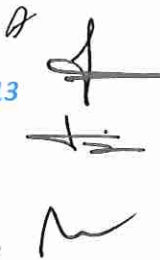
Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(p) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(q) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

**(r) Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores. O rédito não previsto anualmente no orçamento regional somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

(s) Subsídios

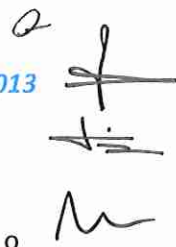
As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(t) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.



(u) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(v) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de

aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber, bem como do risco crédito associado; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos ativos e passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2013	2012
Numerário	10.185	11.069
Depósitos à ordem	2.338.100	392.157
Depósitos a prazo	1.000	1.251.000
	2.349.285	1.654.226
Descobertos bancários	(3.276)	(4.745)
	<u>2.346.009</u>	<u>1.649.481</u>

Existe um depósito a prazo no montante de 1.000 euros que se vence em 26 de abril de 2013 e era remunerado à taxa anual de 0,95%.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

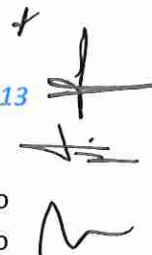
As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a PORTOS DOS AÇORES apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2013	2012
Clientes e Outras contas a receber		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	549.773	563.028
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	41.266	59.744
	<u>591.039</u>	<u>622.773</u>
Fornecedores e Outras contas a pagar		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	48.868	45.738

	2013	2012
Serviços prestados		
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	788.250	781.986
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1.452.857	1.460.502
	<u>2.241.107</u>	<u>2.242.488</u>
Compras de produtos e serviços		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	197.224	189.625
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	1.330	-
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	4.480	-
	<u>203.034</u>	<u>189.625</u>

Em 23 de dezembro de 2009 a ATLÂNTICOLINE assinou, com a Região Autónoma dos Açores e o Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, o acordo relativo a devolução de verbas no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à gestão de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do Arquipélago dos Açores e na

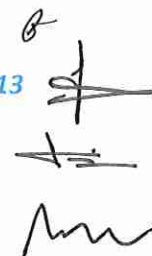


sequência da Resolução nº. 152/2005, de 3 de novembro. Neste acordo, a ATLÂNTICOLINE assumiu o compromisso de devolução à Região Autónoma dos Açores do montante de 38.550.000 euros, tendo sido efetuado o reembolso da última prestação de 550.000 euros no corrente ano (Nota 21).

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2013			Saldo em 31-12-2013
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições Dotações	Transferências/ alienações	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	258.805.917	166.184	5.962.282	264.934.383
Equipamento básico	32.472.051	14.773	320.387	32.807.211
Equipamento de transporte	723.063	-	-	723.063
Equipamento administrativo	2.782.741	74.009	82.548	2.939.299
Outros ativos fixos tangíveis	1.195.819	30.084	-	1.225.904
Investimentos em curso	30.157.666	24.853.885	(6.396.923)	48.614.629
	<u>344.215.629</u>	<u>25.138.936</u>	<u>(31.705)</u>	<u>369.322.860</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	33.758.544	5.210.027	-	38.968.571
Equipamento básico	19.273.977	2.226.327	(544)	21.499.760
Equipamento de transporte	653.772	35.922	533	690.226
Equipamento administrativo	2.401.451	229.772	(3.167)	2.628.055
Outros ativos fixos tangíveis	828.305	98.277	-	926.582
	<u>56.916.048</u>	<u>7.800.324</u>	<u>(3.178)</u>	<u>64.713.194</u>
Valor líquido	<u>287.299.581</u>			<u>304.609.666</u>



	31 de dezembro de 2012			
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições Dotações	Transferências/ alienações	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	211.177.800	154.659	47.473.459	258.805.917
Equipamento básico	26.701.868	795.631	4.974.552	32.472.051
Equipamento de transporte	721.355	35.000	(33.292)	700.456
Equipamento administrativo	2.487.593	148.425	146.723	2.782.741
Outros ativos fixos tangíveis	1.129.959	72.328	(6.468)	1.195.819
Investimentos em curso	<u>55.279.240</u>	<u>27.591.090</u>	<u>(52.712.664)</u>	<u>30.157.666</u>
	<u>315.576.187</u>	<u>28.797.133</u>	<u>(157.690)</u>	<u>344.193.022</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	28.915.559	4.842.874	111	33.758.544
Equipamento básico	17.104.917	2.274.535	(105.476)	19.273.977
Equipamento de transporte	636.585	48.590	(31.403)	631.165
Equipamento administrativo	2.201.864	213.562	(13.975)	2.401.451
Outros ativos fixos tangíveis	<u>689.183</u>	<u>145.590</u>	<u>(6.468)</u>	<u>828.305</u>
	<u>49.548.109</u>	<u>7.525.151</u>	<u>(157.211)</u>	<u>56.893.441</u>
Valor líquido	<u>266.028.078</u>			<u>287.299.581</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a constituição das sociedades que tinham a responsabilidade pela administração portuária e que foram incorporadas por fusão na PORTOS DOS AÇORES, os ativos transmitidos foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras não se considerou os bens que se encontravam afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	30.157.666	55.279.240
Investimento direto	24.853.885	27.591.090
Encargos financeiros do período	-	-
	<u>55.011.552</u>	<u>82.870.330</u>
Menos:		
Transferência para ativos tangíveis e anulações	<u>(6.396.923)</u>	<u>(52.712.664)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>48.614.629</u>	<u>30.157.666</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:



	2013	2012
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	13.152.472	12.793.117
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	1.411.110	1.411.110
Dragagem da Bacia Terminal Passageiros	-	2.749.363
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	3.480.833	1.443.310
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	6.368.000	3.048.015
Prolongamento do porto e terrapleno das Lajes das	-	1.748.430
Novas Oficinas Gerais	775.824	763.048
Construção Rampa Ro-Ro da Graciosa	792.545	543.809
Plano Integrado Baía AH-Fase I	1.313.788	379.502
Encargos com a construção de navios	19.087.348	2.646.145
Outros	2.232.708	2.631.817
	<u>48.614.629</u>	<u>30.157.666</u>

Em 10 de abril de 2012 a subsidiária ATLANTICOLINE assinou um contrato para a construção de dois navios de 40 metros para operar na Região Autónoma dos Açores, no montante de 18.690.000 euros, tendo sido registado em 2013 na rubrica Investimentos em curso a quantia de 16.353.750 euros (em 2012 de 2.336.250 euros) a este respeito.

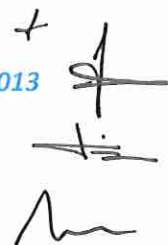
8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Saldo inicial	293.400	82.585
Aquisição de programas informático	53.444	312.505
Amortizações do ano	<u>(112.348)</u>	<u>(101.689)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>234.496</u>	<u>293.400</u>
Em exploração	142.790	202.143
Investimento em curso	<u>91.707</u>	<u>91.257</u>
	<u>234.496</u>	<u>293.400</u>

9. Participações financeiras

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:



	2013	2012
Saldo inicial	857.826	925.623
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(10.000)	(15.000)
OPERTRI	-	(5.000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	(12.276)	(14.850)
Resultados do ano	(19.784)	(32.948)
Saldo final	<u>815.765</u>	<u>857.826</u>

As partes de capital em empresas associadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 tinham a seguinte composição:

Empresas associadas	31 de dezembro de 2013			
	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	19.529	(26.876)	19.529
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.632.292	29.658	408.073
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	317.544	(145.084)	63.509
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1.080.058	205.237	216.012
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	543.212	(61.765)	<u>108.642</u>
				<u>815.765</u>

Empresas associadas	31 de dezembro de 2012			
	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	46.406	3.103	46.406
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.700.738	17.428	425.185
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	462.628	(276.831)	92.526
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	863.571	93.933	172.714
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	604.978	19.140	<u>120.996</u>
				<u>857.826</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo está registada a participação financeira de 0,28% no capital social da sociedade ILHAS DE VALOR, S.A. no montante de 25.000 euros, bem como a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar e uma jóia de 1.000 euros na Associação de Armadores da Marinha do Comércio.

Os fundos patrimoniais da Associação Portas do Mar eram negativos em 173.053 euros em 31 de dezembro de 2013. Nesta data, existia um saldo devedor de 224.873 euros (em 2012 – 210.635 euros).

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:



Em 31 de dezembro de 2013

	Constituição		Reversão		Saldo final	
	Saldo inicial	Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano		Capitais próprios
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	113.330	-	4.399	(20.471)	-	97.257
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	125	-	-	2.760
Valores a receber de clientes e outros devedores	5.187	-	-	(4.074)	-	1.113
	<u>121.153</u>	<u>-</u>	<u>4.523</u>	<u>(24.546)</u>	<u>-</u>	<u>101.131</u>
Passivos por impostos diferidos						
Valores a pagar à RAA	5.694	-	-	(599)	-	5.095
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	-	-	4.822	-	-	4.822
	<u>5.694</u>	<u>-</u>	<u>4.822</u>	<u>(599)</u>	<u>-</u>	<u>9.917</u>

Em 31 de dezembro de 2012

	Constituição		Reversão		Saldo final	
	Saldo inicial	Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano		Capitais próprios
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	121.650	-	13.110	(21.430)	-	113.330
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	-	-	-	2.636
Valores a receber de clientes e outros devedores	22.325	-	5.187	(22.325)	-	5.187
	<u>146.610</u>	<u>-</u>	<u>18.297</u>	<u>(43.754)</u>	<u>-</u>	<u>121.153</u>
Passivos por impostos diferidos						
Valores a pagar à RAA	6.139	-	5.694	(6.139)	-	5.694

Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais, por não existirem expectativas razoáveis na sua recuperação futura.

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:



	2013	2012
Inventário inicial	59.634	75.099
Compras	430.497	495.347
Regularizações	-	-
Inventário final	(54.961)	(59.634)
Custo das vendas	<u>435.169</u>	<u>510.812</u>
Inventário final	54.961	59.634
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>54.961</u>	<u>59.634</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

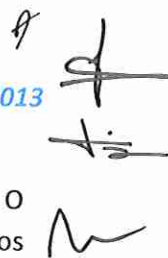
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Empresas associadas (Nota 6)	591.039	-	622.773	-
Empresas relacionadas				
Transmaçor	152.817	-	241.958	-
Associação Portas do Mar	224.873	-	210.635	-
Outros	<u>6.511.490</u>	-	<u>6.538.615</u>	-
	7.480.220	-	7.613.982	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(1.145.007)</u>	-	<u>(932.928)</u>	-
	<u>6.335.213</u>	-	<u>6.681.053</u>	-
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	37.059	-	26.586	-
Subsídios a receber	13.891.763	4.500.250	26.057.514	-
RAA - Serviço público (Nota 22)	3.412.023	-	3.000.000	-
Transmaçor	802.671	-	850.518	215.478
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	6.000.000	-	7.000.000	-
Outros devedores	26.476	-	132.006	-
Pessoal	<u>21.357</u>	-	<u>24.593</u>	-
	24.191.348	4.500.250	37.091.217	215.478
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(38.217)</u>	-	<u>(38.218)</u>	-
	<u>24.153.130</u>	<u>4.500.250</u>	<u>37.052.999</u>	<u>215.478</u>

A classificação da quantia escriturada líquida de Clientes e das Outras contas a receber é mostrada no balanço de acordo com os planos previstos, estando a PORTOS DOS AÇORES convicta que os montantes serão integralmente reembolsados durante o ano de 2014, incluindo a dívida escriturada ao valor nominal do Estaleiro Navais de Viana de Castelo.

Os gastos suportados com a reparação com os navios Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal pertencentes à subsidiária ATLANTICOLINE foram debitados à TRANSMAÇOR, tendo esta empresa relacionada um saldo devedor pendente de 936.031 euros. O rendimento com o fretamento destes navios foi de 191.618 euros e de 186.480 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas



comunitários ou regionais, incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores. O montante de 4.914.570 euros atribuído à subsidiária ATLANTICOLINE compreende 4.111.802 euros para financiamento dos navios mencionados na Nota 7 e a aquisição da embarcação ARIEL (753.100 euros). No que concerne à PORTOS DOS AÇORES, a totalidade do saldo transita do período anterior e destina-se a financiar os seguintes investimentos em curso de construção:

	2013
Novo Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	1.162.489
Plano Integrado da Baía Angra Heroísmo	1.764.723
Reordenamento do Porto São Roque do Pico	768.891
Terminal de Passageiros do Porto da Madalena	3.239.251
Outros	<u>6.511.845</u>
	<u>13.447.200</u>

Em 31 de dezembro de 2013, existe uma verba 4.500.250 euros, contabilizada por contrapartida de capitais próprios, em que parte poderá ser disponibilizada nos seguintes anos, de acordo com o reescalamento financeiro aprovado:

2014	500.000
2015	1.218.983
2016	<u>1.218.982</u>
	<u>2.937.965</u>

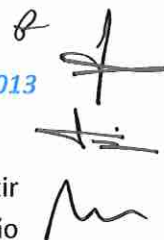
A parte remanescente de 1.562.285 euros desconhece-se nesta data a sua forma temporal de realização, como tal foi classificado em ativo não corrente.

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 30.243 euros (em 2012 era de 964.233 euros) são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 21).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Cientes	932.928	473.909	-	(261.831)	1.145.007
Outras contas a receber	<u>38.218</u>	-	-	-	<u>38.218</u>
	<u>971.146</u>	<u>473.909</u>	<u>-</u>	<u>(261.831)</u>	<u>1.183.224</u>

	Em 31 de dezembro de 2012				
	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Cientes	787.286	182.817	(5.088)	(32.087)	932.927
Outras contas a receber	<u>38.872</u>	-	-	(654)	<u>38.217</u>
	<u>826.158</u>	<u>182.817</u>	<u>(5.088)</u>	<u>(32.741)</u>	<u>971.144</u>



As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 212.079 euros (perda) e de 150.076 euros (perda) em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

13. Estado e outros entes públicos

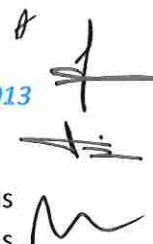
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar e pagar	-	68.053		2.973
Pagamento especial por conta	90.622		46.729	
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	486.355	-	96.111
Rendimentos profissionais	-	4.080	9	3.686
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	12.634	-	464.780	-
IVA - reembolsos pedidos	122.000	-	731	-
IVA - liquidações officiosas	-	-	44.187	-
Contribuições para a segurança social				
	-	887.058	-	201.803
Outros				
	-	-	-	-
	<u>225.256</u>	<u>1.445.547</u>	<u>556.435</u>	<u>304.574</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 17,5%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Os impostos a pagar são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o seu estado de recuperação ou de liquidação.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser revistas.



A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2013	2012
Imposto corrente	(87.147)	(33.836)
Imposto diferido	<u>(24.245)</u>	<u>(25.012)</u>
	<u><u>(111.392)</u></u>	<u><u>(58.848)</u></u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresenta se como se segue:

	2013	2012
Pagamentos especiais por conta	15.434	65.218
Retenções efetuadas por terceiros	3.659	787
Estimativa de IRC do ano	<u>(87.147)</u>	<u>(19.276)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar/recuperar	<u><u>(68.053)</u></u>	<u><u>46.729</u></u>

Foi apresentada no período presente uma declaração de substituição em referência ao exercício de 2009, na sequência de uma inspeção da Autoridade Tributária ao IRC de 2009 da ATLANTICOLINE, da qual resultou imposto a pagar no valor de 42.287 euros, que reconhecido em Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de pagamentos especiais por conta que poderão ainda ser recuperados apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2013	2012	Ano de reporte
2010	34.244	34.244	2015
2011	16.676	16.676	2016
2012	14.298	14.298	2017
2013	<u>25.405</u>	-	2018
	<u><u>90.622</u></u>	<u><u>65.218</u></u>	

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011, de seis anos para os períodos de tributação anteriores e de doze anos para os prejuízos fiscais apurados a partir 2014). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 75% do lucro tributável(em 2014 será de 70%), sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2013	2012	Ano de reporte
2008	1.933.624	1.933.624	2014
2009	3.224.403	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	3.940.737	3.940.737	2017
2013 (a)	3.685.832	-	2018
	<u>18.017.306</u>	<u>14.331.473</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

O valor a pagar de 55.441 euros e 2.973 euros correspondente ao imposto sobre rendimento determinado pela subsidiária ATLANTICOLINE, classificado no passivo, resultou de um reconhecimento de uma estimativa de IRC de 70.875 euros e 14.560 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que beneficiou do crédito fiscal extraordinário ao investimento, regulamentado pela Lei nº 49/2013, de 16 de julho, obtendo uma poupança fiscal de 126.883 euros em IRC no período corrente. Atendendo que não deduziu à colecta o limite máximo de um milhão de euros determinado com base num investimento elegível no valor de 11.237.216 euros (havendo um teto legal de 5 milhões de euros), o crédito fiscal remanescente de 873.117 euros poderá ser utilizado nos cinco períodos de tributação subsequentes; todavia, este montante não foi reconhecido em ativos por impostos diferidos por não estarem disponíveis projeções que demonstrassem a probabilidade que possam ocorrer lucros fiscais que permitam a recuperação futura deste benefício fiscal durante o período de reporte.

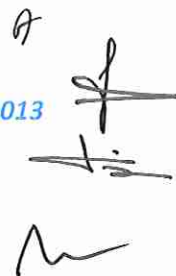
Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de 480.061 euros dizia respeito às retenções na fonte do IRS do quarto trimestre de 2013 da PORTOS DOS AÇORES em mora de pagamento.

O saldo devido pela PORTOS DOS AÇORES das contribuições sociais compreende as prestações vencidas no último trimestre de 2013 (672.206 euros) e, também, o plano prestacional acordado, cujas prestações vincendas serão liquidadas nos seguintes anos:

2014	126.647
2015	<u>84.431</u>
	<u>211.078</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:



	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Seguros	20.360	12.056
Combustíveis	113.165	154.624
Fardamento/EPI	814	1.058
Lubrificantes e outros	20.629	15.568
Máquinas e equipamentos	447.903	547.596
Material de consumo	54.350	56.270
Outros	142	4.750
	<u>657.363</u>	<u>791.922</u>
Rendimentos a reconhecer		
Encargos com fretamento e outros	<u>737.161</u>	<u>626.311</u>
	<u>737.161</u>	<u>626.311</u>

Os montantes diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários.

Como explicado na Nota 12, os gastos suportados pela subsidiária ATLANTICOLINE com as grandes reparações ocorridas nos navios fretados Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal foram imputados à TRANSMAÇOR e serão reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo das depreciações associadas a esses ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o gasto reconhecido em resultados foi de 96.671. O movimento ocorrido durante o ano pode ser assim resumido:

	2013	2012
Saldo inicial	542.059	780.128
Correção da estimativa	-	(186.791)
Transferido para resultados	(96.671)	(96.671)
Correções de anos anteriores	-	45.393
Saldo final	<u>445.388</u>	<u>542.059</u>

15. Ativos não correntes detidos para venda

A quantia escriturada de 202.000 euros que inicialmente estava destinado para a localização dos serviços administrativos da ATLÂNTICOLINE passou a ser classificado como ativo não corrente detido para venda, por a Administração ter decidido que as atuais instalações não preenchem os requisitos essenciais para o uso a que se destinava.

A Administração considera que não ocorreram factos que tenham afetado materialmente os pressupostos que determinaram a mensuração desse ativo e com base no interesse já manifestado por um potencial comprador entendeu que o justo valor que transita do período anterior não será substancialmente diferente daquele que resultará da alienação que ocorrerá provavelmente durante o ano de 2014.

16. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

17. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas decorreram de:

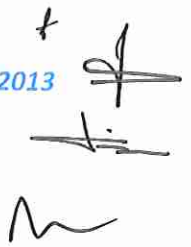
Resultados transitados

	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	(1.405.323)	(104.463)
Aplicação de resultados	(4.208.888)	(199.978)
Reexpressão - Subsídios ao investimento	-	21.304
Alterações das políticas contabilísticas	(38.236)	(863.852)
Resultados não atribuídos	(16.246)	-
Outras variações	(2.068.599)	(258.334)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(7.737.293)</u>	<u>(1.405.323)</u>

Como indicado na Nota 2, a Comissão Normalização Contabilística alterou a sua recomendação de que o imposto diferido dos subsídios ao investimento afetasse o imposto sobre o rendimento da demonstração dos resultados, pelo que a subsidiária ATLANTICOLINE procedeu à correção desta situação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2013 transferir para resultados transitados o resultado apurado no exercício de 2012, no montante de 4.208.888 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros



	2013	2012
Saldo em 1 de janeiro	220.655	235.505
Variações nos capitais próprios:		
AGESPI	(24.526)	(15.030)
OPERTERCEIRA	12.250	180
Resultados não atribuídos	16.246	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>224.626</u>	<u>220.655</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias.

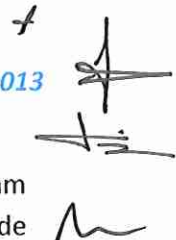
Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Ajustamentos em subsídios	Valor líquido
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	209.012.210	(39.597.838)	
Subsídios atribuídos	26.557.707	(5.045.964)	
Transferência para resultados	(5.292.223)	1.005.522	
Outras alterações	23.925	(23.925)	
Saldo em 31 de Janeiro de 2012	230.301.619	(43.662.205)	<u>186.639.415</u>
Subsídios atribuídos	17.612.955	(3.493.294)	
Transferência para resultados	(5.777.838)	1.099.800	
Desreconhecimento de subsídios	(2.049.342)	291.265	
Correcção de taxa do imposto	-	(1.989.667)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>240.087.393</u>	<u>(47.754.100)</u>	<u>192.333.293</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido dos correspondentes impostos associados a pagar no futuro que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O ajustamento por impostos que estão registados em Outras contas a pagar será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 21).

Em 2013, no âmbito da candidatura ao Programa Proconvergência para a construção dos dois navios de 40 metros para operar na Região Autónoma dos Açores (Nota 7), foi atribuído um subsídio ao investimento de 16.314.768 euros. Deste valor, 13.867.553 euros foram-no no âmbito do Programa Proconvergência (85%), e 2.447.215 euros atribuídos pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores (15%). A taxa de comparticipação em função do investimento atingirá os 100%, sendo 85% no âmbito do Programa Proconvergência (15.886.500 euros), e os 15% remanescentes (2.803.500 euros) através do orçamento da Região Autónoma dos Açores. Conforme indicado na Nota 12 encontravam-se por receber os montantes de 2.523.152 euros, registado na rubrica Outras contas a receber e 1.588.650 euros, registado na rubrica Outras contas a receber – Proconvergência.

Em 31 de dezembro de 2013, encontrava-se, também, por receber o subsídio ao investimento de 753.100 euros, registado na rubrica de Outras contas a receber (Nota 12), atribuído para financiar a aquisição da embarcação ARIEL.



Como explicado na Nota 2, os números comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos pelo facto da Comissão de Normalização Contabilística ter alterado o entendimento de que os impostos diferidos associados ao rendimentos do ano dos subsídios de investimento afetassem os resultados transitados.

18. Interesses minoritários

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 diz respeito à subsidiária ATLANTICOLINE, cujo capital social é também detido pela Região Autónoma dos Açores através de uma operação do seu aumento em 1.145.400 euros, realizado em 2009. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:

	2013	2012
Saldo inicial	1.449.693	1.183.138
Varição no capital próprio	2.033.090	258.334
Lucro/(prejuízo) do período	149.732	8.221
Resultados transitados	(6.779)	-
Saldo final	<u>3.625.736</u>	<u>1.449.693</u>

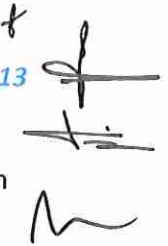
19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Pagamentos	Saldo final
Outras provisões	<u>527.473</u>	<u>-</u>	<u>(9.172)</u>	<u>(29.572)</u>	<u>488.729</u>

	Em 31 de dezembro de 2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Pagamentos	Saldo final
Outras provisões	<u>640.261</u>	<u>-</u>	<u>(80.461)</u>	<u>(32.327)</u>	<u>527.473</u>

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão constituída para esse efeito não está baseada num estudo atuarial.

20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos bancários	5.500.125	5.602.741	26.922.354	23.742.221
Conta corrente caucionada	9.405.000	9.510.000	-	-
Incentivos financeiros	6.267.337	4.294.956	3.500.835	5.470.204
Contratos de locação financeira	34.545	48.147	-	-
Descobertos bancários	3.276	4.746	-	-
	<u>21.210.283</u>	<u>19.460.591</u>	<u>30.423.189</u>	<u>29.212.425</u>

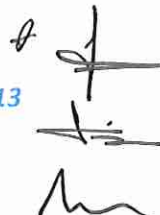
As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo podem ser assim resumidas:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Data	fim	Duração	Garantia
DEXIA SABADELL	2.750.000	12 meses	-0,25%	01-08-2019		15 anos	Aval da RAA
BANIF	760.085	6 meses	2,50%	15-12-2014		4 anos	
BANIF	12.294.672	1 mês	7,00%	16-06-2022		10 anos	Carta conforto da RAA
Montepio Geral	967.556	3 meses	6,50%	23-10-2022		10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	505.494	3 meses	6,50%	19-12-2022		10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	1.999.850	6 meses	5,00%	26-12-2014		2 anos	Aval da RAA
Millennium BCP	556.766	6 meses	0,20%	25-09-2018		10 anos	Instituto Turismo de Portugal
Millennium BCP	5.697.458	1 mês	7,00%	10-07-2017		11 anos e 6 meses	
Banco BIC	5.950.000	1 mês	6,00%	06-11-2018		5 anos	Consignação de receitas
BARCLAYS	940.599	1 mês	7,30%	30-09-2015		4 anos	Carta conforto da RAA
	<u>32.422.480</u>						

As contas correntes caucionadas totalmente utilizadas apresentavam as seguintes condições:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Garantia
BANIF	6.000.000	1 mês	6,50%	
BANIF	1.405.000	3 meses	7,00%	Livrança em branco
Montepio Geral	500.000	3 meses	6,50%	Carta conforto RAA
Millennium BCP	1.500.000	1 mês	7,30%	Carta conforto PORTOS DOS AÇORES
	<u>9.405.000</u>			

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):



	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Total
2014	5.500.126	6.267.337	11.767.463
2015	3.029.355	1.978.963	5.008.318
2016	2.712.350	562.040	3.274.389
2017	5.205.871	373.061	5.578.932
2018	4.960.439	372.348	5.332.787
2019	2.441.430	191.049	2.632.479
2020 e seguintes	8.572.909	23.375	8.596.284
	<u>32.422.480</u>	<u>9.768.173</u>	<u>42.190.652</u>

Os financiamentos obtidos do Turismo de Portugal têm prestações de capital vencidas de 2011 a 2013 que perfaziam o montante de 4.294.956 euros em 31 de dezembro de 2013 e estão apresentados de acordo com os planos financeiros inicialmente aprovados, para os quais foram solicitados novas maturidades ainda não aprovadas; todavia, na sequência da reunião havida em 24 de março de 2014, a PORTOS DOS AÇORES deverá apresentar uma proposta contemple um pagamento inicial de 1.611.620 euros que assegure a liquidação das prestações mais atrasadas e que, conjuntamente, com a aplicação da carência suplementar prevista na Portaria 1020/2010 e do alargamento de prazo previsto no mesmo diploma, possa garantir a passagem destas operações a uma situação regular, abandonando-se assim a hipótese de utilizar as garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos.

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:



	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Empresas associadas (Nota 6)	48.868	-	45.738	-
Empresas relacionadas				
Transmaçor	146	-	171	-
Associação Portas do Mar	4.972	-	-	-
Outros	3.012.017	-	3.157.857	-
	<u>3.066.003</u>	<u>-</u>	<u>3.203.766</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Fornecedores de investimento	9.977.785	55.864	10.435.754	180.487
Remunerações a liquidar	1.061.754	-	1.402.900	-
Juros a liquidar	108.876	-	96.452	-
Outros acréscimos de gastos	96.944	-	105.787	-
Subsídios a devolver	30.243	-	964.233	-
Ajustamentos em subsídios	-	47.754.099	-	43.779.615
Taxas de reestruturação e portuárias	330.472	-	330.472	-
Fundo Regional dos Transportes - extracção de areia	1.411.305	-	1.307.404	-
RAA - Construção de navios	-	-	550.000	-
Pessoal	18.106	-	74.459	-
Outros credores	11.795	-	2.157	-
Cauções recebidas	47.871	-	136.825	-
Clientes com saldo credor	-	-	2.709	-
	<u>13.095.151</u>	<u>47.809.963</u>	<u>15.409.153</u>	<u>43.960.102</u>

Na rubrica de Fornecedores de Investimento está registado o saldo devido à empresa ILHAS DE VALOR, que transita de anos anteriores e resulta da aquisição do navio ARIEL, que foi classificado como um passivo não corrente em 2011. Este saldo foi reduzido em 120.000 euros e a parte remanescente será integralmente liquidada em 2014 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, na determinação da estimativa de férias e de subsídio de férias não foi considerada a parcela respeitante à isenção de horário de trabalho (IHT) dos trabalhos da PORTOS DOS AÇORES que, apesar de ser liquidada em catorze mensalidades, é devida aos trabalhadores exclusivamente no ano do seu pagamento. O montante estimado a este respeito no período anterior foi aproximadamente 270 milhares de euros.

Desconhece-se, nesta data, se o montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária e outras situações que transitaram das extintas juntas portuárias, irão ser reconhecidas como efetivas exigibilidades.

22. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela PORTOS DOS AÇORES, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:



	2013	2012
Vendas		
Combustível	381.103	388.965
Produtos a bordo	<u>31.002</u>	<u>43.620</u>
	<u>412.105</u>	<u>432.584</u>
Serviços prestados		
Atividade portuária		
Operações de navios e embarcações	4.499.595	4.309.201
Operações de carga	3.291.799	3.299.791
Utilização de equipamentos	5.250.564	4.976.603
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e	1.826.834	1.743.844
Alugueres, ocupações e concessões	1.427.604	1.430.987
Exploração náutica de recreio	818.612	809.623
Outros serviços prestados	<u>308.068</u>	<u>270.931</u>
	<u>17.423.076</u>	<u>16.840.980</u>
Atividade de transporte marítimo e carga		
Transporte de passageiros e carga	2.365.306	2.358.114
Outros	<u>377.502</u>	<u>391.095</u>
	<u>2.742.808</u>	<u>2.749.209</u>
Vendas e serviços prestados	<u><u>20.577.989</u></u>	<u><u>20.022.773</u></u>

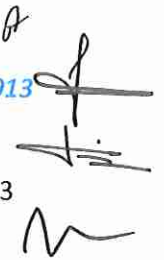
Em 2013, para assegurar este serviço público, para além da receita própria resultante da exploração direta dos navios, a ATLÂNTICOLINE obteve também uma compensação financeira de 7.567.023 euros (9.033.720 euros em 2012), dos quais 3.412.023 euros ainda não foram recebidos (2.100.000 euros do período anterior).

23. Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas

Os ganhos e perdas em empresas de grupo e associadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	2013	2012
<u>Empresas do grupo</u>		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	<u>(26.876)</u>	<u>3.103</u>
<u>Empresas associadas</u>		
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	(29.017)	(55.366)
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	7.414	4.357
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	41.047	18.787
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	<u>(12.353)</u>	<u>(3.828)</u>
	<u>7.092</u>	<u>(36.050)</u>
	<u><u>(19.784)</u></u>	<u><u>(32.948)</u></u>

24. Fornecimentos e serviços externos



A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi a seguinte:

	2013	2012
Subcontratos		
Gestão Portas do Mar	985.705	985.705
Aluguer de navios	4.418.161	6.162.000
Outros	669.627	607.682
Serviços especializados		
Vigilância e segurança	950.647	917.206
Conservação e reparação	1.112.643	1.221.643
Outros	807.958	860.396
Materiais	70.790	68.539
Energia e fluídos		
Eletricidade	581.623	590.572
Combustíveis de navios	2.525.930	3.033.367
Outros	888.120	807.132
Deslocações, estadas e transportes	160.915	213.481
Serviços diversos		
Seguros	297.541	272.893
Limpeza, higiene e conforto	363.374	352.938
Outros	383.785	384.501
	<u>14.216.818</u>	<u>16.478.055</u>

25. Gastos com o pessoal

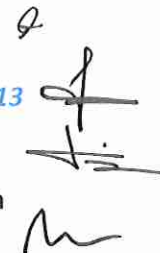
Os gastos com o pessoal nos anos de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	294.900	285.525
Remunerações do pessoal	9.010.746	8.940.429
Encargos sobre remunerações	1.829.169	1.458.067
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	156.485	211.611
Gastos de acção social	14.852	28.355
Outros	736.474	232.674
	<u>12.042.625</u>	<u>11.156.661</u>

O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 308 trabalhadores (em 2012 - 316 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2013 estão registadas na rubrica de Outros 561.850 euros relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho.

26. Outros rendimentos e ganhos



Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	2013	2012
Rendimentos suplementares	141.890	151.520
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.103.458	31.948
Benefícios e penalidades	227.069	26.687
Subsídios ao investimento	5.721.335	5.292.223
Outros	10.790	89.959
	<u>7.204.542</u>	<u>5.592.337</u>

Em 2013, os principais valores incluídos na rubrica de Rendimentos Suplementares respeitam ao reconhecimento, na proporção das amortizações, do valor das obras efetuadas nos navios Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do canal e debitadas à Transmaçor - Transportes Marítimos Açorianos, Lda no montante de 96.671 euros (96.671 euros em 2012).

Em 23 de julho de 2013 foi atribuído um salário de salvamento marítimo, no montante de 1.070.000 euros, proveniente da participação numa operação de salvação marítima que se consubstanciou na prestação de socorro a um navio, incluindo o frete em risco, que foi finalizada em 22 de maio de 2012.

Os benefícios por penalidades contratuais em 2013 resultaram da imobilização do navio Expresso Santorini durante uma semana.

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados (Nota 17) e estão afetados em 56.503 euros que foram diretamente corrigidos através da rubrica de Outras contas a receber.

27. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:



	2013	2012
Impostos	15.135	12.043
Imposto de selo sobre juros e comissões bancárias	26.601	35.845
Taxas	2.139	295
Quotizações	16.785	18.123
Donativos	51.227	10.934
Multas e penalidades	12.371	4.799
Juros de mora contratuais	17.850	-
Insuficiência de estimativa de IRC	-	8.269
Correcções relativas a exercícios anteriores	27.510	88.593
Outros gastos e perdas	53.910	93.121
	<u>223.527</u>	<u>272.023</u>

28. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	2013	2012
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	18.183	4.498
Juros - valor descontado	44.707	147.468
	<u>62.890</u>	<u>151.966</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	2.489.673	2.218.661
Mora e compensatórios	3.839	-
Juros - valor descontado	3.011	59.614
Outros	513.393	585.363
	<u>3.009.916</u>	<u>2.863.638</u>

29. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 36.762.410 euros.

30. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2014, atingiam um valor de 7.577.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

31. Ativos e passivos contingentes

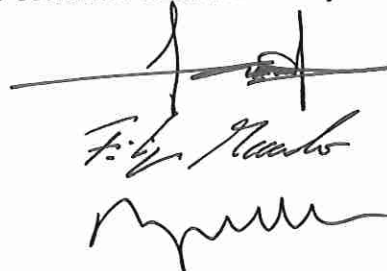
A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Não obstante, se perspetivar o indeferimento de todas as reclamações gratuitas já apresentadas, tendo em conta terem retrocedido e revogado o despacho em que haviam deferido a pretensão da PORTOS DOS AÇORES de não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, a Administração equacionou o recurso à via judicial, e decidiu apresentar a competente impugnação judicial das liquidações indeferidas, bem como do despacho de indeferimento das reclamações gratuitas. Neste quadro, foi entendido que não deveria ser constituídas quaisquer provisões para os eventuais pagamentos que possam ser exigidos a este propósito, que inclusivamente seria de difícil quantificação por se desconhecer em que extensão se pretende aplicar o referido imposto.

A subsidiária ATLANTICOLINE encontra-se envolvida num processo judicial relacionado com a recuperação de um montante de 6.000.000 euros devido pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que, face à sua natureza, a expectativa existente é de que o respetivo desfecho poderá ocorrer durante o ano de 2013, sem quaisquer efeitos na posição patrimonial.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE



1. Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa

Nos termos legais, mais precisamente de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, a PA tem por objeto a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Praia da Vitória e Pipas, na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Horta, na ilha do Faial, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, das Lajes e Santa Cruz, na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Assim, e de acordo com os seus estatutos, a PA assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos sob sua jurisdição nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias (vide artigo 4.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

É nesse contexto que os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico contemplam estes elementos orientadores, na tentativa de corporização de uma perspetiva estratégica de desenvolvimento empresarial a longo prazo, elemento fundamental numa empresa cuja constituição é relativamente recente e que carece de elementos fundamentais para a consolidação do processo de fusão das administrações portuárias extintas.

O referido Plano Estratégico não registou em 2013 desenvolvimentos substanciais, continuando em fase de discussão interna. De qualquer modo, foram identificados e validados já um conjunto de elementos relevantes, de acordo aliás com o mencionado na secção 2 do capítulo I do presente documento, na qual é apresentado também o Mapa Estratégico.

Assim sendo, apresentam-se de seguida, os seguintes tópicos fundamentais da estratégia da empresa, constantes também do Plano Estratégico:

Visão

A Visão de uma empresa traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro da mesma. De qualquer forma, não são especificados os meios como serão atingidos. Nestes termos, a Visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para todos os seus membros tirarem o máximo partido das suas capacidades.

No caso da PA, a Visão proposta é a seguinte:



“Fazer da PA uma referência em termos de gestão e organização, potenciando a localização geográfica das suas estruturas, nomeadamente portos e marinas sob sua jurisdição.”

Missão

A explicitação de uma Visão dará origem à definição da Missão da empresa, que é uma declaração escrita que procura traduzir os ideais e orientações globais da organização para o futuro.

A criação de uma Missão visa sobretudo difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos seus objetivos gerais. Nestes termos, a Missão deverá acentuar o domínio das competências centrais mais relevantes. Outro aspeto crítico prende-se com a necessidade de possuir um carácter simultaneamente estratégico e operacional.







A Missão da PA será:

“Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.”

Valores





Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia da PA para o período 2013-2015 serão os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;
-  Sustentabilidade e meio envolvente.
















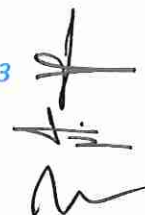
2. Regulamentos

Apresentado o enquadramento legal e económico da PA, procede-se à enumeração dos principais regulamentos externos e internos a que a empresa está sujeita, que abrangem matérias muito diversas e díspares, com particular relevância para áreas como sejam as relativas a ambiente, segurança, operações portuárias, tarifas, financiamentos comunitários, contratação pública, entre outras.

Regulamentos externos

Os regulamentos externos principais que a empresa se encontra obrigada a observar ou que condicionam de modo particular a sua atividade, são os seguintes:

-  **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto:** procede à fusão por integração das três administrações portuárias regionais (Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.), bem como à modificação do objeto social da Portos dos Açores, SGPS, S.A., de modo a que esta possa desempenhar as funções de administração e gestão dos portos que lhes são confiados, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março:** consagra o regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;
-  **Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro:** estabelece as condições aplicáveis em termos de avaliação de impacte ambiental em projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das existentes;
-  **Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de agosto, alterado e republicado pela Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro:** estabelece o regime jurídico do trabalho portuário;
-  **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto, com a alteração do artigo 5.º, conforme disposto no artigo 7.º da Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro:** estabelece o quadro jurídico das operações portuárias;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio:** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária;
-  **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002, de 12 de abril:** aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração dos regulamentos de tarifas dos portos da Região Autónoma dos Açores;
-  **Regulamentos de tarifas:** publicado em anexo à Portaria n.º 35/2012, de 20 de março, que aprovou o regulamento de tarifas dos diferentes portos geridos pela sociedade;
-  **Regulamentos de tarifas específicas:** publicados pelos seguintes diplomas, relativos aos diferentes portos geridos pela sociedade:
 -  Portaria n.º 33/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 41/2008, de 15 de maio;
 -  Portaria n.º 34/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 39/2008, de 14 de maio;
 -  Portaria n.º 35/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 77/2005, de 20 de outubro e Portaria n.º 37/2008, de 13 de maio;
-  **Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 57/2009, de 3 de março:** relativo aos meios portuários

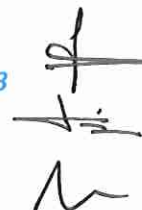


- de receção de resíduos gerados nos navios e de resíduos provenientes de carga, com origem em navios que utilizem portos nacionais;
- ☒ **Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março:** atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
 - ☒ **Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março:** estabelece o regime jurídico de pilotagem nos portos e aprova o regulamento geral do serviço de pilotagem;
 - ☒ **Diretiva 2005/65/CE, de 26 de outubro:** relativo ao reforço da segurança nos portos;
 - ☒ **Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro:** transpõe para o direito interno o Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, que consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo, nomeadamente no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no caso de navios e instalações portuárias, previstas no Código ISPS (Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias), da Organização Marítima Internacional (OMI);
 - ☒ **Regulamento de tarifas das marinas sob jurisdição:**
 - ☒ **Portaria n.º 19/2008, de 20 de fevereiro (Horta);**
 - ☒ **Portaria n.º 20/2008, de 21 de fevereiro (SM);**
 - ☒ **Portaria n.º 21/2008, de 21 de fevereiro (portos de Terceira e Graciosa).**
 - ☒ **Regulamento de exploração e utilização das marinas dos Açores:** aprovado em 29 de janeiro de 2008 pelo Secretário Regional da Economia;
 - ☒ **Regulamento de exploração e utilização do empreendimento Portas do Mar:** publicado no Jornal Oficial n.º 26, II Série, de 7 de fevereiro de 2011;
 - ☒ **Regulamento de tarifas específicas para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas:** Portaria n.º 89/2010, de 16 de setembro;
 - ☒ **Edital n.º 2/2005,** da Capitania do porto de Ponta Delgada e do porto de Vila do Porto: relativo a cargas perigosas;
 - ☒ **Edital n.º 1/2008,** da Capitania do porto de Ponta Delgada e do porto de Vila do Porto: relativo a normas de segurança e instruções de navegação e permanência no porto de Ponta Delgada;
 - ☒ **Edital n.º 1/2009,** da Capitania do porto da Horta: contém instruções para navegação e permanência de navios;
 - ☒ **Edital n.º 2/2009,** da Capitania do porto da Horta: contém normas de movimentação para produtos petrolíferos;
 - ☒ **Edital n.º 1/2010,** da Capitania do porto de Santa Cruz das Flores: contém instruções para navegação e permanência de navios;
 - ☒ **Edital n.º 1/2008,** das Capitánias dos portos de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória: possui um conjunto de regras de funcionamento em todo o espaço de jurisdição das Capitánias em apreço.

☒ **Regulamentos e Manuais internos**

Os regulamentos internos principais que a empresa tem por obrigação fazer cumprir, bem como os manuais com procedimentos internos a respeitar, são os seguintes:

- ☒ **Regulamentos de Exploração:** conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais relacionadas com o ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. Trata-se de regulamentos de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer atividade dentro do porto. Os regulamentos em vigor nos diferentes portos foram aprovados pelo Secretário Regional da Economia em 21 de junho de 2006;
- ☒ **Plano de Receção e Gestão de Resíduos:** aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em 27 de agosto de 2010;



- ☒ **Manual do Sistema:** meio de apresentação e comunicação interna e externa do Sistema de Gestão da PA e de promoção, junto dos seus leitores, das práticas da organização empreendidas para satisfação de necessidades e expectativas das partes interessadas;
- ☒ **Manual dos Processos:** documento elaborado no cumprimento do requisito 4.1 “Requisitos gerais” do capítulo 4. “Sistema de gestão da qualidade” da norma NP EN ISO 9001:2008, que refere que a organização deve determinar os processos necessários para o sistema de gestão da qualidade e para a sua aplicação em toda a organização;
- ☒ **Programa de Controlo da Qualidade da Água;**
- ☒ **Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolémia;**

3. Ações próprias

Nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos não terem ocorrido quaisquer negócios entre a sociedade e os seus sócios.

4. Modelo de governo

☒ Órgãos de Governo

A gestão da PA é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados para o período 2011-2013, e cuja composição a 31 de dezembro de 2013 era a seguinte:

☒ Assembleia Geral

- ☒ Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
- ☒ Secretário: Eng. João Paulo Carreira Mendes
- ☒ Membro da Mesa Suplente: Sr. José Leonardo Goulart da Silva

☒ Conselho de Administração

- ☒ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento
- ☒ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia
- ☒ Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo

☒ Conselho Fiscal

- ☒ Presidente: Dr. José Mancebo Soares
- ☒ Vogal: Sr. Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros
- ☒ Vogal: UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)
- ☒ Vogal Suplente: Dra. Fernanda da Assunção Vieira Ferreira
- ☒ Vogal Suplente: Dr. António Augusto Almeida Trabulo (ROC n.º 1042)

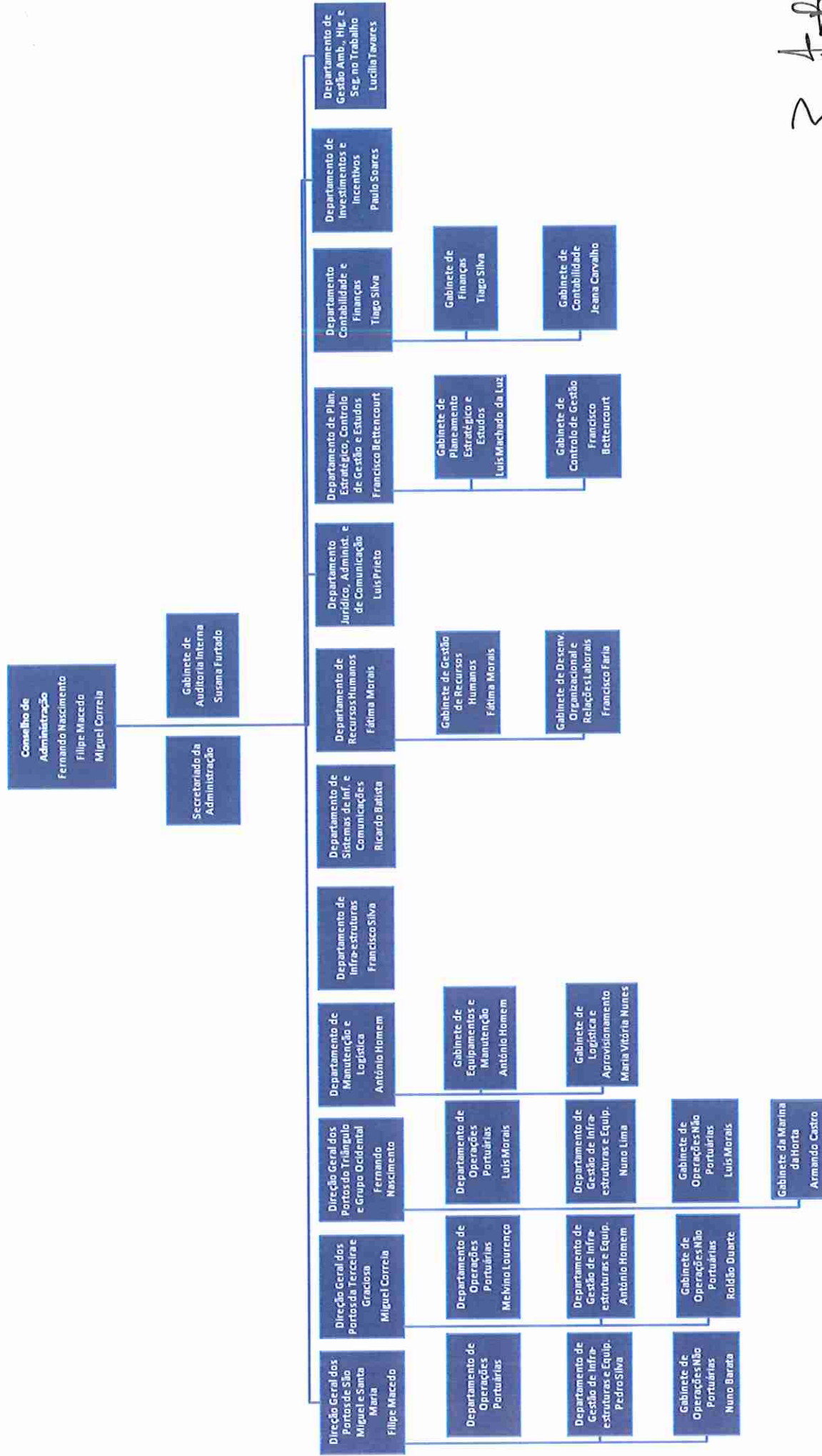
☒ Competências dos membros do órgão de gestão e administração

A administração da PA é exercida por um conselho de administração, composto por três membros, eleitos em assembleia geral em 26 de Setembro de 2011 para um mandato de três anos. Cada membro, incluindo o presidente, assume cumulativamente a chefia de uma Direção-geral, de acordo com o n.º 3 do artigo 11.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, direções essas dotadas de autonomia e capacidade funcional, a que acrescem os pelouros de responsabilidade transversal, conforme descrição que se segue:

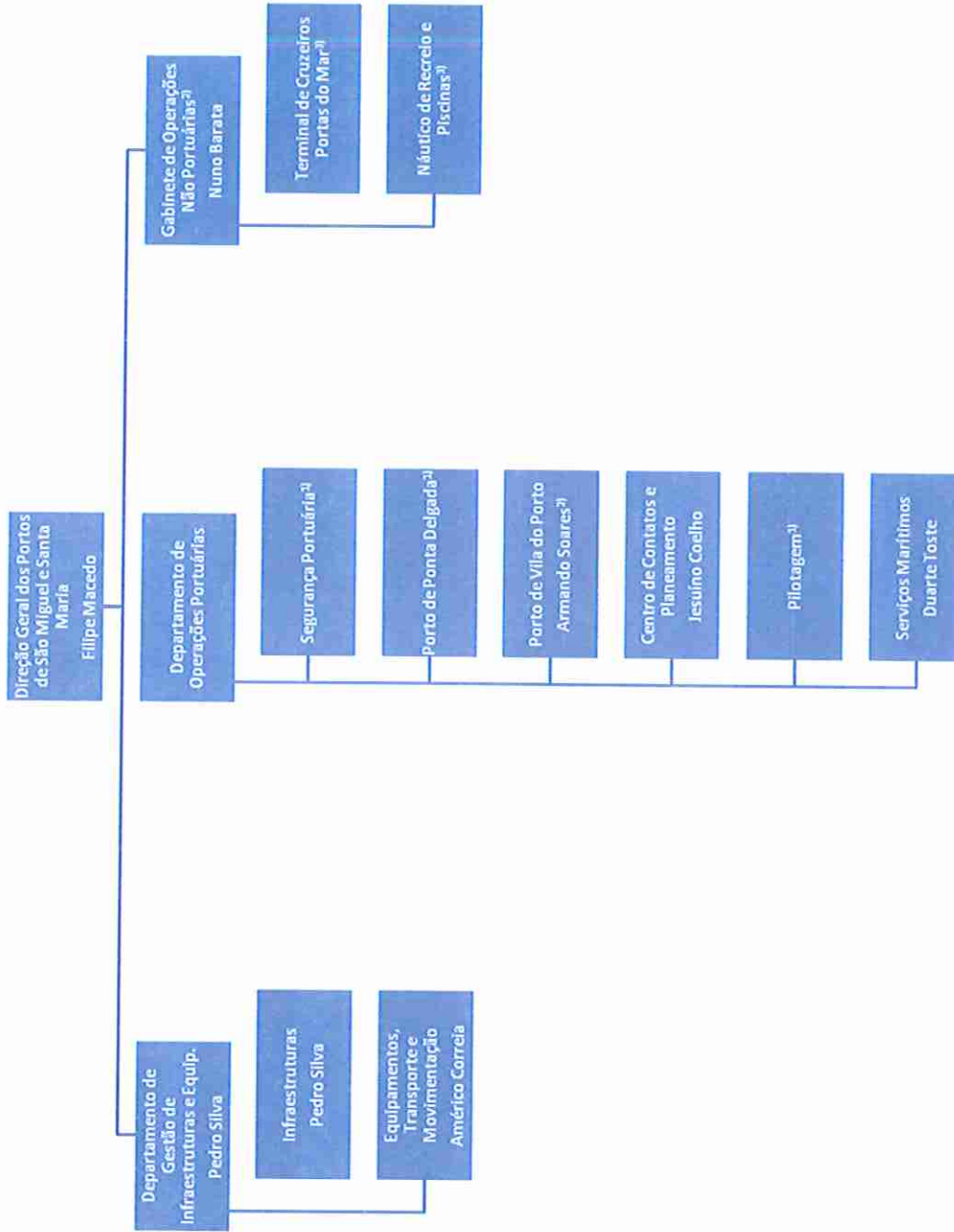
- ⌘ **Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:** Direção-geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- ⌘ **Vogal Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:** Direção-geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Manutenção e Logística”, “Auditoria Interna”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho” e “Incentivos ao Investimento”;
- ⌘ **Vogal Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:** Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Financeiro”, “Planeamento e Controlo de Gestão” e “Sistemas de Informação”.

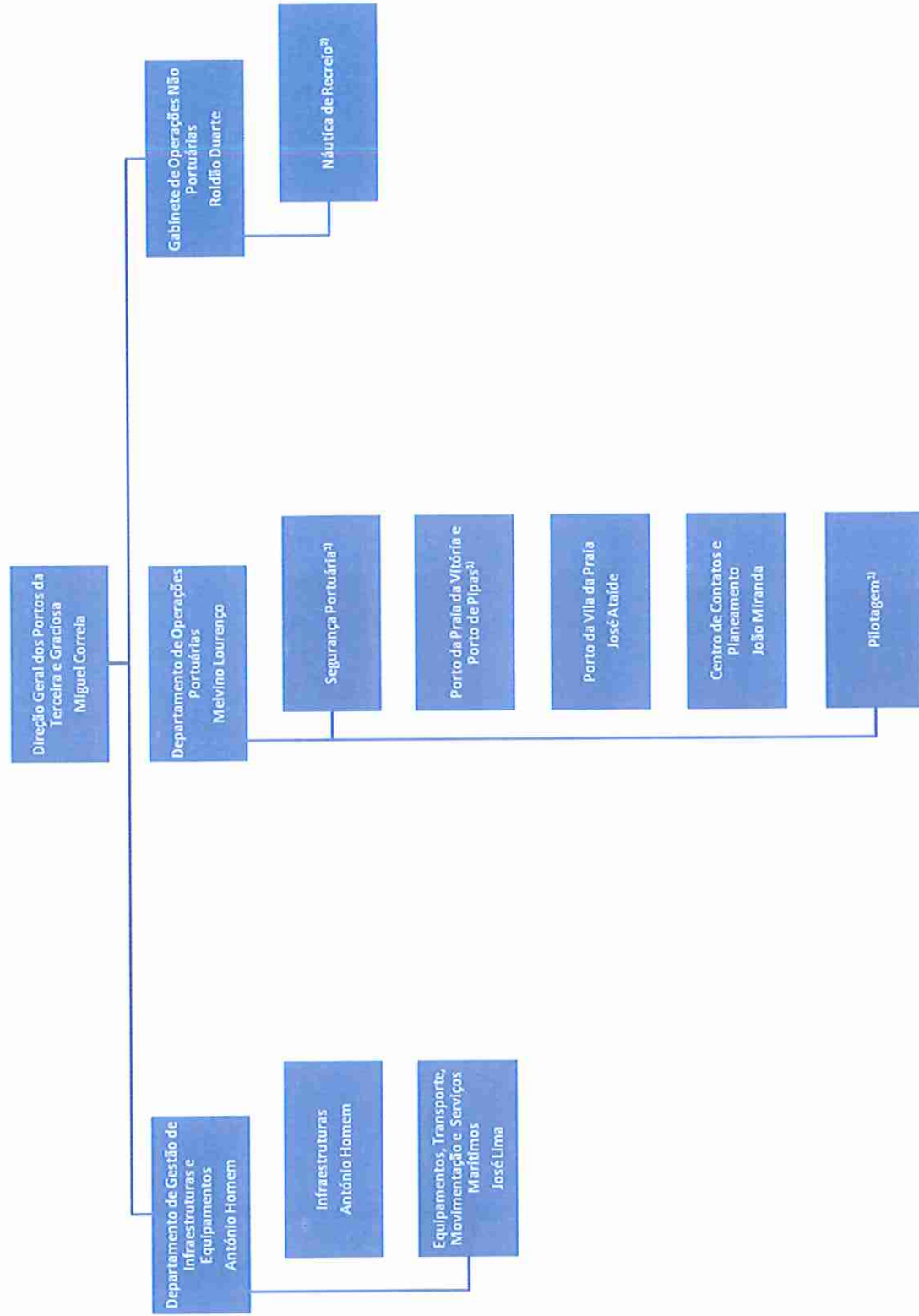
⌘ *Organograma*

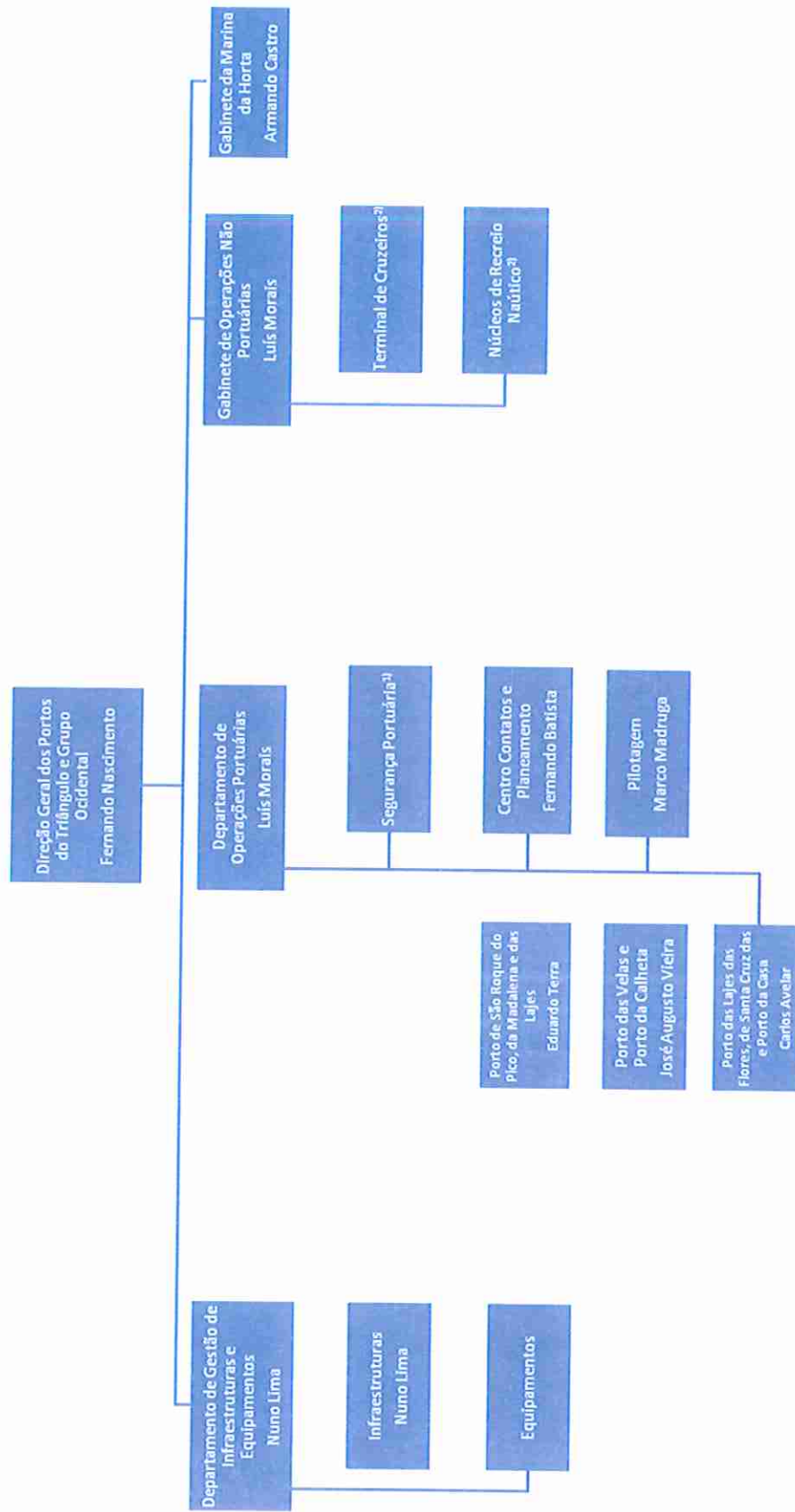
A estrutura orgânica da empresa PA é a que se encontra nos organogramas que seguir se apresentam, sendo o primeiro relativo a toda a empresa e os três seguintes com o detalhe correspondente a cada Direção-geral.



[Handwritten signature]
185





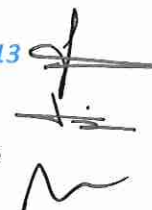

⌘ Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Apresentam-se a seguir os principais elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração da PA, à data de 31 de dezembro de 2013:

- ⌘ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - ⌘ Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - ⌘ Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - ⌘ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - ⌘ Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da PA desde 2011.

- ⌘ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia**
 - ⌘ Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa;
 - ⌘ Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Assírio & Alvim (editores, distribuidores e livreiros), entre 1997 e 1999;
 - ⌘ Assessor do Departamento de Edições da Biblioteca Nacional, nas áreas de gestão da livraria e do controlo de custos de produção da Gráfica da Instituição, entre 1999 e 2000;
 - ⌘ Diretor Administrativo e Financeiro da Construtora Ideal da Terceira, Lda., durante o ano de 2001;
 - ⌘ Diretor Financeiro e Administrativo das Empresas Açorvias – Sociedade de Empreitadas, Lda. e Açorbuilt – Indústria e Engenharia, Lda., entre 2002 e 2005;
 - ⌘ Sócio-Gerente da Empresa Amarcord – Investimentos Imobiliários, Lda., entre 2005 e 2007;
 - ⌘ Administrador da SaudaÇor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento da Saúde dos Açores, S.A., entre 2007 e 2008;
 - ⌘ Secretário Regional da Saúde do X Governo Regional dos Açores entre 2008 e 2012;
 - ⌘ Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2013;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2013;
 - ⌘ Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2013.

- ⌘ Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo**
 - ⌘ Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, e pós-graduado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade dos Açores/Instituto Superior Técnico;
 - ⌘ Assessor do Conselho de Gerência – Marques, Lda., entre 2001 e 2002
 - ⌘ Assessor do Conselho de Administração – NSL Turismo, S.A., entre 2002 e 2003
 - ⌘ Técnico Superior – EDA, Eletricidade dos Açores, S.A., entre 2003 e 2006;
 - ⌘ Coordenador – APIA, Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. entre 2006 e 2009;
 - ⌘ Vogal do Conselho de Administração – Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., entre 2009 e 2011;
 - ⌘ Vogal do Conselho de Administração – Portos dos Açores, S.G.P.S., S.A., entre 2010 e 2011



- ✎ Presidente do Conselho de Gerência – OPERPDL, Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde 2011;
- ✎ Presidente do Conselho Fiscal – APM, Associação Portas do Mar, desde 2011;
- ✎ Vogal do Conselho de Administração – Portos dos Açores, S.A., desde 2011.

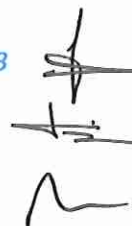
✎ Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O estatuto remuneratório fixado é:

1. Mesa da Assembleia Geral: os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal exercerão as suas funções a título gratuito com a exceção do Revisor Oficial de Contas, cuja remuneração mensal corresponde a 954,17€.
2. Conselho de Administração:

- ✎ **Presidente:** Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de €3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 800,00, com o limite anual de doze;
- ✎ **Vogal:** Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze;
- ✎ **Vogal:** Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze.

Os membros do Conselho de Administração nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores, Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de Maio, optaram pelos benefícios sociais do lugar de origem.



Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:

- Presidente da Assembleia Geral da OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.;***
- Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.***

Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:

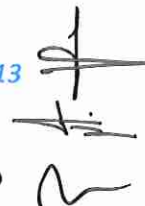
- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;***
- Vogal da Direção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.***

Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda;***
- Presidente do Conselho Fiscal da APM – Associação Portas do Mar.***

No ano de 2013 o Conselho de Administração da PA reuniu 31 vezes, tendo deliberado sobre diversos assuntos, destacando-se os seguintes:

- Adjudicação do Concurso Público Internacional para fornecimento de seguros;***
- Adjudicação da Rede de Infraestruturas elétricas e de comunicações da marina da Horta;***
- Programa de Controlo de Qualidade da Água;***
- Aprovação de impressos diversos: Lista de Resíduos e Meios de Receção; Distribuição de equipamentos de proteção individual; Identificação de Perigos, avaliação e controlo de riscos; Incidentes; Controlo de Plano de Melhorias; Programa Anual de Auditorias Internas; Registo de Assinaturas;***
- Aprovação do Plano de Investimentos Triannual;***
- Adjudicação do Concurso Público para a Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Preventiva das Instalações da PA;***
- Aprovação do Relatório e Contas 2012;***
- Aprovação da Criação da Bolsa de Auditores Internos;***
- Adjudicação à empresa Certitecna, S.A. para a Formação OPIP – Oficiais de Proteção de Instalações Portuárias;***
- Docagem do Rebocador “São Miguel” – Abertura do Procedimento;***
- Empreitada de conclusão da construção das oficinas gerais do Porto de Ponta Delgada – Adjudicação à empresa António Silva Campos, S.A.;***
- Ajuste Direto para a execução de coberto sobre a ponte cais do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena – Abertura do Procedimento;***
- Empreitada de Reordenamento da Inserção da Avenida Kopke com o cais comercial de Ponta Delgada e lado Sul do Forte de São Brás – Adjudicação à empresa Marques, S.A.;***



- U Ajuste Direto para Prestação de Serviços de elaboração do Projeto de Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa – Ilha do Corvo – Abertura do Procedimento;
- U Ajuste Direto para a Prestação de Serviços de Adaptação do Plano de Ordenamento do porto de São Roque do pico e da Elaboração do Projeto de Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto de São Roque do Pico – Abertura do Procedimento;
- U Projeto MACSIMAR - Elaboração de Protocolo com diversas entidades para manutenção do projeto;
- U Proposta de Reestruturação da PA – Autorização da composição do Grupo de Trabalho;
- U Ajuste Direto para a Empreitada de Reabilitação das oficinas e garagens de máquinas no porto de São Roque do Pico - Adjudicação à empresa Nascimento Neves & Filho, Lda.;
- U Autorizado o Estudo do Clima Organizacional 2013 – Questionário de Satisfação no trabalho;
- U Alteração do Plano e Orçamento 2013/2015;
- U Prestação de serviços de fiscalização da segunda fase da empreitada de Construção das Oficinas Gerais do Porto de Ponta Delgada – Abertura de Procedimento;
- U Venda da Embarcação “Hacinin Ahmet”;
- U Medicina no Trabalho – Adjudicação de serviços à Securmédica, Lda.;
- U Proposta 12 – AUDIQ ASC 2013 – Documento Base – Autorizar os modelos base de inquéritos para as marinas e operações portuárias;
- U Aprovação do Plano e Orçamento 2014-2016;
- U Ajuste Direto com convite a uma entidade para prestação de serviços de manutenção e apoio técnico ao *software* “Janela Única Portuária” e outras aplicações à empresa J. CANÃO.

CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS INDIVIDUAIS



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **Portos dos Açores, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

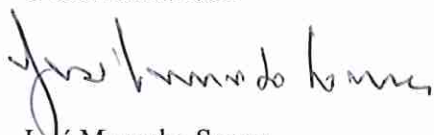
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.
4. O Conselho Fiscal tem acompanhado o evoluir da Empresa na sua componente de investimento e de financiamento, dando importância à forma como essa relação se tem mantido, a qual é determinante para garantir os condições desejáveis de equilíbrio na sua estrutura financeira. Têm persistido nos anos mais recentes níveis de rentabilidade operacional não consentâneos com as necessidades financeiras acrescidas e causadas por via dos investimentos realizados e, conseqüentemente, ocorreram situações de incumprimento de obrigações fiscais e financeiras, cuja resolução dependerá de medidas que invertam o grau de geração de fluxos operacionais nos próximos exercícios e também de ações

tendentes à reformulação dos atuais compromissos financeiros assumidos no que respeita aos seus prazos de liquidação.

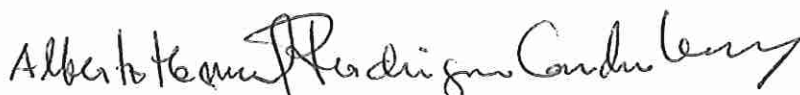
5. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Horta, 7 de maio de 2014

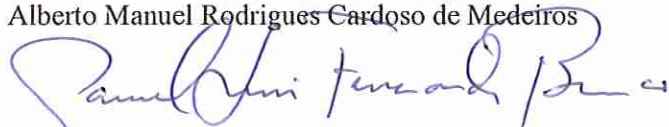
O Conselho Fiscal



José Mancebo Soares



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 327.088.309 euros e um total de capital próprio de 222.372.834 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.912.098 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação



das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos fixos tangíveis foram avaliados no montante máximo de cerca de 396 milhões de euros por duas entidades independentes. Com base nos resultados dessa avaliação, parte desses ativos foram registados nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2003 pelo valor líquido de 27.588.600 euros, tendo sido excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária. O não reconhecimento contabilístico de todos os ativos fixos que suportam a base de exploração e atividade da Empresa, afeta os seus capitais próprios em 31 de dezembro de 2013 e os resultados do ano num montante que não nos foi possível determinar.
8. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013, não podemos ajuizar se a provisão constituídas para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.
9. A Administração Tributária tem vindo a proceder à emissão de notas de liquidação para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos últimos quatro anos. A Administração entende que os imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores e, por este facto, não podendo ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Neste quadro, a Empresa não registou provisões para o imposto exigido, juros de mora e custas processuais em 31 de dezembro de 2013 e irá recorrer através da apresentação de reclamação graciosa ou de impugnação judicial.

Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos efeitos deste processo em contencioso, se alguns, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2013.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 a 9 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 acima, salientamos que a geração dos fluxos financeiros operacionais nos últimos anos não tem sido suficiente para assegurar o equilíbrio financeiro dos ativos e passivos correntes, o que implicou que determinadas obrigações financeiras e tributárias entrassem em mora. Consequentemente, o montante e prazo de liquidação dos passivos financeiros dependerá da inversão dos resultados da Empresa através de futuras medidas que alterem a rentabilidade operacional e da concretização de negociações conducentes à resolução das situações de incumprimento e de apoio financeiro.

Horta, 7 de maio de 2014



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS



**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

(Contas consolidadas)

Senhor acionista,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre a fiscalização das contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais, em conjunto com o Relatório de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Empresa, como empresa consolidante, e que nos seus aspetos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas em vigor.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação, apreciamos o respetivo Relatório do Conselho de Administração e, quando aplicável, o Parecer e o Relatório e a Certificação Legal das Contas emitidos pelo seu órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

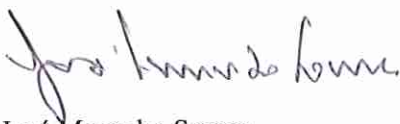
O Relatório de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas. Salientamos que existe um desequilíbrio na relação entre os ativos e passivos correntes que, em parte, tem origem no desajustamento entre a rentabilidade operacional da atividade portuária e as necessidades financeiras adicionais que emergiram de investimentos realizados e não financiados de acordo com a sua especificidade. Neste quadro, ter-se-ão de se encontrar medidas que salvaguardem o risco financeiro da PORTOS DOS AÇORES para que não ocorram situações de incumprimento dos compromissos financeiros assumidos, como as que existiam em relação aos financiamentos obtidos e algumas obrigações tributárias em 31 de dezembro de 2013.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspeto que afete materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na

consolidação, somos de parecer de que aproveis o relatório de gestão e as contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Horta, 7 de maio de 2014

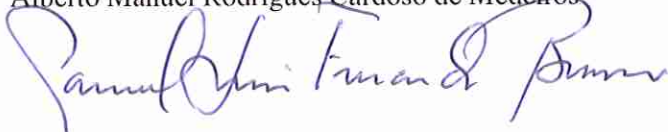
O Conselho Fiscal



José Mancebo Soares



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CAPÍTULO X – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS CONSOLIDADAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
(Contas consolidadas)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 344.284.515 euros, um total de interesses minoritários de 3.625.736 euros e um total de capital próprio de 225.998.570 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.912.098 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidadas e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de



amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, os ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade portuária foram avaliados no montante máximo de cerca de 396 milhões de euros por duas entidades independentes. Com base nos resultados dessa avaliação, parte desses ativos foram registados nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2003 pelo valor líquido de 27.588.600 euros, tendo sido excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária. O não reconhecimento contabilístico de todos os ativos fixos que suportam a base de exploração e de atividade da administração portuária, afeta os seus capitais próprios em 31 de dezembro de 2013 e os resultados do ano num montante que não nos foi possível determinar.
8. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2013, não podemos ajuizar se a provisão constituídas para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.



9. A Administração Tributária tem vindo a proceder à emissão de notas de liquidação para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos últimos quatro anos. A Administração entende que os imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores e, por este facto, não podendo ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Neste quadro, a Empresa não registou provisões para o imposto exigido, juros de mora e custas processuais em 31 de dezembro de 2013 e irá recorrer através da apresentação de reclamação graciosa ou de impugnação judicial. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos efeitos deste processo em contencioso, se alguns, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2013.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 a 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

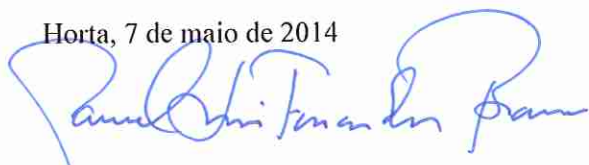
Ênfases

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 acima, chamamos a atenção do seguinte:
- (i) a geração dos fluxos financeiros operacionais nos últimos anos da PORTOS DOS AÇORES não tem sido suficiente para assegurar o equilíbrio financeiro dos seus ativos e passivos correntes, o

que implicou que determinadas obrigações financeiras e tributárias entrassem em mora. Consequentemente, o montante e prazo de liquidação dos passivos financeiros dependerá da inversão dos resultados da PORTOS DOS AÇORES através de futuras medidas que alterem a rentabilidade operacional da atividade portuária e da concretização de negociações conducentes à resolução das situações de incumprimento e de apoio financeiro; e

- (ii) a dívida em mora de seis milhões de euros do ENVC – Estaleiros Navais de Viana Castelo, S.A., que a Administração da subsidiária ATLANTICOLINE espera que seja recuperável durante o ano de 2014, não se encontra ainda regularizada na data de emissão deste relatório.

Horta, 7 de maio de 2014



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

